

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Marco Antonio Bettine de Almeida

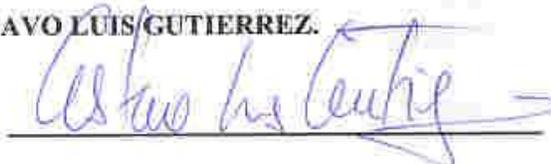
Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização através da “Teoria da Ação Comunicativa”

CAMPINAS, 2008

**Análise do desenvolvimento das práticas urbanas
de lazer relacionadas à produção cultural no
período nacional-desenvolvimentista à
globalização através da “Teoria da Ação
Comunicativa”**

Defesa apresentada como exigência para obtenção do
título de Doutor em Educação Física junto ao
Programa de Pós-graduação em Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob
orientação do Professor Titular

GUSTAVO LUIS GUTIERREZ.



Campinas, 2008.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
FEF/UNICAMP

Almeida, Marco Antonio Bettine de

AL64L Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização através da “Teoria da Ação Comunicativa” ./ Marco Antonio Bettine de Almeida. – Campinas: [s.n], 2008.

Orientador: Gustavo Luis Gutierrez

Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Sociologia. 2. Lazer. I. Gutierrez, Gustavo Luis. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

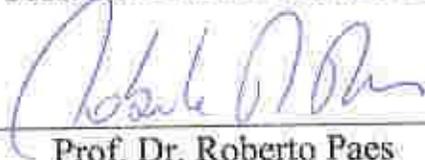
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Ademir Gebara



Prof. Dr. Luis Alberto Pilatti



Prof. Dr. Roberto Paes



Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior

Ao Jony, Eva, Marina e Bruno,
Sempre o meu porto
acastelado...

AGRADECIMENTOS

A tese de doutorado é parte de um ciclo de treze anos de Unicamp sendo dez com orientação do Professor Gustavo Luis Gutierrez. Desde a primeira monografia de Graduação foi-se muita coisa. Aprendi muito com ele, não somente das coisas da ciência, mas da vida e suas relações de poder através de sua leitura apurada e mordaz.

Hoje tenho plena convicção, saindo do doutorado, que tenho um mestre, um norte e preciso aprender muita coisa ao seu lado e espero ter mais uma década para entender seus ensinamentos com acuidade, principalmente aqueles que deixei passar pela pressa ou pela juventude.

Este agradecimento é sincero, talvez estas palavras deveriam ser proferidas sem a publicidade desse documento, porém acredito na marca e força das palavras gravadas porque eternas, e dessa certeza de eternidade é que agradeço pelos momentos de preocupação, orientação e confiança. Para alguém que ao menos tinha um professor que quisesse orientar na graduação, de repente, com a chegada do Professor Gustavo Luis Gutierrez, vê as portas abrirem-se como passe de mágica, apesar dos constantes alertas dos colegas, saio com a cabeça erguida e dever cumprido. Cumprido ao saber que me esforcei para cobrir as falhas na minha formação e sempre procurei, como procuro hoje, seguir as orientações de alguém que respeito pela sua sabedoria e dedicação na orientação.

Várias pessoas são importantes neste processo, porém queria registrar nestes primeiros parágrafos que todas as pessoas e coisas que aconteceram nestes cinco anos de pós-graduação

(mestrado e doutorado) foram possíveis graças ao voto de confiança depositado em 1999 quando o Professor Gustavo Luis Gutierrez aceitou me orientar na monografia na área de lazer.

Logicamente, lutei pelo meu espaço e contra os preconceitos que construí ao meu desfavor, no entanto, são tempos outros que hoje servem de guia para saber de onde vim e para onde desejo ir.

O espaço de trabalho construído na Faculdade de Educação Física com o meu orientador não foi profícuo somente pelos artigos e capítulos de livros que escrevemos juntos, ou das palestras, aulas na especialização e graduação que ministramos conjuntamente, mas sim porque foi criado um espaço de transformação de idéias em trabalho, sem o poder castrador das vontades, justamente o contrário, não importava quem estaria à frente de determinado projeto, o importante era fazê-lo.

O Professor Gustavo Luis Gutierrez sempre promoveu seus orientandos dedicados, o Professor Renato Marques, orientando de doutorado do Professor Gustavo não me deixa mentir, nossos trabalhos em conjunto simplesmente saíam, e este é um mérito do orientador, este é um mérito do Professor Gustavo.

Sua atitude pragmática facilitou meu trabalho e sua preocupação em não transformar o politicamente correto das palavras sem atitude em barreiras para o agir, obrigou-me a refletir ainda mais os caminhos a seguir na academia.

Tantos outros acontecimentos são parte desta década de trabalho, histórias estas que esperam um momento melhor para contá-las, fico agora com seus maiores ensinamentos, o de procurar as portas certas nas pessoas que tenham as chaves, ou no grupo que comanda o chaveiro.

Hoje sei do grupo de referência e qual é meu grupo de referência, e, se confirmar a tese do professor Gustavo Gutierrez de que estas escolhas (dos grupos e escolas de pensamento) estão gravadas pela personalidade, não é demais afirmar que a facilidade em desenvolver a tese foi

parte de uma afinidade que se construiu no tempo, muito mais isso do que um fazedor de tarefas e reprodutor das idéias do meu orientador.

Como são difíceis estas palavras, pareço estar no purgatório com as penas do inferno, se escrevo os agradecimentos de modo distante acusam-me de frio e calculista ou de pedante, ou, pior ainda, que enterrou o orientador e não soube valorizar os anos de dedicação. Agora se tomo uma atitude passional, como é o caso, chamar-me-ão de inconstante, de instável, que não consigo distanciar-me dos fatos e escrever algo isento. Como errarei de qualquer maneira, deixarei gravado estes pensamentos, para relê-los, sempre na idéia de saber do passado para tomar a melhor atitude quando as dúvidas do tempo bater à porta, e quando as encruzilhadas escurecer a sapiência lembrar de quem possibilitou que as encruzilhadas aparecessem na minha vida.

Antes de começar os agradecimentos decorrentes da orientação do Professor Gustavo Luis Gutierrez, queria registrar a dificuldade de cortar o cordão umbilical da Universidade Estadual de Campinas, hoje dói afastar-me desta casa acolhedora, mesmo sabendo que meu maior desafio intelectual se dará fora destas cercas, hoje de fato, metafóricas na consciência.

Um mundo à parte é como chamamos nos corredores, tão assim que me sinto à parte do mundo, por ter ficado tanto tempo parte deste mundo.

Agradeço aos professores que contribuíram na minha formação por intermédio dos membros da Banca, mais particularmente aos Professores Ademir Gebara, Luis Alberto Pilatti, Wanderley Marchi Junior e Roberto Paes que contribuíram ativamente na confecção deste trabalho ao participarem da Banca de Qualificação.

Cabe uma menção especial ao Professor Roberto Vilarta com o grupo de Qualidade de Vida que sempre contou com nosso trabalho e possibilitou maiores vãos teóricos.

Cumprimento o grupo do Professor Paulo de Araújo, não somente pelos cafés às tardes e noites de quinta, e sim pelas trocas de idéias e por me inserir em uma área tão nobre como é a Educação Física Adaptada.

Ao Professor César Montagner por abrir espaços dentro da faculdade e permitir um ano de conversa que resultou em um belo artigo de nossa autoria.

À confiança da Professora Vera Madruga e Mara Patrícia MiKahil ao aprovar o programa das disciplinas na graduação que ministrei como bolsista PED A, agradeço.

Minha inclinação à Professora Maria da Consolação Tavares pelo seu trabalho como coordenadora da pós-graduação.

Uma singela menção à agencia de fomento CAPES pela bolsa, apesar de discordar dos rumos que a pós-graduação em educação física vem seguindo e os valores transmitido por esta instituição através de seus representantes.

Aos funcionários da Unicamp que me acompanharam nestes anos de Unicamp, sempre me auxiliando, cumprimentando, encontrando neles um ombro amigo e vezes cedendo o meu em longas conversas nos corredores.

Aos amigos...

que nestes anos seguiram na caminhada sem pestanejar, companheiros de batalhas contra o mundo, aos amigos de armas um abraço forte e meu desejo mais profundo de continuidade ... Bruno Bettine, Vinicius Terra, Luis Vitagliano, Rodrigo Cisternas, Luis Eduardo Bedin, Leandro quase Almeida, Marlus Alexandre e aqueles que o tempo fez esquecer abraço-os por intermédio dos meus pais.

À mulher que me acompanhava nestes anos de doutorado Ana, hoje separados pelas idiossincrasias e incompatibilidade de gênios, no entanto, não posso deixar de escrever de sua importância nestes quatro anos que vivemos juntos.

Destes agradecimentos implícito está á minha família, não por obviedades, como dizer que sem eles eu não estaria aqui, mas porque o apoio nas horas cruciais ocorreu, desde questões menores até ajuda nas decisões, sempre os consultava e consulto, demorei a aprender e reconhecer a sapiência do meu pai e a serenidade da minha mãe, espero contar com seu carinho até atingir a maturidade um pouco tardia.

Enfim, termino este agradecimento como comecei, agradecendo ao meu orientador, Gustavo Luis Gutierrez, pela confiança e convivência, a ele os meus mais sinceros abraços.

Marco Antonio Bettine de Almeida,

Marquinho...

RESUMO

Essa tese de doutorado pretende estudar as práticas de lazer urbanas no Brasil e seu desenvolvimento compreendendo o nacional-desenvolvimentista até a globalização, abordando a produção artística do período, as políticas públicas e a inserção do setor privado, tendo como parâmetro de análise a teoria habermasiana da ação comunicativa. Segundo a interpretação dos dados o lazer no Brasil desenvolveu-se conforme a complexificação sistêmica da sociedade, vinculado ao cotidiano das pessoas, através das manifestações espontâneas, relação entre sujeitos e agir comunicativo. Com o avanço dos sub-sistemas dinheiro e poder, o lazer aparece também de forma colonizada, como nas políticas públicas, nas ações privadas, na indústria cultural ou no uso das comunicações de massa. No caso brasileiro o Estado investiu em tecnologia (antenas de rádio; câmeras, fitas e estúdios de cinema; satélites para a televisão; cabos, redes, provedores para a Internet), para depois haver exploração com capital privado. Não é demais afirmar que o Estado foi o grande mecenas do lazer brasileiro. Ele teve participação efetiva, tanto em políticas públicas, nas secretarias estaduais e municipais, como nas leis, incentivos fiscais e fiscalização da exploração privada. No período histórico analisado ficou caracterizada a presença das ações governamentais, mesmo com as privatizações ou o afastamento do Estado. Concluímos este trabalho afirmando que o lazer é fruto das relações entre subjetividades intactas no sistema capitalista, que se desenvolveu a através da complexificação da sociedade, possuindo uma íntima ligação cultural-artística. Expressando as três esferas do Mundo da Vida (cultura, sociedade e personalidade), através do querer do indivíduo, do prazer que está buscando, do local social, da relação intersubjetiva e da ação considerada pelo grupo como lazer, de acordo com os costumes do lugar. O lazer, ainda, reforça a idéia do desenvolvimento social, de classe e poder econômico. Suas expressões palpáveis na sociedade são: atividades sociais em grupos; as práticas populares de lazer (rua, folclore e festas típicas); os teatros; os cinemas; as artes; as atividades físicas; o esporte; a comunicação de massas; as atividades da indústria do lazer.

ABSTRACT

This doctoral thesis seeks to investigate the practices of urban recreation in Brazil and its development-including the national developmental until globalization, addressing the artistic production of the period, public policies and inclusion of the private sector, with the parameter analysis of the theory of Habermasian communicative action. Second interpretation of the data leisure in Brazil has grown as complexity systemic society, linked to the daily lives of people, through the spontaneous demonstrations, the relationship between subject and communicative action. With the advancement of sub-systems money and power, leisure appears also been colonized, and in public policies, in private actions, or in the cultural industry in the use of mass communications. In Brazil the state invested in technology (radio aerial, cameras, tapes and studios of cinema; satellites for television, cable, networks, providers for the Internet), then to be operating with private capital. It is not too say that the state was the major patron of the Brazilian leisure. He was effective participation, both in public policies in the state and municipal departments, such as laws, incentives and supervising the operation private. In the historical period was characterized examined the presence of government actions, even with the privatization or the removal of the state. We conclude this work saying that leisure is the fruit of relations between subjectivities intact in the capitalist system, which has developed through the complexity of society, having an intimate connection cultural-artistic. Expressing the three spheres of World of Life (culture, society and personality), through the want of the individual, who is seeking the pleasure of local media, the relationship subjective and action considered by the group as leisure, according to the customs of place. The leisure also reinforces the idea of social development, class and economic power. Their expressions are palpable in society: social activities in groups; practices of popular entertainment (street, and folklore festivals typical), the theatres, and cinemas, the arts, and physical activities, the sport and the mass communication's activities the leisure industry.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO I.....	25
Teoria habermasiana e Método de Pesquisa	25
1. Sistema e Mundo da Vida: duas categorias habermasianas	27
2. Processo de constituição do Estado Moderno	31
3. Como a teoria habermasiana analisa a evolução da sociedade	33
4. O lazer via “Teoria da Ação Comunicativa”	36
5. A metodologia habermasiana	41
6. Lazer e a complexificação da sociedade	45
7. Lazer nos diferentes períodos históricos: uma análise preliminar	48
CAPÍTULO II	51
As práticas de lazer no período nacional-desenvolvimentista	51
1. Transformações sociais, políticas e econômicas no Estado Novo e influências na estruturação do lazer	53
2. A influência das políticas estatais na produção cultural do Estado Novo	60
3. O teatro, o rádio, o cinema e a cultura popular sob influência estadonovista	65
4. O desenvolvimento do lazer no fim da era Vargas e no governo de Juscelino Kubitschek	69
5. O papel da produção cultural na construção do nacionalismo cosmopolita no período de Kubitschek	76
6. O surgimento do nacional-popular: a cultura e a contra-cultura nas expressões artísticas e no lazer	82
7. Os Caminhos do golpe militar	90
CAPÍTULO III.....	93
Lazer e Ditadura: os avanços e retrocessos no tempo livre.....	93
2. Instauração, recrudescimento e mobilização política no Regime Militar	100
3. O Milagre Econômico, a luta armada e a abertura política	105
4. A censura, a repressão, a produção artística e o lazer	110
5. A produção artística nacional-popular e a censura	115
6. A visão dos militares e militantes e a Igreja Católica para preservar as práticas populares de lazer	121
7. A música, o teatro, o cinema e as atividades físicas: lazeres conectados ao regime	125
8. A consolidação da Indústria Cultural no cenário brasileiro	136
CAPÍTULO IV	145
As atividades de lazer no mundo Contemporâneo: a influência da globalização e pós-modernas	145
1. O lento processo de redemocratização brasileiro	147
2. As diferentes ações governamentais afetando as práticas de lazer	151
3. Globalização: alguns aspectos teóricos e sua influência no lazer contemporâneo	160
4. O desenvolvimento da esfera civil como importante fator de compreensão da globalização e do lazer	164
5. A ampliação das atividades de lazer na globalização e sua crítica	168
6. O lazer e a cultura nacional em tempos de globalização	173
7. O lazer na pós-modernidade: conceitos teóricos	177
8. Análises e possibilidades das atividades de lazer contemporâneas	184
CONCLUSÃO	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	199

INTRODUÇÃO

O trabalho discutirá as práticas de lazer e seu desenvolvimento no período que vai do nacional-desenvolvimentista até a globalização, abordando a produção artística do período, as políticas públicas e a inserção do setor privado, tendo como parâmetro de análise a teoria habermasiana da ação comunicativa, que entende a sociedade pela sua divisão em Mundo da Vida e Sistemas, através do processo denominado por Habermas de complexificação sistêmica da sociedade.

O estudo terá como ponto de partida o Estado Novo, onde houve o crescimento da urbanização, o desenvolvimento industrial e o florescimento de uma produção cultural nacional. A opção se deu pela percepção de que a urbanização é um dos elementos chave para compreender o lazer.

O lazer tem um amplo desenvolvimento na urbanização, absorvendo elementos da cultura, das artes e das relações sociais. Com a evolução das relações sociais, econômicas, artísticas, políticas, culturais há a complexificação do lazer, formando um corpo que se inter-relaciona com as outras esferas da sociedade.

O trabalho está dividido da seguinte forma:

No **primeiro capítulo** apresentar-se-á a discussão metodológica, levantando algumas categorias habermasianas como Sistema e Mundo da Vida, colocando como Habermas interpreta a sociedade e desenvolve o conceito de colonização do Mundo da Vida e Complexificação Sistêmica, conceitos que somados às duas categorias são de fundamental relevância para compreender os caminhos do lazer no Brasil. Consolidadas as discussões anteriores, o texto apresentará a constituição do Estado Moderno e análise da evolução da sociedade através dos pressupostos habermasianos, dando base teórica para a interpretação do lazer pela “Teoria da Ação Comunicativa”. Com as categorias fundamentais expostas e a compreensão do desenvolvimento do lazer via teoria habermasiana, será possível apresentar os aspectos metodológicos para a constituição deste trabalho: a interpretação dos autores, das teorias e, principalmente, como a analisar a produção bibliográfica para o entendimento do lazer brasileiro. Por último, apresentar-se-á um quadro com os temas fundamentais que serão discutidos nos capítulos seguintes.

O **segundo capítulo** propõe-se compreender as práticas de lazer no período nacional-desenvolvimentista. Primeiramente apontando as transformações sociais, políticas e econômicas no Estado Novo e suas influências na estruturação do lazer e abordando, também, a produção

cultural e a participação das políticas públicas estatais no tempo livre da população. Posteriormente será discutida a influência estadonovista para a consolidação do teatro, rádio, cinema e cultura popular. Outro momento importante do nacional-desenvolvimentismo foi o governo de Juscelino Kubitschek, nele aparecerão as primeiras formas de lazer cosmopolitas e de tendências nacionalistas de esquerda, principalmente com o movimento nacional-popular e da contra-cultura. Para finalizar este capítulo far-se-á uma pequena introdução dos motivos políticos e sociais que sustentaram a ação dos militares em 1964.

No **terceiro capítulo** discutir-se-á o lazer na ditadura militar destacando os avanços (indústria cultural) e retrocessos (censura) de suas práticas. Na primeira parte deste capítulo apresentar-se-á a instauração, o recrudescimento e a mobilização política no regime, bem como o sucesso do milagre econômico, o insucesso da luta armada e a lenta abertura política. Posteriormente, a censura e a repressão da produção cultural serão analisadas, mostrando como houve refluxo cultural no período. Para finalizar, construir-se-á a tese sobre a gestação da indústria cultural no caso brasileiro.

Será estudando no **último capítulo** a redemocratização e a globalização como faces do lazer brasileiro. A primeira pela tentativa de retornar ao nacional-popular “perdido” na época anterior, e o segundo pela consolidação da mundialização nas práticas de lazer. Para isso far-se-á uma breve discussão histórica sobre o lento processo de redemocratização e as diferentes ações governamentais afetando as práticas de lazer. Em seguida, a categoria globalização será discutida por diversos autores, incluso Habermas que defende a idéia de desenvolvimento da esfera pública. Com estes pressupostos discutir-se-ão as atividades de lazer na globalização. Por último, apresentar-se-á, rapidamente, um pequeno resumo dos autores brasileiros do lazer, discutindo os efeitos históricos, a incorporação dos clássicos e as teorias contemporâneas de lazer.

CAPÍTULO I

Teoria habermasiana e Método de Pesquisa

1. Sistema e Mundo da Vida: duas categorias habermasianas

Dentre as diversas categorias habermasianas duas serão mencionadas com certa frequência, sendo necessário discuti-las nestas primeiras palavras. Pela perspectiva habermasiana a sociedade é constituída por duas realidades, o Mundo a Vida e o Sistema.

O Mundo da Vida se expressa quando os sujeitos, através da comunicação, criam os contextos sociais para viver em grupo, produzindo objetos simbólicos que corporificam estruturas normativas, subjetivas, objetivas e associativas, fundamentais para a consolidação da vida em sociedade:

- a) sob a forma de expressões imediatas: atos-de-fala, atividades dirigidas a metas e ações cooperativas;
- b) sob a forma de sedimentações dessas expressões imediatas: textos, tradições, documentos, obras de arte, objetos culturais e técnicas;
- c) sob a forma de configurações geradas indiretamente: as instituições, os sistemas sociais e as estruturas de personalidade.

A formação do Mundo da Vida se deu através de uma cooperação para as trocas simbólicas que formarão, na seqüência, (a) linguagem, (b) objetos que representam símbolos e (c) instituições que ampliam a ação da linguagem. Antes de qualquer documento escrito o Mundo da Vida já estaria constituído, dando espaço para ações que fortaleçam os itens a, b e c, denominadas ações comunicativas. A ação comunicativa é parte indissociável do desenvolvimento do Mundo da Vida. Deste desenvolvimento decorre a formação de três institutos: social (trocas entre os pares); objetivo (relação com o meio) e subjetivo (formação da personalidade), quando do desenvolvimento destes, somados com a constituição da linguagem, objetos e instituições, temos a formação do Mundo da Vida.

O conceito, Mundo da Vida, habermasiano, não se atém somente a um ponto de vista cultural, este é insuficiente para a “Teoria da Ação Comunicativa”, uma vez que o Mundo da Vida não se restringe a um mero processo de produção simbólica. Porque alcançando isso se deve consolidar o entendimento sobre algo no mundo, através dos quais as pessoas desenvolvem, confirmam e renovam suas pertencas a grupos sociais, as formas de vida e as suas identidades. O conceito de mundo da vida corresponde a três estruturas formadoras essenciais: cultura,

personalidade e sociedade – que são seus componentes invariantes e atemporais. Portanto, o mundo da vida corresponde a uma forma de cultura, um tipo de sociedade e uma estrutura de personalidade – variável temporal e historicamente, tendo na linguagem o meio de constituição destas estruturas. Suas funções básicas são fomentar o entendimento mútuo, permitir a coordenação de ações e promover a socialização.

Para Habermas (1989, p.50) a cultura se consagra como estoque de conhecimento e é parte do Mundo da Vida mais complexo, segundo o autor, porque contém as formas de interação e construção da personalidade:

Cultura é o estoque de conhecimento de que os participantes na comunicação se suprem com interpretações quando alcançam um entendimento sobre algo no mundo; sociedade são as ordens legítimas através das quais os participantes regulam suas pertencas a grupos sociais e, portanto, asseguram a solidariedade; personalidade são as competências que tornam um sujeito capaz de falar e agir, que o colocam numa posição de tomar parte nos processos de alcançar o entendimento e, portanto, de afirmar sua própria identidade. As interações da prática comunicativa constituem o meio através do qual se reproduzem cultura, sociedade e personalidade. Esses processos de reprodução cobrem as estruturas simbólicas do mundo da vida.

A reprodução cultural assegura a continuidade da tradição ponderando-a pela coerência do conhecimento compartilhado. A reprodução social assume a coordenação das ações por meio das relações interpessoais legitimamente reguladas, promovendo a estabilidade da identidade do grupo para a vivência cotidiana, mensurando-se pela solidariedade entre os membros e a socialização das gerações. Na reprodução da personalidade consolidam-se as histórias da vida individual, harmonizando-se com as formas de vida coletivas, sendo avaliadas pela responsabilidade das pessoas.

Os distúrbios correspondentes a cada uma dessas estruturas seriam:

- 1) a perda de sentido do estoque de conhecimentos disponíveis para as novas situações, no plano da reprodução cultural;
- 2) a anomia em relação às ordens institucionais existentes para fazer face às necessidades de coordenar as ações nas novas situações;
- 3) as psicopatologias e fenômenos correspondentes de alienação da identidade, incapaz de manter a intersubjetividade das situações de ações definidas em comum.

Para Habermas (1987a; 1987b) a linguagem seria o verdadeiro traço distintivo do ser humano, pois lhe atribui a capacidade de tornar-se um ser: individual, social e cultural. Fornecendo-lhe uma identidade e possibilitando-lhe partilhar estruturas de consciência coletiva.

A linguagem se manifesta através da ação comunicativa, mecanismo de coordenação das ações baseadas na intersubjetividade e no entendimento lingüístico, que acarretará na total ausência de coerção, já que posições assumidas deverão levar em conta a possibilidade de que venham a ser contestada pelos demais, devendo provar-se por suas pretensões de validade e não por qualquer influência externa ou pelo uso da força.

O Sistema, por sua vez, é formulado pela perspectiva de ganhos sobre o outro, a partir da colonização do Mundo da Vida e incorporação da linguagem voltada para o uso instrumental. Este Agir Instrumental vem dos estudos da Escola de Frankfurt, principalmente na década de 1940, sob o tema da razão instrumental e da dialética negativa de Adorno e Horkheimer. A razão instrumental representa esse modo de conhecer do sujeito que se apropria dos objetos de conhecimento unicamente com a finalidade de dominá-los e utilizar-se deles para fins instrumentais. Isto leva a uma relação indissolúvel entre emancipação e subjugação. A dialética negativa exprime exatamente a crença de que a subjetividade trabalha para sua extinção pela força de sua própria lógica, que a cada avanço no processo de dominação, a humanidade se torna cada vez mais envolvida na reprodução instrumental.

Na “Teoria da Ação Comunicativa” Habermas procura reabilitar as intenções originais da teoria crítica da década de 1930 e substituir o modelo crítico da dominação através da relação de apropriação material do excedente da produção que origina as classes sociais, pelo modelo da crítica da cultura moderna ou da modernidade, uma vez que os conflitos fundamentais da sociedade contemporânea não se dão mais ao nível da estrutura econômica, mas foram deslocados para a esfera superestrutural. Através dessas duas atitudes, de reabilitação e alteração simultânea do modelo crítico, Habermas procurou estabelecer um diagnóstico das patologias sociais contemporâneas que fornecesse à ciência social um referencial de análise e crítica das formas de dominação.

No texto abaixo a autora clarifica bem a distinção entre o razão comunicativa e a instrumental:

Enquanto na razão instrumental a relação de conhecimento e ação se faz nos moldes de filosofia da consciência, entre um sujeito que conhece e um objeto apreendido, mesmo que este objeto também seja um sujeito, isto é, numa relação monológica, solitária e autoritária, na razão comunicativa ela é intermediada pela linguagem, o que significa que será realizada entre sujeitos, todos igualmente capacitados, atribuindo-lhe essencialmente um caráter de diálogo, no que lhe permite escapar da lógica da subjetivação reificante da filosofia da consciência (CARVALHO, 1992, p.60).

O Mundo da vida é o armazém do saber humano, ele surge conjuntamente quando dois sujeitos entram em contato para a formação da sociedade. O Sistema surgirá somente com o desenvolvimento da sociedade, através da complexificação sistêmica, quando os mecanismos sistêmicos se apóiam nas estruturas do Mundo da Vida colonizando-os para uso estratégico. Por exemplo, a linguagem serve tanto para a cooperação entre sujeitos, como para garantir ganhos sobre outro, este segundo uso é estratégico, portanto é um uso colonizado da linguagem.

Apoiado nas análises weberianas, Habermas vai explicar que, em virtude da aquisição de um novo estágio de estruturas de consciência moral e legal, as esferas de valores culturais, sociais e subjetivas criam autonomia, adquirem lógicas próprias e se institucionalizam em sistemas. Esta racionalização cultural permite um aumento do nível de complexidade sistêmica, exemplificada pela institucionalização da economia capitalista e do Estado moderno. Neste momento histórico ocorre a diferenciação dos sistemas de ação econômico e administrativo, o Sistema separa-se em Sistema Poder e Sistema Dinheiro, a dinâmica de independência desses sistemas sociais em torno de dinheiro e poder é tão forte que eles se tornam totalmente desligados dos valores culturais. Dar-se-ia, assim, a cisão, a ruptura entre Sistema e Mundo da Vida, ocorrendo o estágio atual da sociedade moderna.

2. Processo de constituição do Estado Moderno

Para Habermas (1990c) existem níveis organizacionais das sociedades, partindo da:

- a) Sociedade tribal onde a relação de parentesco é forte e existe a separação de papéis ligados ao sexo, idade e força.
- b) A estratificação por hierarquia dos postos, da sociedade tribal, é trocada pelo status de prestígio devido à descendência, criando vínculos de parentesco, símbolos e sangue.
- c) Quando se inicia o processo de sistematização das organizações estatais temos a dominação político administrativa, com o conceito de autoridade do título, que é tido como direito pessoal em virtude da institucionalização do poder. O surgimento do Estado como única fonte de poder, onde todos nele se baseiam para troca.
- d) Com o surgimento da esfera privada ocorre a relação legal entre pessoas numa sociedade de classes economicamente constituída, o conceito de direito privado garante os negócios na atividade privada. Existindo a relação do Estado com o Sistema e as diferentes esferas do Mundo da Vida.

Em resumo, para a constituição do Sistema foi necessário a ampliação dos papéis dos indivíduos com o desenvolvimento das instituições burocráticas, primeiro no nível estatal, posteriormente no privado, com o direito acompanhando esta evolução. O capitalismo criou uma estrutura normativa ligada a representações legais, com elevados índices de racionalização da economia e o avanço do Estado sobre outras áreas da vida.

Mesmo com os avanços da política, economia, sociedade, urbanização, trabalho, Habermas afirma que existe apenas uma realidade primordial, o Mundo da Vida, essencialmente comunicativo, que deve ser vivenciado, pois é nele que as pessoas vivem pensam e se relacionam.

Em um momento particular da sociedade as necessidades materiais parecem tornar-se autônomas, desenvolvendo uma lógica própria rompendo com todos os contextos normativos em que até então se baseavam, inaugurando novos mecanismos de inter-relação entre as pessoas. Os

contextos sociais não comportam estas transformações, a tradição cultural não suporta novas formas de vida e a personalidade assume outros sentidos. Com a introdução desta nova forma de comunicação no mundo da vida, as sociedades perdem seu caráter unificado, em que questões de necessidade externa e interna eram profundamente interligadas, e dá-se o fenômeno do desmembramento entre Sistemas e Mundo da vida.

O crescimento exagerado dos Sistemas acaba implicando na atrofia do Mundo da Vida. Com a hipertrofia dos Sistemas e contínua reprodução material, a necessidade e integração social começam a sofrer agudamente a influência das exigências por dinheiro e poder e a sociedade deixa de atender a sua função básica de lugar das realizações das relações morais, para tornar-se um espaço de desenvolvimento de meras relações contratuais, econômicas e jurídicas.

Segundo Habermas (1987b; 1990c) o mundo da vida atualmente é o espaço de construção da linguagem através da cultura, cuja função é conservar os costumes e as normas de ação socialmente válidas; a personalidade, responsável pela socialização e manutenção de valores morais; e a sociedade, que tem por objetivo constituir as formas de integração entre sujeitos.

Com o desenvolvimento dos Sistemas sobre o Mundo da Vida ocorrem patologias sociais, ficando mais nítidas no capitalismo, como a perda da moralidade, dos sentido das tradições, da anomia e dos distúrbios de formação da identidade. Tornando a sociedade presa a tradições sem conteúdo normativo, extremamente individualista e perdendo cada vez mais a relação intersubjetiva.

Habermas's theory of communicative action represents a critical synthesis of the leading sociological theories, primarily of those of Parsons, Weber and Marx. His general theoretical objective is to link the communicative action theory, as a variant of the action theory, with the system theory into a comprehensive approach to the social theory (MITROVIĆ, 1999, p.220).

Habermas não propõem uma solução para patologias, mas poder-se-á apontar, como possível saída, a restituição da moralidade perdida, o revigoramento do poder integrador da sociedade, a reconquista do espaço público e o fortalecimento da sociedade civil enquanto órgão de discussão para a coordenação da ação social. Para que isso possa acontecer torna-se necessário restaurar o equilíbrio entre a lógica e a dinâmica do desenvolvimento, fazer com que a lógica sistêmica passe a ser controlada pela lógica interativa, de tal forma que impeça o predomínio dos meios não integradores sobre o meio comunicativo.

3. Como a teoria habermasiana analisa a evolução da sociedade

A análise habermasiana sobre a sociedade passa primeiramente pelas formas de comunicação e interação das pessoas, fato imprescindível para compreender o mundo das relações humanas. Habermas (1987a) acredita que a evolução material das sociedades é uma consequência de sua evolução cultural no Mundo da Vida.

O termo Mundo da Vida é fundamental para Habermas, porque nele existe uma lógica de racionalização comunicativa, ou forma de entendimento que se pauta na construção coletiva da linguagem.

Ao colocar a comunicação em destaque Habermas (1990a) entra em choque com o materialismo histórico, porque o avanço da sociedade não se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas e sim pela construção simbólica. No livro “Para reconstrução do Materialismo Histórico” Habermas aponta uma análise da sociedade a partir daquilo que foi denominado por Marx de superestrutura. Habermas afirma que não é a produção material o motor da história e sim o potencial comunicativo.

Para Habermas a evolução da sociedade se dá pelo desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, adquiridas inicialmente por determinados membros da sociedade ou por determinados grupos marginais que penetram na sociedade. Deste modo, as sociedades “aprendem” resolvendo problemas, que representam desafios evolutivos. Estes desafios são formados por uma ampliação das formas de vida e a partir deste novo processo evolutivo ocorrem novas formas de ver o mundo. A racionalização, o desencantamento do mundo e os usos de tecnologia, apropriados do referencial weberiano, são referências a este processo. Por isso, não podemos entender a sociedade com regras estanques ou construídas por uma elite absoluta ou poder absoluto, mas formas culturais que evoluem pelo aprendizado subjetivo, social e normativo.

Habermas afirma que os homens se relacionam no mundo e evoluem enquanto espécie, não pelo trabalho e sim pela interação. Isto fica bastante claro quando ele estabelece a aquisição da linguagem como o marco decisivo para o início da história humana. Habermas (1990a) acredita que a evolução material das sociedades é uma consequência de sua evolução cultural.

O fragmento de Habermas discute exatamente a evolução da sociedade:

As estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem por via da continuação do saber válido, da estabilização, da solidariedade dos grupos e da formação de atores capazes de responder suas ações. O processo de reprodução enlaça as novas situações com os estados de mundo existentes, e, tanto a dimensão semântica dos significados e conteúdos (da tradição cultural), como na dimensão do espaço social (de grupos socialmente integrados) e do tempo histórico (da sucessão de gerações). A estes processos de reprodução cultural, integração social e socialização correspondem os componentes estruturais do mundo da vida que são a cultura, a sociedade e a personalidade (HABERMAS, 1987b p.195 e 196).

Diferentemente do modelo weberiano – de ação racional com respeito a fins, que parte do agente que se orienta primariamente à consecução de uma meta suficientemente precisa em conceitos concretos, elegendo as ações que parecem ser mais adequadas em cada situação – Habermas (1987a, p.361) diferencia a ação em dois tipos: “ação estratégica, ligada ao êxito egocêntrico e a ação comunicativa ligada ao consenso”. Na ação comunicativa os participantes não se orientam primariamente ao próprio êxito, antes perseguem seus fins e seus respectivos planos de ação para que estes possam harmonizar-se entre si, sobre a base de uma definição compartilhada da situação. Deste modo, além da ação do falante e ouvinte caracterizada pela transformação da ação teleológica para estratégica, deve-se também considerar que a ação do indivíduo é racional partindo de pressupostos práticos do cotidiano que são construídos no mundo da vida. Segundo o autor alemão não podemos pensar a ação estratégica apenas fragmentada na comunicação direta, mas no sentido amplo de ação, quando os valores dão base para o significado que o agente dá para a sua ação racional.

Assim vê-se que a sociedade não é composta apenas pelos princípios unilaterais do êxito ou voltada para a execução das normas, como também por aspectos econômicos, mas deve ser vista através da complexidade de todos estes sistemas. Ao entendermos as atividades humanas como socialmente coordenadas, onde seus membros dispõem suas ações para viver em comunidade, os sujeitos têm que estabelecer a comunicação tendendo a um acordo como primordial. Estas condições se tornam acessíveis na modernidade, com o desencantamento do mundo, a diferenciação de forma de vida e a consolidação da personalidade.

A razão comunicativa, para Habermas (1987a, p.39), não se limita a dar por pronta a consciência de um sujeito ou de um sistema, mas participa na estruturação deste. A perspectiva utópica de reconciliação e liberdade está baseada nas condições mesmas de socialização comunicativa dos indivíduos, esta já inserida no mecanismo lingüístico de reprodução da espécie.

A integração dos membros da sociedade, que se efetua através de processos de entendimento, encontra seus limites na violência dos interesses pessoais e na pressão que exerce o Sistema sobre o Mundo da Vida. Mesmo com o processo de colonização da linguagem, a comunicação segue no seu objetivo de ser o armazém do saber. Nela os seres dotados de razão criam os mecanismos de intersubjetividade e reprodução do mundo da vida. “Communicative action as linguistically mediated interactions in which all participants pursue illocutionary aims, and only illocutionary aims, with their mediating actions of communication” (HABERMAS, 1984, p.295).

Communicative action takes place in the context of the lifeworld – a background of implicit, prereflective knowledge. Habermas uses Husserl’s definition of lifeworld as consisting of “individual skills, the intuitive knowledge of how one deals with a situation; and from socially acquired practices, the intuitive knowledge of what one can rely on in a situation, not less than, in a trivial sense, the underlying convictions” (Habermas, 1987c, p. 35).

Habermas estuda o desenvolvimento da sociedade através da evolução social, tendo como ponto de partida a linguagem, preocupando-se com as formas de interação do homem no mundo. Ao não colocar o trabalho como categoria fundamental a teoria habermasiana possibilita uma interpretação do lazer construída no desenvolvimento do Mundo da Vida. O lazer, como objeto da Teoria da Ação Comunicativa, será analisado pela linguagem, interação, bem como, pelo processo de complexificação sistêmica. Este estudo não colocará o lazer como antítese do trabalho moderno, mas sim como parte integrante do mundo da vida. O lazer se modifica, transforma e evolui conforme os avanços dos Sistemas no processo de colonização do mundo da vida. O lazer existe no mundo moderno de maneira espontânea no mundo da vida e de maneira colonizada nos sistemas.

4. O lazer via “Teoria da Ação Comunicativa”

O lazer interpretado via “Teoria da Ação Comunicativa” seria essencialmente uma relação social que se expressaria no Mundo da Vida. Ele seria uma prática intersubjetiva que foi definida no Mundo da Vida, não como parte de algum contexto particular, como família, parentesco ou norma, mas algo único que se interconecta com os diversos elementos do Mundo da Vida.

Nas atividades de lazer existe uma necessidade de comunicação. O cinema, a televisão, o rádio e a música pautam-se na idéia de comunicação entre sujeitos buscando entendimento. A essência da produção cultural ligada ao lazer é ser mais um interlocutor do Mundo da Vida, servindo para a evolução da linguagem, das instituições e formação da personalidade, portanto o lazer expressaria os três mundos: social (relação entre as pessoas); objetivo (transformação da natureza) e pessoal (construção da subjetividade).

O lazer ancora-se no Mundo da Vida e se expressa por ele. Como ocorre com o mundo vivido o lazer também se complexifica, a partir da racionalização das formas de vida, criando novas maneiras de se relacionar com a sociedade. Por exemplo, uma invenção tecnológica, como a luz, muda completamente as formas de vida ao entorno, tornando-as mais complexas, porque é mais um elemento que existe no mundo para se relacionar. Ou mesmo a televisão, acontecimento tecnológico-cultural que transformou e deu novos rumos para a produção artística nacional, este acontecimento altera a forma de vida e dá novas bases para as ações racionalizadas. A complexificação da sociedade, em síntese, é a integração da racionalização das formas de vida no mundo da vida. Esta racionalização e a modernização aparecem como atualização social de um potencial cultural, exercendo no mundo social uma ampliação sistêmica através da atualização de valores normativos, sociais e subjetivos.

Pode-se afirmar, segundo a “Teoria da Ação Comunicativa”, que o lazer surge no mundo da vida através da integração entre as pessoas, da busca do divertimento e da vontade de sentir prazer, já que estes elementos são característicos do humano e próprios do lazer (GUTIERREZ, 2002). A complexificação do lazer dá-se nas sociedades modernas com a (a) sistematização dos tempos (separação do mundo das obrigações e do divertimento) e (b) desencantamento do mundo (racionalização das formas de vida).

(a) Na sistematização do tempo:

Ocorre a separação daquilo que seja trabalho (Sistema) e aquilo que seja lazer (Mundo da Vida). A análise do mundo por antíteses temporais Lazer-Trabalho mostra que em um momento histórico houve a cisão daquilo que era Mundo da Vida e daquilo que era Sistemas. No entanto, esta é uma interpretação distinta da de Bramante (2003) que aponta a existência do lazer a partir do trabalho moderno. Na interpretação habermasiana o lazer existe no mundo da vida, antes durante e após a complexificação sistêmica, logicamente uma transformação social afeta a maneira de vivenciar o lazer, porque a sociedade por inteiro evolui. O lazer exemplifica o que seria a passagem para a sociedade complexa via interpretação habermasiana, a divisão entre Sistema e Mundo da Vida.

(b) No desencantamento do Mundo:

Ocorre no lazer aquilo denominado por Habermas, via interpretação weberiana, racionalização dos símbolos, perda do sagrado e formas mais racionais de se viver. Exemplos, (1) formas racionais de se viver: não será considerado lazer a briga de galo e sim delito; (2) racionalização dos símbolos: o carnaval como símbolo católico perde este significado para ser algo vinculado a indústria cultural; (3) perda do sagrado: o sexo considerado para a procriação torna-se também lazer. Estes exemplos mostram que o lazer desenvolve-se conjuntamente à racionalização da sociedade. O lazer também existe de forma colonizada, através do Sistema Dinheiro – atividades desenvolvidas pelo Estado – e do Sistema Poder – atividades do mercado.

A exigência dos trabalhadores ao tempo livre é a busca pelos elementos do Mundo da Vida (integração social, reprodução da linguagem e busca do prazer). Por isso da importância das conquistas trabalhistas para a consolidação do lazer. O período inicial de desenvolvimento industrial se caracteriza por aquilo que Habermas denominou patologias da sociedade, que foi a invasão do Sistema no Mundo da Vida.

Outro processo discutido no item primeiro deste capítulo, e que pode ser exemplificado pelo lazer, é o da colonização do Mundo da Vida pelo Sistema Poder e Sistema Dinheiro. Resumidamente o Sistema Dinheiro é a atuação do mercado e da indústria do lazer e o Sistema Poder é a atuação do Estado através de políticas públicas, leis e decretos. Com o desenvolvimento

da sociedade o lazer é incorporado pelo Sistema Poder e Sistema Dinheiro, ocorrendo uma absorção dos temas do lazer. O lazer, após esta colonização, continua sendo algo expresso espontaneamente no Mundo da Vida, porém, será algo explorado pelo Sistema. Portanto, existem lazers: comunicativo e estratégico; espontâneo e industrial.

O lazer ao final do seu desenvolvimento torna-se algo que se expressa pelo:

- a) Sistema Poder: ação do Estado em interferir no lazer das pessoas;
- b) Sistema Dinheiro: ação do mercado em criar tipos de divertimento;
- c) Mundo da Vida: ações sociais nos espaços livres de interferência do Mercado ou do Estado, como os amigos, a rua e a casa.

As colocações anteriores sintetizam a construção teórica do lazer através da apropriação da teoria da ação comunicativa. O lazer faz parte do Mundo da vida, complexifica-se, racionaliza-se e, posteriormente, é colonizado pelos sistemas (dinheiro e poder).

A análise proposta vincula três tendências do lazer, que será discutida no quarto capítulo, a primeira tendência é a que vê o lazer através da cultura – como componente do mundo da vida o lazer tem uma dimensão cultural importante; a segunda tendência que discute o papel do Estado como grande propulsor do lazer – o lazer também existe de forma colonizada no sistema poder; e a última tendência que defende a função do Mercado como prioritário para o lazer – o sistema dinheiro também colonizou alguns elementos do lazer e incorporou como mercadoria. No entender deste trabalho, a teoria habermasiana avança frente a outras interpretações porque a Teoria da Ação Comunicativa sintetiza várias esferas de influência do lazer (Cultura, Estado e Mercado), colocando a interação entre elas como a forma que o lazer na sociedade contemporânea se expressa.

O desenvolvimento do lazer parte da colonização do mundo da vida e de uma sofisticação do sistema, organizando-se e inter-relacionando-se para a complexificação sistêmica.

Em termos gerais, o lazer, segundo pressupostos habermasianos, era algo que existia na sociedade tribal sem diferenciação das outras esferas de vida. O lazer se confundia com o trabalho, porque não havia a sistematização dos tempos. Com a urbanização, a separação do tempo e a industrialização da sociedade capitalista, o lazer e o trabalho se complexificam, separando-se em unidades coesas independentes, o que daria a impressão de antíteses. Lazer e trabalho são formas independentes, o lazer não nasceu do trabalho, apenas se diferenciou como outras esferas da vida. Cada segmento complexo da sociedade (trabalho, família, religião, lazer)

vive conjuntamente aos outros sistemas dentro de uma mesma realidade que podem se confrontar, uma mesma ação social pode tanto significar trabalho, cultura, atividades do cotidiano ou lazer, depende da intenção que o sujeito e a sociedade dão a ação.

Praticar esporte pode ser como amador ou profissional, é a mesma atividade, mas o primeiro está no Mundo da Vida e o segundo no Sistema como trabalho. Desta forma a racionalização da sociedade cria novas formas de vida, ampliando o leque de interpretação da ação social.

Esta dificuldade se expressa cada vez mais nas sociedades complexas, principalmente quando o trabalho coloniza as atividades de lazer, a exemplo da: ginástica laboral; turismo escolar; turismo de aventura para executivos; treinamento precoce. Para resolver esta situação, deve-se lembrar que o lazer expressa as três esferas do Mundo da Vida (cultura, sociedade e personalidade), estas esferas estão em simbiose que podem ser exemplificadas pela: livre vontade do indivíduo em fazer a atividade; prazer que está buscando; espaço social que ocorre a atividade; trocas com outros sujeitos; e ação ser considerada pelo agrupamento como sendo lazer, de acordo com os costumes do lugar. Será lazer se o indivíduo esteja se relacionando com seus pares (cultura), buscando prazer (personalidade) e se aquela atividade é considerada lazer pelo grupo (sociedade).

Nas sociedades complexas o lazer se desloca do Mundo da Vida sendo apropriado pelo Sistema, se expressando através das ações políticas do Estado como o Esporte para Todos no regime militar; das ações do Mercado como a indústria cultural; e logicamente, nas relações espontâneas no mundo da vida como o folclore. Fica difícil separar a influência do poder e do consumo de um lado, das atividades do Mundo da Vida de outro. Deve ficar claro que o lazer não se caracteriza unicamente pelo consumo, mas pelas suas afinidades internas e construção de símbolos no mundo da vida, através da relação lazer e cultura (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004). Isto é, não é o consumo que constrói e alimenta o lazer moderno, mas a vontade de sentir prazer e diversão (ALMEIDA, 2003).

Outro ponto importante e controverso é o pagamento das atividades de lazer. Pagar ou não pagar não é determinante para afirmar que uma atividade de lazer encontra-se no Sistema ou Mundo da Vida. As ações dos sujeitos são determinantes, isto é, se as ações são comunicativas ou estratégicas.

Se num hotel o atendente só trata o hóspede bem para ganhar uma gorjeta; ou alguém joga tênis com o chefe para receber um aumento; ou vai ao cinema para assistir a um filme para fazer um trabalho da escola; ou promove um dia de lazer para angariar votos; ou vai para Fernando de Noronha como agente de viagens; ou o esporte é seu trabalho; ou vai ao clube porque o médico mandou; ou faz sexo por dinheiro, todos estes exemplos mostram uma relação estratégica com o lazer, tendo como pano-de-fundo o Mundo da Vida apropriado pelo Sistema. Porque se você por um lado como hóspede, chefe, cidadão, comprador de sexo pode ter uma relação comunicativa com seu interlocutor, ele por sua vez age estrategicamente, não havendo busca de consenso, cooperação, não existindo ação comunicativa. Cabe lembrar que a ação comunicativa se faz com no mínimo dois sujeitos conscientes que buscam o consenso através da interação entre subjetividades intactas. Não ocorrendo, há a ação estratégica.

Todavia deve-se ter o cuidado de lembrar que o sentimento humano de integração social e de sociabilidade espontânea a partir de ações culturalmente determinadas é anterior a um lazer estratégico. A vontade de procurar lazer encontra-se no mundo vivido, deste modo o lazer, segundo Gutierrez (2002), é determinado historicamente e possui característica material imutável que é a busca pelo divertimento como elemento fundamental e distintivo. A forma lazer, portanto, caminha conjuntamente com a evolução social, a transformação do mundo da vida e a inovação do sistema. Neste caso, o lazer estratégico faz parte do processo de desenvolvimento do Sistema Poder e Dinheiro, que se complexifica e ao mesmo tempo coloniza as relações sociais do Mundo da Vida, como a diversão, o prazer e a alegria, ou mesmo os jogos, as festas e as relações pessoais, transformando-as em atividades voltadas para o uso estratégico.

5. A metodologia habermasiana

Segundo Carvalho (1992, p.95) a introdução do conceito lógica do desenvolvimento, na teoria da evolução sistêmica, demonstra empiricamente a existência de estruturas invariantes gerais do mundo da vida, através das épocas e culturas, para atender à pretensão de universalidade do conceito cotidiano de mundo da vida:

Desse modo, Habermas conseguiria alcançar o objetivo de sua teoria do agir comunicativo, isto é, o estabelecimento das estruturas gerais da ação orientada para alcançar o entendimento, apoiado num procedimento pragmático-formal que necessariamente deverá abstrair-se: a) da dinâmica histórica dos eventos no desenvolvimento das estruturas cognitivas; e b) da concreção histórica de formas de vida na evolução da sociedade. Podem-se descobrir as estruturas invariantes gerais dos mundos vitais históricos, fica comprovada, portanto, a universalidade deste conceito. Se a diferenciação estrutural do mundo da vida implica num aumento da racionalidade, este fato comprova a própria atuação da racionalidade comunicativa e seu avanço para níveis cada vez mais abstratos de valores culturais. Habermas afirma que o processo de diferenciação estrutural do mundo vital segue a lógica da racionalidade comunicativa, ou, a lógica interna do espírito.

No sentido apontado pela citação acima, fica claro que ao estudar empiricamente a evolução do lazer, através dos dados históricos, estamos compreendendo a dinâmica historiográfica dos eventos no desenvolvimento das estruturas de relacionamento, tendo como foco as expressões culturais, mostrando que a evolução da sociedade brasileira é conectado ao que Habermas denominou complexificação da sociedade através do desenvolvimento do Sistema ancorado no Mundo da Vida. O estudo a seguir tem como característica também reforçar a teoria habermasiana de evolução da sociedade.

Porém, não será o enfoque do trabalho descrever a filogênese do lazer, mas sim o lazer na urbanização e na industrialização, discutindo como ocorreu a transformação da sociedade e a influência deste fenômeno no tempo livre. Segundo Corbin (1995a) o lazer passa a ser algo importante no capitalismo porque grande parte da população começa a ter acesso.

A bibliografia consultada coloca que o momento histórico que a sociedade brasileira deixou de priorizar a monocultura cafeeira e investiu na sociedade industrial foi com Getúlio Vargas, ele foi o grande representante desta complexificação do lazer, iniciando o processo de interferência do Estado no lazer, criando a legislação trabalhista que permitiu uma nova forma do

lazer existir e, também, fornecendo as bases sociais para a criação das primeiras expressões do lazer de Mercado, como exemplo o rádio, as viagens e os clubes.

Durante todo este trabalho far-se-á a relação do desenvolvimento social e das novas expressões do lazer, apontando as ações dos governos, as novas expressões de lazer do mercado, e como se deu a incorporação do Sistema nestas atividades de lazer surgidas do Mundo da Vida.

Com a metodologia da “Teoria da Ação Comunicativa” partimos do pressuposto que o objeto lazer é dotado de significação própria e não arremedo de outros objetos como o trabalho, a economia ou o tempo. Estudar-se-á o lazer na busca do seu significado histórico-social, preocupando-se com as formas de associação dos fatos históricos, sociais, culturais e suas influências na expressão do lazer na sociedade. A conceituação adotada parte de um modelo da visão do autor de referência, para uma análise ampla do fato social. Tendo a intenção de buscar o entendimento não na exclusão de conceitos, mas na ampliação através da assimilação.

Distinguem-se três funções para o uso da metodologia: primeiro a função cognitiva de exposição de um estado de coisas; segundo a função expressiva na qual o autor apresenta sua hipótese e, por último, a função apelativa (no sentido de debate) onde é criado o canal de comunicação. A teoria habermasiana, sobre forma de expressão teórica, é uma tentativa de construir o modelo de conhecimento a partir das suas raízes sociais e relacionais (MCCARTHY, 1987 p.77).

Dentre as várias expressões do lazer, este trabalho deu uma atenção especial para a produção artística, porque nela poder-se-á compreender as transformações históricas, sociais e culturais da sociedade, além de serem atividades de lazer ligadas a contemplação, volúpia, consumo e diversão. Partir-se-á do pressuposto que assistir a um filme, ir ao teatro, ver televisão e ouvir música são tipos de lazer. Segundo Turnaturi (1995, p. 180) as apresentações e os espetáculos são maneiras de encontro social espontâneas, que tem no espetáculo, na diversão, no prazer e na relação entre sujeitos sua expressão. Este texto se preocupou em descrever o que o público assistia e ouvia. Os espetáculos artísticos, além de serem forma espontânea de lazer, são mediadores dos acontecimentos históricos.

Existem análises dos brinquedos e das brincadeiras (OLIVEIRA, 1982); da indústria cultural (RAGO, 1999) e das festas populares (MAGNANI, 1998), como fenômenos do lazer. Aqui o lazer será estudado através de outra referência, mostrando-o ligado às artes e espetáculos, relacionando-o com os diversos grupos sociais, comunidades, sindicatos, estudantes, elites,

operários, classe média e suas diferentes manifestações. Cabe um exemplo para elucidar o fato. Werneck (2001) aponta que a televisão é a maior atividade de lazer do brasileiro, procurou-se no texto desvendar suas origens, e, ao fazê-lo descobriu-se que o nascimento da televisão tem íntima relação com o rádio, o teatro, a música, a poesia, entre outros ramos artísticos, por isso entendê-los.

Em linhas gerais procurou-se discutir, como se desenvolveu:

- (a) o rádio e o cinema – investimento no governo Getúlio Vargas preocupado com a integração nacional e utilização política;
- (b) os espaços teatrais – urbanização;
- (c) a televisão – preocupação dos militares na segurança nacional com os satélites e as antenas de comunicação.

Existe uma relação da complexificação do lazer e o surgimento de cada ramo cultural que se insere no tempo livre, por isso a análise de cada um destes segmentos.

Ao utilizar a produção cultural como análise do lazer no Brasil desvendamos o pensamento social vivo. Assim como há um espírito social que conduz as pessoas à prática da atividade física hoje ou a certo tipo de lazeres, como os parques temáticos, havia um espírito social que levava as pessoas a certo tipo de lazer ontem, como as peças, filmes, espetáculos. Ambas exprimem uma vontade pessoal e uma construção social.

A outra análise será das atividades de lazer que não foram dominantes. Não se ficou preso, todavia, apenas às atividades de maior público, mas também às várias tendências do período como as expressões artísticas não dominantes que muitas vezes tornaram-se vanguarda. Talvez a mais evidente seja a contra-cultura anterior ao golpe militar até a promulgação do AI-5, bem como as atividades no período militar que de algum modo iam contra a ditadura. Estas atividades de lazer não eram dominantes, mas representava uma efervescência do período, uma tendência. Deste modo, elas foram estudadas porque refletiam uma postura política no momento do lazer, deixando claro, desde já, que o lazer refletirá o momento em que se insere. Por exemplo, com Getúlio Vargas é de limpeza, higienização e controle; com Juscelino Kubitschek um lazer urbano toma forma; em João Goulart de transformação e renovação; no Regime Militar de protesto e o nascimento da Indústria Cultural; na Globalização um lazer múltiplo e tecnológico.

Em cada período histórico o lazer se identifica com o movimento da época, mostrando-se um vasto campo teórico de pesquisa para compreender a sociedade.

A tese foi separada em três grandes períodos históricos: Nacional-desenvolvimentismo; Período Militar; Redemocratização e Globalização, focados nas políticas públicas; nas atividades empresariais; nas teorias do lazer; nas atividades artísticas do período; nas análises políticas, econômicas, sociais e culturais. A separação serviu para interpretar o desenvolvimento da sociedade e sua complexificação através das práticas de lazer.

6. Lazer e a complexificação da sociedade.

Agora, apresentar-se-á os caminhos da construção da tese, discutindo os motivos, as formas e os métodos para fazer o trabalho. Primeiramente, cabe lembrar que a tese se desenvolveu a partir da seguinte indagação, como se deu o processo de desenvolvimento do lazer no Brasil? Quais as suas especificidades, sua relação e semelhança com as ações políticas e econômicas mais relevantes, e qual sua relação com atividades culturais brasileiras como o cinema, teatro, televisão e rádio?

O trabalho ganha relevância a partir do entendimento que as teorias de lazer precisam de um panorama geral do seu desenvolvimento. Acredita-se que ao estudar esta evolução desde Getúlio Vargas que inicia um processo de ampliação das atividades de lazer, com o surgimento do rádio, do crescimento urbano, da industrialização, das políticas estatais, será possível uma melhor compreensão das expressões contemporâneas de lazer. Mostrando que há uma relação entre o que acontece em uma esfera da vida, como uma nova expressão artística, com as outras, ou mesmo compreender que uma ação política, ou econômica, afeta toda a estrutura social incluso o lazer. Ao separar este trabalho em capítulos a partir de uma periodização histórica (Nacional-desenvolvimentismo, Regime militar e Globalização) – periodização utilizada pelos seguintes autores (SKIDMORE, (1975, 1998); RIDENTI, (1999); SANTANA e SOUZA, (2003); ALVAREZ, (2003); SALLUM, (1999); CARVALHO, (2005); SANTOS, (2001); IANNI, (2002, 2005); STEPAN, (1986)) –, já se apresenta uma idéia geral do que será feito. O estudo partirá da compreensão da sociedade brasileira, a partir de discussões teóricas sedimentadas, com a diferença que caberá ao lazer, e não a política ou a economia, o papel de destaque. Por isso da relevância, colocar nos períodos consolidados os acontecimentos que fizeram o lazer se desenvolver na sociedade brasileira pós-1930 e como o processo histórico é importante para entender os estudos contemporâneos do objeto. O texto se preocupará com as particularidades, com as nuances que deram base para o lazer tal qual o visualizamos hoje, colocando em debate, inclusive, as teorias que fundamentam o lazer contemporâneo.

Para estudar a evolução do lazer foi preciso ter como parâmetro, através de análise bibliografia, qual foi o período histórico mais significativo que possibilitou o desenvolvimento do lazer moderno. Existem alguns autores, como Corbin (1995a) e Csergo (1995) que apontam o

desenvolvimento do lazer como algo que acompanha o processo de ampliação do capitalismo. A urbanização, a divisão de trabalhos, a luta de classes, a sistematização de tempos alheios à natureza foram primordiais para o crescimento do lazer. Para Alain Corbin (1995a, p. 9-18) a mudança de usos do tempo na industrialização é uma das principais características do surgimento do lazer moderno. Sintetizando as idéias do autor, havia um tempo livre ligado à burguesia – o lazer era status social de uma única classe -, posteriormente, com as conquistas trabalhistas, o lazer transformou-se em um tempo socializável para toda a classe trabalhadora (CORBIN, 1995b, p.55-70). A autora Julia Csergo (1995, p. 125-140), além de ratificar as colocações de Corbin, associa o nascimento do lazer moderno a uma cultura urbana do divertimento, prazer, beleza e novidade. Uma primeira característica levantada pelos autores, sobre a evolução do lazer moderno, refere-se a apropriação dos elementos ligados a urbanização, industrialização, ampliação dos espaços e políticas públicas como forma do seu desenvolvimento. Associado a esta existe uma segunda característica, a incorporação de práticas sociais que não eram consideradas lazer e que após a complexificação da sociedade elas adquirem outros significados, podendo expressar também atividades de lazer. Com o desenvolvimento da sociedade ações humanas como atividades físicas, passeios e gastronomia passaram a ser entendidas como lazer, se praticadas de acordo com os princípios que o grupo considera lazer. A sociedade, portanto, re-significa as atividades do cotidiano, dando a estes elementos mais uma forma de interpretá-lo socialmente. O lazer proporciona mais um ponto de vista para interpretação das ações humanas.

Este fenômeno pode ser exemplificado com as atividades físicas, como a prática de corrida, andar de bicicleta ou pescar que antes poderiam ser consideradas atividades do trabalho, ou meio de vida, e que posteriormente passaram a ser também atividades de lazer; ou nos usos dos transportes, como passeios de carro, as viagens para outras cidades, andar de moto, passeios de trens e cavalos, que agora poderão ser naturalmente atividades de lazer; a apropriação das artes, como olhar ou pintar sem compromisso, ver uma boa peça de teatro, ler um bom livro, ir ao cinema ou recitar poesias; das formas de usar as ferramentas, como arrumar a casa, construir artefatos de madeira, fazer brinquedos para os filhos e netos, manter o Jardim; cabe lembrar a incorporação das festas populares como atividades de lazer, as festas católicas, folclóricas e sociais. Isto é, com o desenvolvimento da sociedade contemporânea às pessoas começaram a fazer estas atividades no tempo livre e a considerar a participação nestes momentos como sendo lazer, ampliando ainda mais o leque ações que o grupo entende como lazer. Rauch (1995, p.85-

90) afirma que o gosto pela natureza também foi apropriado pelo lazer, exemplo disto são as viagens turísticas, os acampamentos, os passeios à praia, os balneários e o montanhismo.

Roy Porter associa o desenvolvimento do lazer à complexificação da sociedade capitalista (1995, p.21-54). O lazer para o autor passou de um consumo de bens raros e supérfluos de uma classe dominante para algo amplo associado ao consumo de bens materiais culturais e artísticos. Esta associação ficaria evidente na relação entre a urbanização, a construção de estradas, a criação de estação de férias e as novas tecnologias que o lazer incorporou no seu rol de atividades. A modernização é significativa nas transformações do lazer contemporâneo, como a própria comercialização do lazer no turismo, no esporte e nas atividades populares inserindo-as na urbanização (FARCY, 1995, p 228-230).

Esta complexificação, segundo Habermas (1987b), existe após constituírem-se novos mecanismos de integração social. Só depois de institucionalizada uma nova forma de integração social é que pode haver aumento na complexidade sistêmica, ou seja, evolução da sociedade. Este desenvolvimento cria condições práticas para que se realize uma transformação ao nível material. O lazer, neste sentido, acompanha o desenvolvimento do Estado moderno, na criação de mecanismos mais complexos de integração social.

Portanto, pela análise habermasiana, a evolução sistêmica se mede pelo aumento da capacidade de controle de uma sociedade, pela complexificação da cultura, pela construção das normas e pelo desenvolvimento da personalidade.

7. Lazer nos diferentes períodos históricos: uma análise preliminar

A sistematização do tempo, o desencantamento do mundo e a complexificação da sociedade são características importantes para a constituição do lazer moderno. Estas características começam a se delinear, segundo Corbin (1995a), com o desenvolvimento industrial e crescimento urbano. Para alguns analistas, como Skidmore (1975), D'Araújo (2000) e Gomes (1996), a entrada do Brasil na industrialização e urbanização se deu a partir da revolução de 1930 sendo considerado o marco histórico do crescimento vertiginoso da urbanização, do desenvolvimento do parque industrial brasileiro e da necessidade de ampliar os produtos de exportação. Getulio Vargas será o grande nome do período.

Os centros urbanos incipientes foram lugares de encontro da cultura brasileira. O embate das atividades de lazer rurais, nordestinas e sulistas com o desenvolvimento industrial leva a uma transformação das primeiras. Esta renovação cultural é difícil de ser analisada, porque remete a múltiplas alternativas e possibilidades. A mudança das atividades típicas no mundo urbano permite analisar o próprio lazer ou a urbanização (PORTER, 1995, p.50), como racionalização da cultura popular, perdendo suas características típicas para se inserirem num contexto de maior repercussão. Segundo Tinhorão (2001, p. 42) há uma passagem das atividades de lazer regional para urbana, “na qual a primeira é incorporada pela segunda através dos interesses comerciais e dos produtores de bens industriais”.

O lazer moderno, portanto, é fruto das relações entre sujeitos, que se desenvolveu a partir da urbanização, possuindo uma íntima ligação cultural-artística. O lazer reforça a idéia do desenvolvimento social, de classe e poder econômico. Suas expressões palpáveis na sociedade são: atividades sociais em grupos; as práticas populares de lazer (rua, folclore e festas típicas); os teatros; os cinemas; as artes; as atividades físicas; o esporte; a comunicação de massas; as atividades da indústria do lazer e suas outras expressões.

Segundo Skidmore (1975); Benevides (1979); Bierrenbach (1996); Ridenti (1999) no período que vai de 1930 até 1964 ocorreu no Brasil um projeto nacional-desenvolvimentista, fundamentado na nacionalização da indústria de base com o surgimento da Companhia Siderúrgica Nacional e a Petrobrás; e na importação de tecnologias, com a vinda de grandes indústrias estrangeiras no ramo automobilístico e de bens duráveis. Segundo a teoria

habermasiana as transformações da sociedade seguem um fluxo, o Mundo da Vida transforma-se conjuntamente aos bens de produção, ou através das novas bases do sistema econômico. O lazer, por ancorar-se no mundo da vida, acompanhou este desenvolvimento, vezes ligado ao Estado, através de intervenções políticas, vezes pelo Mercado, com o rádio, a músicas e a televisão.

Este trabalho procurará intermediar os acontecimentos históricos – Era Vargas; Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; Plano de Base de João Goulart; Ditadura Militar; Redemocratização e Globalização – com aquilo que ocorria no tempo de lazer. Por isso a escolha dos fatos históricos deu-se a partir de análise ampla de autores de referência, pois não é intenção transformar a história a partir do lazer, mas discuti-la tendo o lazer como destaque. Mais importante, neste primeiro momento, que escrever uma história do lazer, é colocá-lo como agente da história, como parte da interpretação da história, como elemento que reflete as ações sociais, políticas, artísticas, econômicas, culturais de uma dada sociedade. Reforçando, de um lado, a teoria habermasiana de evolução social através do Mundo da Vida, e por outro, a própria constituição do lazer.

O quadro abaixo resume as principais características do período analisado. Definiu-se a apresentação neste momento para dar uma idéia de totalidade do trabalho.

Quadro I: Panorama Político, Econômico e Teórico do Lazer.

	Nacional desenvolvimentismo	Regime militar	Globalização
Características políticas e econômicas do período	Instabilidade política; Início da industrialização; Valorização do nacional popular; Formação de mercado consumidor; Definição da classe média.	Restrição de liberdades (AI-5); “Milagre” econômico; Aumento das desigualdades; Formação de pólos industriais; Tentativa de desenvolvimento regional.	Garantia democráticas; Estagnação econômica (principalmente setor secundário); Desenvolvimento da indústria cultural e internacionalização da cultura; Sociedade dual (exclusão social).
Mudanças nas práticas de lazer	Crescimento urbano e adaptação das práticas comunitárias aos espaços da cidade; Desenvolvimento nacional do teatro, música, cinema e arte.	Impacto do desenvolvimento tecnológico (automóveis, estradas) no lazer de final de semana; Utilização política do esporte e do lazer; Construção de parques públicos; Incentivo governamental para as práticas de lazer e das artes não engajadas politicamente ou críticas.	Desenvolvimento de um mercado de lazer de alto padrão; Pouco investimento em lazer popular; Desenvolvimento das artes, teatro, cinema, com incentivos governamentais; Reestruturação de centros e museus para práticas de lazer urbano, com recursos públicos e privados. Políticas públicas voltadas

			ao lazer “pedagógico” e iniciativas independentes umas das outras.
Reflexões teóricas sobre o lazer do período	Pouca ou nenhuma reflexão sobre o lazer; Valorização das raízes nacionais; Influência moralista ou de teorias que interpretam o lazer como descanso para trabalho.	Repressão e censura de reflexões teóricas, apenas discussões favoráveis aos programas de lazer governamentais; Inicia-se um intercâmbio com a produção estrangeira sobre o lazer (Dumazedier, Parker).	Contato e intercâmbio com as diversas correntes estrangeiras; Reconstrução da dicotomia trabalho / tempo livre Estudos dos clássicos, pós-modernos, sociólogos contemporâneos e políticas públicas.

Fonte: Almeida e Gutierrez (2005a)

Estas serão as discussões fundamentais encontradas nos capítulos seguintes. As teses de Habermas, como a complexificação sistêmica e colonização do Mundo da Vida aparecerão com frequência durante o texto. O motivo que levou a fazer um capítulo de metodologia foi de apresentar todas as teses fundamentais logo no primeiro momento, em alguma ocasião o texto retomará as discussões metodológicas no intuito de dar concreticidade as teses habermasianas colocadas neste capítulo.

CAPÍTULO II

As práticas de lazer no período nacional-desenvolvimentista

1. Transformações sociais, políticas e econômicas no Estado Novo e suas influências na estruturação do lazer

Os acontecimentos históricos que antecederam o Estado Novo apontam as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola como importante fator de transformação do Brasil agrário-exportador para um país industrial, através do processo de substituição de importação, conduzindo o governo a investir no desenvolvimento industrial como saída para a dependência externa. A Segunda Guerra Mundial foi outro fator importante devido: (a) redução da oferta de artigos industrializados obrigando os países a produzirem alguns bens importados, fomentando o desenvolvimento das indústrias locais; (b) proteção do território através de povoamento e exploração dos recursos naturais; (c) investimento na indústria da guerra para defender-se da ameaça externa.

Neste turbilhão de acontecimentos mundiais durante a década de trinta, como o nazismo, fascismo, comunismo e capitalismo, fora implantado o Estado Novo com o principal objetivo de conter os avanços da esquerda (comunista) e da direita (fascista). No auge da Segunda Guerra Mundial dois grupos se colocaram à frente das iniciativas políticas no cenário brasileiro, preocupando a base governista e militar, de um lado “à esquerda, uma facção do Partido Comunista, organizou um movimento de frente popular, chamado Aliança Nacional Libertadora, ou ANL” (SKIDMORE, 1975, p.41). De outro, à direita, um movimento fascista, chamado Integralismo vinha tomando força: “explorava a crescente suspeita da classe média de que talvez os problemas econômicos e políticos da depressão só pudessem ser resolvidos com o recurso aos métodos extremistas de direita” (SKIDMORE, 1975, p.41).

Como o cenário era pouco tranquilizador para as elites internacionalistas, bem como para os militares, foi arquitetado pelos militares um falso plano comunista, “Plano Cohen”. Com o apoio necessário, somado ao momento histórico de instabilidade política mundial e a articulação do Plano Cohen, foi possível no dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas dar o golpe ordenando o cerco do Congresso Nacional, determinando o seu fechamento e fazendo um pronunciamento onde anunciava a promulgação de uma nova Constituição que substituiria a de

1934. Tal Constituição, inspirada na Constituição autoritária da Polônia, ficou conhecida como "A Polaca". Ela previa, entre outras ações impositivas, a extinção dos partidos políticos e cassação de mandatos (D'ARAÚJO, 2000).

Com aliados em todas as camadas da população e principalmente do exército e da Igreja Católica, Vargas forja as bases para a política nacionalista. Para Skidmore (1975) o Estado Novo foi um governo nacional-desenvolvimentista marcado pela proteção da indústria nacional e nacionalização da exploração dos recursos naturais, aliado a um alto grau de autonomia das decisões centradas no presidente Getúlio Vargas e sem qualquer base ideológica relevante.

O Estado Novo era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. Apesar das roupagens corporativistas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal (SKIDMORE, 1975, p.54).

No campo econômico, as medidas do Estado Novo tinham características nacionalistas como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, que iniciou a construção da Usina de Volta Redonda com financiamentos norte-americanos, o desenvolvimento do projeto da Companhia Vale do Rio Doce e a ampliação da Hidrelétrica de Paulo Afonso. Segundo D'Araújo (1999) este financiamento se deu principalmente devido ao estreitamento das relações entre o Brasil e os EUA em 1942, parte da política de fortalecimento dos Aliados com receio de manter mais uma frente de guerra na América. Santos (2004) lembra da criação do Conselho Nacional do Petróleo que objetivava diminuir a dependência brasileira do combustível, controlando o refino e a distribuição.

Parece razoável afirmar que a intenção do governo Vargas e dos militares era construir uma nação independente, por isso o grande apelo ao nacionalismo em todos os níveis: econômico, político e financeiro. Era importante, na visão estratégica militar, ter nas suas mãos os recursos minerais, hidrelétricos, bem como, a produção de aço, máquinas e equipamentos. Para o exército estes elementos eram importantíssimos para a segurança nacional de um lado e, de outro, constituiria a base do desenvolvimento econômico, industrial e social brasileiro.

A fórmula desenvolvimentista-nacionalista foi apresentada pelos oficiais do exército, eles achavam que o Brasil só poderia se tornar uma grande potência, caso desenvolvesse a indústria. Além disso, a segurança nacional do Brasil exigia que a exploração de recursos naturais, tais como combustíveis, força hidrelétrica e recursos minerais, se mantivessem a salvo de mãos estrangeiras. Outros grupos como intelectuais apoiavam a nacional-desenvolvimentista, pois achavam que o Brasil poderia atingir um padrão de vida mais elevado, para todos os seus cidadãos, e uma condição madura de nação moderna, somente se tomasse um impulso acelerado para a industrialização, renunciando, o seu papel de fornecedor de exportações tropicais para o mundo do Atlântico Norte (SKIDMORE, 1975, p. 120).

Além das ações políticas e econômicas, o governo Vargas também será lembrado pela intervenção nas lutas de classe e controle das organizações operárias. Estas ações estatais foram devidas a crescente industrialização e urbanização, pois se acirrou o conflito entre burguesia e operariado. Com a ameaça comunista no seio da população urbana foi necessário regular os sindicatos e ao mesmo tempo promulgar leis que garantissem as mínimas condições para os trabalhadores. Diante deste cenário em 1943 editou-se a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que garantia a estabilidade do emprego depois de dez anos de serviço, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, da mulher e do trabalho noturno; a criação da Previdência Social e a instituição da carteira profissional para maiores de 16 anos que exercessem um emprego; a jornada de trabalho foi fixada em 8 horas de trabalho (D'ARAÚJO, 1998).

Gomes (1999, p.55) acredita que Vargas objetivava com esta política trabalhista, favorável aos operários, conquistar o apoio das massas populares por uma ótica, e enfraquecer os grupos organizados por outra. Lembra Fausto (1999, p.19) que a mesma política foi praticada à mesma época por Juan Domingo Perón na Argentina e Lázaro Cárdenas no México, mostrando que Vargas era um político do seu tempo, que o estadista com forte apelo nacionalista existiu em diversos países da América Latina, bem como na Europa.

No Brasil o fenômeno “populismo” tem na figura de Getúlio Dornelles Vargas o seu maior representante. Santos (2004) coloca que populismo era a união do carisma com a estruturação de um aparato midiático. Particularmente, o presidente Getúlio Vargas desenvolveu toda uma estrutura ideológica política, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Cine-Jornal (curtas metragens que abordavam as obras e feitos do presidente), para sustentar e construir sua figura de grande estadista. Segundo Capelato (1999, p.169) as comemorações relativas ao dia do trabalho, à semana da pátria, aos aniversários do presidente e à instauração do

Estado Novo foram momentos importantes no lazer do trabalhador que foram utilizados para construir a imagem do presidente. O Cine-Jornal, particularmente, foi o veículo comunicativo mais importante do Estado Novo, segundo Santos (2004, p.40-45), porque atingia a classe urbana e registrava as ações do governo. Foi, segundo a autora, a primeira grande forma de propaganda política audiovisual.

É interessante notar que as festas, propagandas, comícios, paradas que ocorriam no momento de lazer do trabalhador, possuíam dupla função: a primeira de construção da imagem do presidente, já apontada acima, e a segunda como atividades para afastar a ociosidade dos operários. Quanto a esta segunda função não é demais lembrar que o Código Penal brasileiro de 1941 tratava de forma especial o crime contra a moral e os bons costumes, com o título de “vagabundagem”. As ações do governo objetivavam a ordem através de atividades que mantivessem ativos os trabalhadores para não se envolverem com qualquer tipo de ação ilícita. Vargas foi o primeiro presidente que soube utilizar o tempo livre como propaganda e, ao mesmo tempo, controlar os crimes contra a moral e os bons costumes, evitando a ociosidade.

Parte deste controle, contra os elementos nocivos e a ociosidade dos trabalhadores, foi materializado a partir da proibição de jogos e ritos populares, como a briga de galo, a briga de canários e as fogueiras de São João. As proibições são exemplos de uma política social de transformação de uma cultura rural trazida pela migração para a consolidação de uma cultura urbanizada. Cabe lembrar que estes tipos de jogos populares, trazidos pelos imigrantes europeus que trabalhavam na agricultura, tinham grande aceitação nos setores populares. As rinhas de galo e canário eram comuns nas cidades brasileiras, associado às rinhas tínhamos as bebidas e as apostas. Para os setores conservadores como o Exército e a Igreja Católica, base do governo getulista, era mais que necessário coibir estas práticas que iam contra a moral cristã. Apoiado pelos setores conservadores, conjuntamente com sua política de controle social, Getúlio Vargas, através de um decreto-lei em 1934, proibiu os jogos e os maus tratos com os animais (SANTOS, 2000, p.3). As fogueiras das festas juninas, por sua vez, foram proibidas em 1935 (TINHORÃO, 2001, p.17), com o argumento, segundo o autor, da necessidade da urbanização, conjuntamente com a vontade dominante de racionalização da cultura popular. A racionalização das formas de vida, também foi um dos alicerces sociais que contribuiu para o fim das brigas de galo e canário. A idéia de racionalização das atividades de tempo livre, principalmente das camadas populares, foi uma das formas de manifestar o controle e de inserir na mente da nação os valores mais altos

de civilidade projetados pelo governo de Vargas. Naquele período nascia o slogan do Estado Novo “o novo homem brasileiro”, este tomava forma já nos primeiros anos da década de 1930 e se consolidaria durante todo aquele período. O exemplo mais marcante desta política do homem novo seria a crítica ao homem rural feita através do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, consagrado em *Urupês*, livro lançado durante o Estado Novo.

Gomes (1999, p. 45) recorda que o slogan “o novo homem brasileiro” estava também associado com a valorização do território brasileiro, do homem e das instituições nacionais. Segundo a autora, o aparelho governamental de propaganda política além de consolidar a imagem do presidente também construía estes elementos de valorização do Brasil pelo brasileiro. O cine-jornal foi um exemplo deste instrumento informativo que contribuía para a formação do povo em novas bases nacionalistas. Estas bases relacionavam-se às mensagens de cunho nacional-patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar na população o orgulho pela sua brasilidade.

Para Skidmore (1975, p.142), o nacionalismo era uma forma de unir o povo no projeto nacional-desenvolvimentista, dirimindo os conflitos da sociedade industrial nascente:

O nacionalismo era um sentimento que podia unir os brasileiros de diversas classes e setores, dar-lhes um senso de comunidade. Como argumentavam os apologistas intelectuais do nacionalismo desenvolvimentista, a identificação com a nação em um esforço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento.

Não é demais lembrar que a exacerbação do nacionalismo não fora fruto do Estado Novo. No cenário internacional também havia a valorização dos elementos patrióticos, como os franquistas na Espanha, os stalinistas nos países comunistas, os fascistas na Itália e os nazistas na Alemanha, estes são os exemplos mais significativos de valorização da nação chegando até seus últimos limites. Segundo Fausto (1999, p.21), o início do século passado será marcado por grandes crises e desilusões, uma delas, continua o historiador, se refere à descrença nas possibilidades da forma liberal para a ordem política, culminando no surgimento do nacional-socialismo. A desigualdade social, a insegurança econômica e os conflitos de classes levaram os partidos tanto de esquerda quanto os de direita a fazer uma crítica radical à sociedade liberal capitalista, levando inclusive à guerra.

A proposta de uma nova doutrina política, elaborada tanto pelos partidos de esquerda, quanto os de direita, convergia para o estabelecimento de um Estado forte com o culto da

personalidade, tidos como elementos cruciais para a formação da coesão social e da unidade nacional:

Esta nova via surgiu de maneira concreta com o Fascismo na Itália, o Nazismo na Alemanha e com o corporativismo de Estado em alguns países europeus, tais como Portugal, Espanha, Romênia e Polônia que incorporaram, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, muitos elementos desta doutrina, principalmente as referentes à sua organização política e econômica (LENHARO, 1986, p.13).

O Brasil não seguiu rumos distintos dos que estavam sendo trilhados por esses países europeus e que eram objeto de atenção dos intelectuais brasileiros, segundo Azevedo (1981) e Pandolfi (1999), os intelectuais acreditavam que a doutrina de Estado Forte seria a forma ideal de resolver os problemas deixados pela República Velha. Os autores supracitados acreditam que a república velha tornou-se sinônimo de atraso, anarquia, corrupção e ineficiência, aliado à predominância do interesse privado sobre o coletivo, como exemplo a socialização das perdas e individualização dos lucros na política de valorização do café e, também, na ausência de um Chefe de Estado competente.

Com o fortalecimento e centralização do Estado, leis foram criadas para construir uma estrutura administrativa eficiente e centralizadora que pudesse controlar a formulação e aplicação de medidas trabalhistas, industriais e sociais (GOMES, 1999, p.30). Na área industrial estas leis fortaleciam a indústria local e a nacionalização das jazidas minerais. Na social houve ações para conter a vagabundagem e valorizar o operário. Na trabalhista ocorreu toda uma legislação que ampliou os benefícios sociais, aplicando e fiscalizando leis que haviam sido promulgadas pelo governo anterior (D'ARAÚJO, 1998). A mesma legislação que garantia os benefícios, também restringia a autonomia sindical e a luta independente dos trabalhadores. Trata-se, portanto, de um período chave na relação entre Estado e classe operária, onde o Estado estaria se apropriando do processo de elaboração da legislação do trabalho, pretendendo, através dela, desenvolver uma série de contatos com empregados e empregadores, ajustando os interesses em confronto, fazendo-os participar da dinâmica social minimizando os conflitos. Estas colocações ficam mais evidentes na citação de Santos (2004, p.29):

O principal alvo desse projeto de cunho centralizador e nacionalista era, sem sombras de dúvidas, os trabalhadores. Seu núcleo previa a construção de um novo tipo de indivíduo, cuja cidadania estaria relacionada ao fato de este ser um trabalhador. Como consequência disso, teremos o surgimento de uma política de valorização do trabalho. Este passou a ser considerado um direito e um dever do cidadão brasileiro, além de uma tarefa moral em relação à sociedade e ao Estado. Somente através do trabalho o indivíduo poderia ascender socialmente e encontrar a felicidade.

Tendo como principais sustentáculos os conceitos de pátria, moral, trabalho e anticomunismo, o Estado Novo foi orientado por uma concepção centralizadora, pelo planejamento estatal e pelo controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos. Esse período foi marcado pelo desenvolvimento econômico, a partir do qual o Brasil deixou a condição de país agrário-exportador para se transformar em uma sociedade urbano-industrial. Vale frisar que ao término do Estado Novo o país havia consolidado sua segunda revolução industrial: deixava a fase de produção de bens manufaturados de curta duração, para entrar na indústria de produção de máquinas. Por esta razão acabou ganhando a simpatia dos desenvolvimentistas e até da esquerda, preocupada com a emancipação econômica do país.

Toda a agitação política, econômica e social ecoou na produção cultural, desde a idéia de nacionalismo, desenvolvimentismo, industrialismo e urbanismo. Os acontecimentos históricos decorrentes da década de trinta foram impulsionados e impulsionaram as artes, espetáculos e os divertimentos do tempo livre.

2. A influência das políticas estatais na produção cultural do Estado Novo

O Estado Novo foi um período muito fértil no que se refere à produção cultural e comunicativa, fatos que confirmam esta afirmativa, segundo Santos (2004, p.18-21), são o vertiginoso aumento de livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além do surgimento da rádio-novela, cine-jornal e documentários cinematográficos. Estas atividades que tratam diretamente do tempo de não trabalho tiveram um papel ativo na formação do lazer do trabalhador, que conquistaria neste mesmo período a CLT e poderia desfrutar de novas práticas de lazer, como ouvir música, assistir filme e ir ao teatro.

Santos (2004, p.38) coloca que apesar de ter o nacionalismo como um dos seus pilares de sustentação, paradoxalmente foi durante o Estado Novo que o Brasil entrou definitivamente na órbita cultural dos Estados Unidos. Nessa ocasião o personagem de quadrinhos Zé Carioca foi criado pelos Estúdios Disney e Carmem Miranda foi erigida ícone da boa vizinhança entre os Estados Unidos e o Brasil.

Outras características marcantes deste período são a política cultural e a de educação. Nesses campos vários projetos desenvolvidos pela esquerda e por progressistas brasileiros foram contemplados, com intelectuais convidados a participar do governo: Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Villa-Lobos. No Estado Novo encontrar-se-á o desenvolvimento de um programa de normatização da sociedade. Assim, foram estabelecidos o saneamento das cidades e dos indivíduos, a nacionalização da educação e a valorização da juventude e da criança. A construção dessa normatização pressupunha a necessidade de higienizar a sociedade e livrá-la dos elementos nocivos, com o intuito de forjar a criação de uma identidade nacional. Impor a nova identidade no Estado Novo significava fazer uso do mito de ser brasileiro, em função da existência de inimigos da nação brasileira de um lado, e valorização do nacional de outro.

A formação deste “homem novo” idealizada pelo Estado Novo correspondia à figura do trabalhador disciplinado, ágil, eficiente, ordeiro e dócil (de acordo com o molde do homem projetado pela década de trinta). Subjugado, disciplinado, reprimido e controlado, o operário foi o instrumento e o alvo principal da estratégia traçada visando amenizar as tensas relações entre a classe operária e a empregadora. Deste modo, o Estado Novo prescrevia a construção deste

“homem novo” na formação de uma raça forte, sadia e com traços característicos, passando pela prerrogativa de reeducar o homem, no sentido de promover o saneamento de seu espírito, corpo e mente a fim de torná-lo mais apto para o trabalho.

Neste momento de transformações sociais o próprio momento de lazer era utilizado estrategicamente para o exercício de poder. Este fato, segundo Arendt (1989), é típico dos regimes totalitários, vide exemplo do nazismo. O governo forte e centralizador detêm os meios de comunicação exercendo uma censura rigorosa sobre as informações, e, ao fazê-lo, mantém para si a divulgação dos temas relevantes para a manutenção do próprio sistema. O tempo livre, por sua vez, serviria para promover encontros e festas, materializando a própria propaganda do governo.

Hannah Arendt (1989) discutiu com propriedade a utilização da propaganda totalitária, afirmando que a mesma prospera através de contrapontos, como realidade e ficção, coincidência e coerência. Existe uma construção cultural em torno dos discursos totalitários, exagerando alguns elementos e ocultando outros, transformando a visão propagada como verdade absoluta, não permitindo, ou apenas cerceando, pontos de vista diferentes do apresentado pelo grupo hegemônico. Assim, é falsa a idéia que o convencimento se dá por fatos inventados, mas pela coerência do sistema no qual os indivíduos estão inseridos, onde a palavra do governo se transforma em ordem, pois a população vê no seu ditador o caminho da salvação dos seus problemas. A população aposta no seu líder para guiar a nação no período de declínio e salvá-la dos elementos nocivos que corroem a sociedade.

Para Santos (2004) e Gomes (1999) o governo de Vargas tinha características próximas ao totalitarismo, sua propaganda, continuam, apresentava Vargas como o homem de visão nacionalista que levaria o Brasil para amplo desenvolvimento político e econômico, forjando as bases para a instituição de informações pró-governo que sustentariam e propagariam o modelo de homem e nação.

A inserção na população foi conseguida através da criação de um grande órgão que objetivava controlar a informação. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instituído em 1931, visou o controle das informações e a publicidade, bem como, segundo Gomes (1996), direcionou a opinião pública para legitimar o governo.

O tempo livre também era utilizado para consolidar a ação do governo, pelos fatores já expostos (conter a ociosidade e construir políticas de lazer). O meio comunicativo para esta ação foi o rádio, por dois motivos: o primeiro que era um canal informativo importante das classes

urbanas e o segundo pelo seu poder de alcance. O rádio passou a fornecer informações oficiais à imprensa e também a produzir e editar o programa “A Hora do Brasil”. Foi justamente no Estado Novo que o rádio passou de um público elitizado – desde sua inauguração em 1922 com programação de concertos, recitais e palestras –, para um público mais amplo. O fator mais importante deste acontecimento foi o investimento estatal na aquisição de receptores, anteriormente importados. Segundo Avancini (1996) o rádio, antes do governo Vargas, tinha uma finalidade cultural, educativa e altruísta elitista – cabe lembrar que os anúncios pagos eram proibidos. Somente no Estado Novo o governo autorizou os comerciais nos rádios, ocorrendo uma profissionalização das emissoras com artistas e produtores. A própria competição para atrair anunciantes levou o desenvolvimento técnico, bem como à popularidade do veículo (GOULART, 1990).

Tinhorão (2001, p.45) nos dá uma boa visão da transformação do rádio naquele período, na idéia do autor, criou-se mais um meio eficiente de produção cultural, bem como de mercado de trabalho para os artistas:

Com a ascensão do rádio como principal veículo de comunicação e lazer, após a chamada Revolução de 1932, houve realmente lugar para todos os artistas, e o painel sonoro a cargo de cantores, orquestras conjuntos em apresentações ao vivo, ou em retransmissão das músicas de discos, era o mais amplo possível. Ultrapassado, porém, o momento, em poucos anos, o período de pioneirismo do rádio, tão logo as emissoras começaram a estruturar suas programações não mais segundo a variedade dos seus ouvintes, mas atendendo à intenção da conquista do público-alvo dos patrocinadores e anunciantes, a música internacional mais agrada das camadas média e alta, que detinham maior poder de compra, preponderou-se.

Foi durante o período do Estado Novo que o rádio tornou-se o principal meio de comunicação brasileiro, momento denominado época de "Ouro do Rádio" (AVANCINI, 1996). O impacto do rádio sobre a sociedade brasileira nesta época foi muito profundo, com uma grande abrangência, público e aproximação da população. A sua grande revolução deu-se com a produção da rádio-novela, a primeira ocorreu em 1942: "Em busca da felicidade". Com este rápido desenvolvimento o rádio passou a ser porta-voz de interesses diversos, como o esporte, o rádio-jornalismo, shows musicais e shows de calouros.

O rádio foi um veículo de importância significativa no empenho para a popularização do Estado Novo, pois fazia chegar às zonas rurais o projeto do homem novo e do nacionalismo. Ele

era imprescindível como meio de integração e uniformização política e cultural, contribuindo para minimizar as diferenças regionais, conforme o projeto de integração territorial estadonovista.

Em um dos seus discursos, (GOMES, 1999), Vargas anunciou o propósito de instalar em todo interior do país receptores providos de alto-falantes em praças, logradouros públicos e vias de movimento. Este projeto foi levado a efeito, de acordo com Goulart (1990, p.19-20), contribuindo para disseminar modelos culturais urbanos na zona rural e constituindo importante meio de transmissão da mensagem da comunicação populista.

Segundo Goulart (1990, p.17) com o fortalecimento do rádio e suas emissoras, cada vez mais o DIP controlava e censurava as programações com o intuito de eliminar possíveis críticas ao governo centralizador. Gomes também discute a ação do DIP na direção de Goulart, colocando que:

O DIP deixava transparecer sua concepção totalitária de um órgão de poder destinado a abranger um grande número de atividades. O DIP centralizava, coordenava e supervisionava a propaganda nacional interna e externa, servindo como porta-voz do sistema político nacional. Outras atribuições cabiam ao DIP como supervisionar o turismo, censurar o teatro, cinema, atividades esportivas ou recreativas de todos os tipos, bem como os rádios, a literatura social ou política e a imprensa. Tinha como função especial, o estímulo tanto da produção de filmes nacionais como selecionar filmes educacionais e nacionalistas para benefício do governo. (GOMES, 1996, p.45).

Com esta força política o Departamento de Imprensa e Propaganda passou a ter voz ativa, principalmente, no lazer, na vida intelectual e na saúde do homem urbano. Assim, passaram ao controle ou ao incentivo do DIP as associações esportivas e recreativas, as diversões públicas, tais como circos, bilhares, bailes, congressos pagos, espetáculos de variedades, registro de artistas e a observância dos seus contratos de trabalho, a fiscalização dos teatros e peças, a concessão de prêmios literários, cinematográficos, teatrais e musicais. “Na década de 40, o Estado, por intermédio do DIP e ao lado do Ministério da Educação, era o maior produtor e animador cultural do país” (SANTOS, 2004, p.78).

O DIP promovia cultura em todos os níveis sociais (CAPELATO, 1999), de um lado com a arte e a cultura nacional de caráter erudito, conforme o modelo europeu, promovendo concertos, mostras de artes plásticas, exposições e palestras, ou seja, uma produção “cultura” para o consumo das classes abastadas. De outro com o patrocínio de festas populares de cunho folclórico, festejos cívicos, excursões turísticas e atividades físicas para o operariado.

Já nos primeiros anos das políticas de lazer estadonovista ocorreu a diferenciação econômica e intelectual no próprio lazer. Aconteceu o mesmo na França, segundo Corbin (1995a, p.12), quando surgiram as primeiras políticas governamentais, elas definiram grupos através de aspectos econômicos e intelectuais. Segundo o autor, esta diferença se materializava na existência de espaços fechados e abertos. Nos espaços fechados havia o lazer intelectualizado elitista como os cafés, concertos, apresentações teatrais, exposições de quadros, livros e esculturas. Nos espaços abertos havia apresentações inusitadas (homem mais forte do mundo, contorcionismo, malabarismo) de um lazer popular. E um espaço híbrido, os circos fechados e pagos com temas dos espaços abertos que foram direcionados para uma classe abastada que não tinha um refinamento do primeiro grupo, mas distante também das práticas populares. O grupo com este tipo de consumo, segundo Csergo (1995, p.160), daria os contornos posteriormente da Indústria Cultural.

No Brasil ocorreu o mesmo processo. Houve uma diferenciação das atividades culturais de lazer a partir do desenvolvimento urbano, com a estruturação de grupos econômicos que consumiam o lazer diferentemente. Para os intelectuais podemos citar o movimento modernista de 1922, com Villa Lobos, Portinari, Anita Malfatti, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral. Artistas vindos, na sua maioria, de classes aristocráticas que trouxeram elementos europeus para a construção da arte urbana inserindo o Brasil no mundo artístico internacional - Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral criaram o movimento antropofágico que constituiria na formulação de elementos nacionais a partir da incorporação das artes estrangeiras, refletindo a busca da brasilidade e da industrialização. As atividades de lazer para os operários eram, muitas vezes, direcionadas pelo governo, como as atividades físicas, atividades recreativas, as festas típicas católicas (Páscoa, Festa de Santos, Natal) e as folclóricas. E, por último, os locais fechados para os setores médios com os filmes e peças teatrais com temas estrangeiros, como as peças do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), os circos pagos que trariam os elementos folclóricos e inusitados, os cafés, passeios da classe urbana nascente, o turismo que começa a ser explorado e a criação das estações de rádios que em um segundo momento se popularizaria para todos os grupos sociais (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005a).

3. O teatro, o rádio, o cinema e a cultura popular sob influência estadonovista

Grandes companhias de teatro foram criadas nas décadas de 1930 e 1940, participando do movimento de construção da arte brasileira e consolidação da cultura urbana. Jaime Costa, Procópio Ferreira, Abigail Maia e Dulcina de Moraes fundam suas companhias, ativas até o fim dos anos 1950, construindo espaços que se inserem na própria revolução urbana iniciada no Estado Novo (MAGALDI, 1989). O TBC (Teatro Brasileiro de Comédia), marco na história do teatro brasileiro, também foi deste período, sendo uma referência nas atividades de lazer para um público intelectualizado (DORT, 1977). Segundo Gassner (1974) o pioneiro da moderna dramaturgia brasileira foi Nelson Rodrigues que construiu uma obra coerente e original, expondo o inconsciente da classe média com seus ciúmes, loucuras, incestos e adultérios.

O cinema, como cultura tipicamente urbana, se consolida neste período. Primeiramente com o Estado investindo nos equipamentos e tecnologia, e também, promulgando leis que incentivassem a produção nacional, como o decreto lei de 1932, que obrigava a exibição de filmes nacionais.

O grande investimento do Estado na área cinematográfica foi o Cine-jornal, voltado para a propaganda governista, a idéia nacionalista e do homem novo. O cine-jornal focava exposições e concursos artísticos, cenas do Carnaval carioca, desfiles de moda, diversas modalidades de esportes (esgrima, o turfe, a natação, as provas de automobilismo, o hipismo, o remo e o futebol), as romarias e festas populares, aniversário de pessoas vivas ou mortas, instituições, batalhas, centenários, datas cívicas ou militares.

O cinema das grandes companhias se desenvolveu no começo da década de 30 com a instalação do primeiro estúdio cinematográfico do país, o Cinédia, posteriormente, foram criados a Atlântida e a Vera Cruz (CATANI, 2002). A Cinédia produziu dramas populares e comédias musicais que ficaram conhecidas pela denominação genérica de chanchadas. Humberto Mauro assinou o primeiro filme da companhia “Lábios sem beijos”. Em 1933 o filme “A voz do carnaval” estréia a cantora Carmen Miranda. Mas foram com as comédias musicais “Alô, alô, Brasil, alô, alô, Carnaval” e “Onde estás, felicidade?” que a companhia teve grande repercussão nacional, lançando atores como Oscarito e Grande Otelo (GALVÃO, 1983). A Atlântida, fundada em 1941 por Moacir Fenelon, Alinor Azevedo e José Carlos Burle, estréia com “Moleque Tião”,

filme que procura ilustrar o nacionalismo e temas regionais. Este gênero domina o mercado até meados de 1950, promovendo comediantes como Oscarito, Zé Trindade, Grande Otelo e Dercy Gonçalves.

O cinema e o teatro, aos poucos, ganharam espaço para consumo do público. Com o avanço tecnológico e desenvolvimento urbano as grandes cidades começam a construir locais próprios para as apresentações, impulsionando, ainda mais, o mercado nacional (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005a). Segundo a bibliografia consultada (BERNARDET, 1985; GALVÃO, 1983; TINHORÃO, 2001; SANTOS, 2004; CATANI 2002) há uma relação entre o desenvolvimento urbano-tecnológico e a ampliação das atividades de lazer. O lazer moderno cresce enquanto campo social a partir da urbanização.

Cabe lembrar, neste momento, que a consolidação desta cultura urbana através do cine-jornal (SANTOS, 2004), do teatro, do cinema e da racionalização das festas populares foi conflituosa. Tinhorão (2001, p.48) aborda com propriedade as formas de resistência da cultura rural quando se deparam com a velocidade da urbanização:

Com a chegada, pouco após a Revolução de 1932, das ondas de migrantes nordestinos atraídos pelo surto algodoeiro ativado pela indústria têxtil de São Paulo, e cujo apogeu se daria entre 1935-1940, a classe média paulistana fazia da cultura uma marca de classe. Os nordestinos não encontrando espaço nem mesmo nas camadas populares da cidade, herdeira da comunhão social de negros e descendentes pobres de imigrantes, tenderam a organizar-se em guetos culturais.

Em outras palavras, as pessoas ao trazer estes elementos populares, muitas vezes típicos de uma região não urbana, resguardam os valores do seu grupo, mantendo coesa a idéia de comunidade.

Ainda Tinhorão (2001, p.48):

Em meio às lajes de prédios em construção em seus quartos de cortiço da cidade, em suas malocas de beira de rio ou loteamentos clandestinos de periferia, baianos, pernambucanos, paraibanos e cearenses respondiam às dificuldades da integração social com a resistência cultural do cultivo de seus sons originais à base de sanfona triângulo e zabumba.

A guarida destes valores se encontrava na arte, literatura, dança, linguagem, toda forma de expressão era protegida gerando os conflitos na cidade hostil às práticas culturais migradas.

O governo, por sua vez, sabendo da antítese desta cultura rural com a idéia do novo “homem brasileiro” construiu mecanismos eficientes de transformação do primeiro. O DIP controlava as diferentes manifestações populares com o intuito de racionalizar, higienizar e afastar a população destas expressões contrárias ao objetivo de urbanização e desenvolvimentismo. Foram criados em cada Estado, por exemplo, o Departamento de Turismo, que respondiam diretamente ao DIP. Aquele Departamento passou a ter um papel cada vez mais centralizador na organização das atividades da cultura popular. Além das festas juninas, festas populares, dias cívicos e atividades físicas, o Departamento de Turismo tomou para si o controle de uma das manifestações mais populares e profanas brasileira: o carnaval. Segundo Tinhorão (2001) “o Carnaval ia de vento em popa no início dos anos trinta”, começava a se organizar nos corsos na avenida, nos banhos de mar, nos bailes no Municipal, surgindo as fantasias de pierrô, colombina, odalisca, pirata, além das músicas que até hoje permanecem, como "Com que roupa" de Noel Rosa; "Trem blindado" de João de Barro; "Mamãe, eu quero" de Vicente Paiva e Jararaca. Em 1933 o rei Momo foi criado, inicialmente era representado por um boneco de papelão colorido com uma coroa de lata. No ano seguinte, adquiriu a personalização que conhecemos hoje. Nesse tempo, a Praça era cenário da folia dos pobres. Já nos primeiros anos da década de trinta, o governo Vargas através do Departamento de Turismo, proibiu e controlou as manifestações populares carnavalescas, principalmente pela violência e número de vítimas que ocorriam nos três dias de folia. Com a repressão na rua os bailes da classe média e alta tomam força como uma nova forma expressão de lazer do brasileiro, enquanto isso, as classes baixas voltam aos morros e seus locais de origem. O mesmo movimento ocorreu com as escolas de samba, um decreto-lei de 1937 determinou que as escolas de samba dessem um caráter didático (histórico e patriótico) aos sambas-enredos. As escolas de samba e o conteúdo dos samba-enredos passaram, também, ao controle do DIP ou do Departamento de Turismo.

Este controle e racionalização das manifestações populares, com o policiamento aos foliões de rua, somado ao domínio do DIP sobre as escolas de samba levaram a uma industrialização do carnaval. Segundo Tinhorão (2001) na década de cinquenta, depois de vinte anos do primeiro decreto-lei, há a germinação da mercantilização do Carnaval. Se nos anos 40 e 50 as escolas de samba buscavam se estruturar com vistas a uma maior aceitação da população urbana, foi na década de sessenta que elas conseguiram se firmar de vez junto à classe média, passando a ser vista como um produto altamente rentável junto aos turistas nacionais e

estrangeiros. Foi justamente no primeiro Carnaval de 1960 que a Secretaria de Turismo tem a idéia de vender ingressos para o desfile. Este processo continuou a todo vapor com a venda de discos, gravações e a primeira filmagem ao vivo em 1973, promovendo a total inserção do carnaval na Industria Cultural de massa, fato tão complexo que merece um estudo aprofundado.

Durante o grande avanço urbano-industrial o rádio se popularizou; surgiram grandes companhias cinematográficas; as atividades folclóricas foram racionalizadas em apresentações teatrais; surgiram companhias de teatro e uma dramaturgia de renome; a criação de um departamento governamental para gerir a produção artística e as atividades de lazer. Durante todo o período getulista ocorreu grande desenvolvimento artístico, no lazer e nas atividades urbanas do tempo livre.

4. O desenvolvimento do lazer no fim da era Vargas e no governo de Juscelino

Kubitschek

A passagem do lazer nacionalista para o cosmopolita, de protesto e de consumo se deu com o fim da era Vargas. No período posterior a Vargas houve uma ampliação das atividades de lazer, devido ao crescimento do desenvolvimento industrial, da urbanização e do acesso aos bens culturais estrangeiros. Parte desse processo será discutido a seguir, principalmente os acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Cabe considerar que no plano político ocorreu uma passagem transitória tumultuada que foi do suicídio de Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek. No plano econômico JK inseriu o Brasil em uma política de atração de capitais estrangeiros, com o intuito de fortalecimento da industrialização. No plano social ocorreu a incorporação de hábitos estrangeiros principalmente norte-americanos na cultura brasileira. Todos estes acontecimentos transformaram a produção artística e a sociedade brasileira.

Montenegro (2001) afirma que o governo Kubitschek foi marcado pela desnacionalização da economia, principalmente com a abertura para produtos importados. O plano de metas (energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e construção de Brasília), foi financiado com recursos trazidos na maior parte do capital externo – o que nos alinhou com os norte-americanos e fez crescer a dívida externa –, e num menor grau do capital interno, com a emissão de papel-moeda e medidas inflacionárias. Durante o governo de Kubitschek recrudesceram-se as disparidades regionais, destacando-se o Nordeste como a região mais pobre do país.

Segundo Cardoso (1978, p.94): “Juscelino desenvolveu a ideologia do desenvolvimento”. A elaboração e execução do Plano de Metas trouxe, para o presidente, uma base política tanto no mercado financeiro quanto nas camadas populares. Cabe lembrar que esta estabilidade política no governo JK levou-o, inclusive, a obter apoio das forças armadas.

A idéia deste Plano Nacional de Desenvolvimento fora acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtivas. O objetivo final deste, segundo Benevides (1979), era aumentar o padrão de vida do povo, abrindo-lhe oportunidade de melhor futuro. Para atingir essas finalidades o governo promoveu, de acordo com Skidmore (1975), os seguintes objetivos

primários: a) Expansão dos serviços básicos de energia e transportes; b) Industrialização de base; c) agroindústria; d) Valorização do trabalhador; e) Educação para o desenvolvimento; e, f) Planejamento regional e urbano.

Este programa entusiasmou os trabalhadores da cidade e do campo, as classes médias, os industriais, os proprietários e produtores agrícolas e os empresários, levando o presidente a ter estabilidade na política econômica adotada. Kubitschek tem o mérito de colocar no imaginário social “o mito da modernidade e a crença que se foi forjando da possibilidade de sua realização” (MONTENEGRO, 2001, p. 293).

O frenesi do sonho desenvolvimentista completou-se com a construção da capital Brasília. Idealizada e construída como ícone da modernidade, como símbolo da ruptura do atraso, como espetáculo. Sua localização, seu traçado, sua arquitetura, sua organização espacial e construção em tempo recorde, fazem dela um fenômeno próprio do período industrial.

Segundo Benevides (1989) para Juscelino Kubitschek e os ideólogos do desenvolvimentismo, as profundas desigualdades do país só seriam superadas com o predomínio da indústria sobre a agricultura. Por isso o governo empenhou-se em baratear o custo da mão-de-obra e das matérias-primas, subsidiando a implantação de novas fábricas e facilitando a entrada de capitais estrangeiros, principalmente no setor automobilístico. O governo também isentou as importações de máquinas, equipamentos e de todo capital estrangeiro que aqui se estabelecesse, desde que em associação com o capital nacional. Com o financiamento da indústria pesada ocorreu a construção de siderúrgicas e hidrelétricas, ampliando a capacidade produtiva da Petrobrás e da CSN, com todo este desenvolvimento foi necessário abrir novas estradas para escoar toda a produção industrial nacional e também levar o desenvolvimento a todas as cidades brasileiras. Nas ações políticas regionais criou-se em 1959 a Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) para integrar a região ao mercado nacional (MONTENEGRO, 2001, p.295-298).

Benevides (1979) critica o vertiginoso desenvolvimento do governo de JK colocando que parte do capital estrangeiro obsoleto foi atraído sob a forma de indústria automobilística, resolvendo alguns problemas internacionais, como: a superprodução petrolífera daqueles anos; a transferência de maquinaria obsoleta americana para o Brasil; e a necessidade de mercado consumidor para expandir as economias alemã e francesa do pós-guerra. Assim, surgem as fábricas Willis-Overland (americana), a Volkswagen (alemã) e Simca-Chambord (francesa).

Forma-se uma elite dirigente convencida da necessidade do capital estrangeiro como dinamizador de nosso desenvolvimento industrial. Esta elite acreditava, segundo Cardoso (1978), que o nosso subdesenvolvimento estava ligado ao antigo modelo agro-exportador, bastando, portanto, industrializar o país a qualquer custo que nosso atraso seria superado.

Para Skidmore (1975, p.204) este crescimento econômico foi importante para o desenvolvimento do país, afirmando que o Brasil deu um grande salto para se inserir na economia mundial:

O período de Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas. O dinâmico presidente prometeu ‘cinquenta anos em cinco’ de governo e não há dúvida de que de 1956 a 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real e marcante. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão da produção industrial. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%. De 1957 a 1961, a taxa de crescimento real foi de 7% ao ano e, aproximadamente, 4% per capita. (SKIDMORE, 1975, p.204).

O modelo econômico de Juscelino Kubitschek, para Montenegro (2001), só beneficiava a burguesia e a classe média alta, capaz de comprar os bens de consumo produzidos pelas novas empresas. A inflação, decorrente das constantes emissões de papel-moeda, desvalorizava o dinheiro e os salários, aumentando o custo de vida. O nordestino emigrava para o centro-sul, em busca de melhores oportunidades, agravando a penúria nas periferias dos centros urbanos. A dependência avolumada do capital externo criava enorme déficit no balanço de pagamentos, já no final do mandato de Kubitschek o Brasil entrará em crise.

Há um certo consenso entre os autores apresentados que as transformações mais relevantes no período JK foram:

- a) o surgimento da indústria automobilística;
- b) a construção de estradas por todo o país;
- c) a inauguração da capital federal Brasília distante dos maiores centros urbanos;
- d) a adoção de políticas trabalhistas;
- e) a ampliação da indústria de base como a mineração, extração de petróleo e siderurgia.

A década de 1950 e, particularmente, o governo JK, constituem-se um período muito rico de nossa história. Viveu-se um momento significativo de mudanças em praticamente todos os aspectos: social, econômico, político e cultural. Este contexto de profunda inquietação social, por

um lado gerava um receio político; mas, por outro era fonte de inspiração de peças teatrais, de musicais e de filmes. A ênfase no desenvolvimento econômico e industrial impulsionou transformações que possibilitaram um maior acesso ao lazer, através do desenvolvimento das artes e espetáculos. Foi o momento de valorização do lazer do trabalhador com a construção dos clubes operários, principalmente com a chegada de empresas estrangeiras que já estruturavam em suas sedes as atividades operárias, construindo espaços de lazer para seus funcionários.

Somente em 1960, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), a população urbana ultrapassa a rural. Esse dado reforça a idéia de que durante toda a Era Vargas e grande parte de JK vamos encontrar um conflito entre o lazer rural (práticas populares, folclore, jogos, comemorações) e o urbano (teatro, cinema, passeios, viagens). Como salienta Corbin (1995b, p.56), o lazer firma-se na sociedade industrial através das conquistas trabalhistas, como a diminuição da jornada de trabalho, aumento dos espaços de lazer nas empresas, participação dos operários nos campeonatos nacionais e desenvolvimento esportivo de alguns clubes operários. Com a população urbana superando a rural ocorre o mesmo fenômeno no Brasil, os operários exigem tempo livre e atividades de lazer, revolucionando o lazer nas cidades industrializadas e consolidando o lazer moderno nas regiões sul e sudeste.

Montenegro (2001, p.375) descreve a euforia brasileira naquele período e como havia um turbilhão cultural ocorrendo naqueles anos:

Bossa nova, cinema novo, mentalidade nova, capital nova, enfim, um novo país. Tudo representava a modernidade. Tudo levava a crer que estavam, finalmente, sendo criadas as condições materiais e, provavelmente culturais, para a transformação do país numa grande nação, ou para o cumprimento do seu destino.

A sociedade animada comemorava o desenvolvimento econômico, político e social, influenciando as práticas de lazer. O suicídio do presidente e a perda de uma entidade política que concentrava o sonho de uma nação, os problemas na sucessão, a criação do plano de metas e a volta ao sonho de grandiosidade foram motivos suficientes para impulsionar as mudanças culturais. A crescente urbanização, a diferenciação de trabalhos, o aumento do poder aquisitivo, o surgimento de vários estamentos, a democratização das atividades artística, a popularização do divertimento, foram frutos da complexificação da sociedade e parte do processo de ampliação da importância do lazer na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2005a).

A criação de grupos de teatro, cinema e música (DORT, 1977), refletem a necessidade da vivência das práticas de lazer pelos indivíduos, para isso deve existir um tempo, como também uma vontade popular, uma necessidade de vivenciar o novo, o diferente, como conhecer a praia utilizando as novas vias de acesso, assistindo pela primeira vez a um filme, ou mesmo praticar com os colegas de trabalho algum esporte, estas são atitudes que vão transformando o modo de ser das pessoas. O lazer passa a ser incorporado no cotidiano dos operários e classe média, já que o ócio era fluído pela aristocracia. A passagem para um lazer moderno, segundo Corbin (1995b), está relacionado a urbanização, diminuição da jornada de trabalho e crescimento da classe média.

A partir destas constatações fica mais claro abordar o lazer na Era Vargas e seu desenvolvimento no período de JK. Com a ampliação da população das grandes cidades, a migração e a transformação do espírito camponês para o espírito industrial ocorreu um envolvimento das pessoas com as atividades lúdicas delimitadas em um tempo. A disposição delas para tal fenômeno levou a uma ampliação da produção artística, construindo espaços tanto em bairros operários como de classe média. Nos bairros já havia o cinema que passava o cine-jornal, ampliando-o para atividades teatrais, artísticas, ou mesmo para grupos operários - que cresce com a influência dos sindicatos (COSTA, 1995). Ridenti (1999) alerta que neste período há uma abertura ao comércio cinematográfico e teatral, primeiramente com a construção de espaços e posteriormente com a possibilidade de importação/exportação de produtos culturais. Carmem Miranda, com “tico-tico no fubá”, continua o autor, fez sucesso nos musicais da América do Norte e no cinema de Hollywood, posteriormente exportado para o Brasil. O autor supracitado ainda afirma que no teatro brasileiro os grupos profissionais, que se formaram a partir de amadores, como o Teatro Oficina, Teatro Arena e CPC (Centro Popular de Cultura) tiveram uma grande circulação na classe média intelectualizada. Estes grupos são exemplos que as atividades de lazer e a profissionalização do lazer tem seu grande desenvolvimento no período nacional-desenvolvimentista.

Frente a uma classe urbana crescente, onde se destaca uma massa de estudantes que superpovoa as universidades públicas das grandes metrópoles, desenvolve-se de forma acelerada a prática de esporte nos clubes, a importância da casa de campo ou praia e os passeios de carro pela rede de estradas em expansão. Os passeios de fim-de-semana, Montenegro (2001), cresceram com a ascensão da classe média, ao mesmo tempo em que as Prefeituras e Estados investem em parques e espaços para práticas esportivas. Como exemplo deste fato, em 1951 o parque

Ibirapuera de São Paulo é inaugurado, com uma concepção arquitetônica peculiar do arquiteto Oscar Niemeyer, tornando-se referência de lazer, cultura, arte e música para os paulistanos.

Estudos de Corbin (1995a), Csergo (1995) e Richez (1995) apontam que a abertura das estradas facilitando o acesso às praias ou a regiões tipicamente turísticas, juntamente com a ampliação ou criação de estruturas como água, esgoto e alimentação, associado a exploração imobiliária e o investimento estatal nestes locais são fatores indispensáveis para o desenvolvimento do lazer. No caso brasileiro soma-se a estes fatores o barateamento do custo da gasolina, que estava com excedente no mercado internacional, a aplicação de recursos para o lazer nas cidades turísticas e o investimento dos clubes para a prática esportiva nas praias e nos campos. Estes foram fatores ímpares que influenciaram o lazer turístico no Brasil. Tem início, então, espaços ou cidades que se preocupam em oferecer lazer, para os que vêm de fora (turistas), principalmente em locais que não há outra fonte de renda. Ou nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que criam atividades de lazer para seus habitantes, principalmente por concentrarem o desenvolvimento urbano e industrial, e serem, por conseguinte, os locais onde a urbanização influenciou mais fortemente o lazer. Como a cidade é mais estruturada, o lazer, por definição de Corbin (1995b), passa a ser mais vivenciado.

Importante notar que já se investia no turismo desde o governo Vargas, criando inclusive departamentos de turismo nas cidades e Estados. Goulart (1990, p.72) aponta que: “a divisão de turismo do DIP também fomentava a construção de hotéis, a manutenção dos existentes e pressionava os governos dos Estados no sentido de se construírem novos hotéis em cidades de interesse turístico, como Manaus, Bragança, Lambari, Petrópolis, Salvador”.

O lazer tem como aliado a urbanização, ele absorve elementos da cultura urbana como a produção artística, as novas formas de relacionamento e a tecnologia para se complexificar e se desenvolver como algo importante nas sociedades industriais, adquirindo cada vez mais um lugar nas políticas públicas, no investimento privado e na vida das pessoas. O mesmo processo do lazer brasileiro foi descrito por Corbin (1995a) na França, uma associação ao urbano, ao Estado e à iniciativa privada, com ações que necessitavam dos avanços tecnológicos para ocorrer, caso das rodovias, ferrovias e hidrovias que primeiramente tinham fins econômicos e foram utilizadas posteriormente para o lazer. Ou mesmo os balneários que tinham fins medicinais em seguida foram responsáveis pelo grande avanço do turismo europeu. Os exemplos se multiplicam, hoje

temos o caso da Internet, assim o lazer vai adquirindo novas atividades e vai se desenvolvendo conjuntamente à sociedade.

5. O papel da produção cultural na construção do nacionalismo cosmopolita no período de Juscelino Kubitschek

Com o surgimento de novos espaços para a produção artística ocorre uma ampliação dos espetáculos no período desenvolvimentista. Frente a um público em ampla expansão surgiram companhias de teatro, cinematográficas e circenses que procuravam pensar e incorporar, através das apresentações, as características do povo brasileiro. Os setores operários tinham contato com práticas esportivas, teatros operários e o rádio com temas nacionalistas. Neste momento histórico havia uma efervescência dos brasileiros pelo Brasil, Ridenti (1999) discute com propriedade a filmografia da Companhia Souza Cruz apresentando como a busca da identidade do homem brasileiro estava nos filmes, exemplo disso é “Sinhá Moça”. Este filme encenava a origem social, mas acima de tudo engendrava uma forma para o pensamento cinematográfico. Costa (2000) afirma que a busca desta conquista nacional, dos fatos históricos e das críticas à aristocracia eram motivos que estavam em voga no cinema nacional (COSTA, 2000).

Uma rápida passagem por alguns filmes, através da visão de Costa (2000, p.32) que é compactuada por Ridenti (1999), Zílio (et alli, 1982), Hollanda (1980), Galvão (1983) e Bernardet (1985), nos mostra esta preocupação com a terra, a nacionalidade e cultura brasileira.

Caiçara (Adolfo Celi, 1950) é uma alegoria da nação brasileira, a ilha que congrega toda as diferenças organicamente. Terra é sempre terra (Tom Payne, 1951) explicita seu tema no título. Tico-tico no fubá (Adolfo Celi, 1952) apresenta o espírito artístico do povo, sua fê na arte. Sinhá Moça (Tom Payne, 1953) tematiza a vontade de liberdade e justiça que move esse povo. O cangaceiro (Lima Barreto, 1953) evoca seu passado mítico. A imagem orgânica da relação entre o homem e sua terra estabelece uma unidade ideal entre elementos simetricamente distanciados.

Interessante notar que o teatro e a música, segundo Silva (1981), Hollanda (1980) e Ridenti (1999), caminharam no mesmo sentido do cinema. Vinculadas a esse ambiente de efervescência desenvolvimentista, re-criaram seu espaço e sua participação. Caso idêntico com o Teatro Arena e do CPC (Centro Popular de Cultura) de cunho nacionalista, e, de outro lado, o Teatro Brasileiro de Comédia que cultuava a arte cosmopolita trazendo para o Brasil peças com temáticas clássicas, como: Hamlet, Antígona e Édipo Rei.

O exemplo mais forte da força da música brasileira deu-se com a Bossa Nova, surgindo do casamento entre a assimilação, no sentido oswaldiano antropofágico, do samba, dos ritmos brasileiros e o inovando esteticamente, para um “Brazilian’s Jazz”, servindo em um segundo momento de modelo estético a ser exportado. Borges (1983) alerta que era exatamente esta universalização que buscavam os artistas. A Bossa Nova mudou o sentido de assimilação unidirecional dos artistas brasileiros que incorporavam os ritmos norte-americanos para uma inovação como movimento de vanguarda nacional. Esta era a revolução artística que ocorria naquele momento, buscando o reconhecimento e a construção da arte brasileira cosmopolita, a internacionalização da cultura brasileira e, porque não afirmar, fruto da incorporação política das importações e absorção tecnológica do governo Juscelino Kubitschek.

Tom Jobim e Vinicius de Moraes foram os grandes nomes da Bossa Nova. Favaretto (2000) aponta que outros movimentos também acompanharam este processo, como a tropicália, o Cinema Novo e o Teatro de Arena.

Segundo os autores apontados, em particular Ridenti (1999), o momento histórico é revolucionário no sentido de ampliação da visão de todos os segmentos sociais, de um sonho de grandeza e possibilidade de mudar tudo e todos. Para exemplificarmos, é como se o sentimento aventureiro da juventude se ampliasse e multiplicasse envolvendo inúmeros setores (artes, política, cultura, povo, intelectuais, estudantes), a idéia que se materializava era de possibilidade deste projeto nacional, desta aventura transformadora, como se ela fosse possível de ser concretizada.

A perseguição constante de um enigmático “homem brasileiro”, a ânsia em apreender a “realidade brasileira” perpassa pelas várias expressões artísticas como apontado por Hollanda (1980) e Ridenti (1993). Trata-se da intrincada questão da identidade nacional que atormentou o mundo artístico nacional. A forma de ação política assumiu no campo da cultura uma efervescência nunca antes conquistada, associada a preocupação com desenvolvimento educacional do povo e a formação de bases sólidas para a urbanização. Estes pensamentos estavam conectados com os discursos internacionais em outros países do terceiro mundo – Cuba, México, El Salvador, Guatemala. O enfoque político desta busca caracterizava-se por duas linhas, uma mais cosmopolita e a outra libertária (SADER, 1991, p.172-176).

Com o crescimento da importância do lazer e sua inserção no desenvolvimentismo brasileiro, ocorre o processo de diferenciação econômica pelo lazer. Por um lado, o encanto de

rico país tropical que associava a festa e o carnaval com os prédios, as estradas e as indústrias, fora um produto de consumo para classes altas. Por outro lado, o lazer popular mantinha a tradição do lazer de rua, o circo e as festas típicas católicas. As práticas esportivas, particularmente, tinham como espaço a rua, a empresa e os campos improvisados. Na cidade, ainda em desenvolvimento, havia espaço livre para a população de baixa renda organizar atividades lúdicas, enquanto que os setores mais abastados tinham os clubes esportivos e os parques públicos situados, em geral, nas regiões mais valorizadas.

Como há a diferenciação destes dois tipos de lazer, o primeiro ligado a uma classe alta e média e, o segundo aos operários, ocorre a formação de lazeres brasileiros. O do primeiro grupo se vincula diretamente a urbanização, com inúmeras atividades e opções que acompanham o avanço tecnológico e a industrialização. O segundo grupo, dos operários, têm um processo de desenvolvimento tardio, pois as zonas mais afastadas do centro urbano não se desenvolveram à velocidade dos centros financeiros e comerciais, por isso, o lazer mantém-se próximo às estruturas rurais, ou um sistema híbrido de rural na cidade. Quando se discute o desenvolvimento do lazer no Brasil, está-se na verdade construindo o lazer dos grandes centros urbanos e das grandes cidades brasileiras, havendo um desenvolvimento do lazer desigual, tal qual as diferenças regionais que o Brasil possui ainda hoje.

Cabe lembrar que esse sistema híbrido é de difícil análise, pois o Brasil no período de Juscelino Kubitschek foi um grande canteiro de obras, sem uma política urbana que privilegiava o lazer diretamente, Montenegro (2001) recorda que as cidades foram construídas sem uma arquitetura do tempo livre. Os parques públicos, de maneira geral, atendiam às classes altas, já que os centros urbanos industriais, como São Paulo, eram grandes depósitos de trabalhadores como os bairros da Mooca, Brás, Bexiga e Barra Funda. Nestes locais não havia uma preocupação, como no período de Vargas, de criação de atividades de lazer, como o cine-jornal, deixando este grupo com poucas opções.

Nos dois governos de Vargas o Estado manteve uma estrutura de festas e encontros com as massas, com um aparelho ideológico, o DIP, que tinha função de coordenar as atividades de lazer operárias. Nos anos de JK, diferentemente, houve um certo afastamento do Estado nas atividades de lazer para os trabalhadores. Haveria, portanto, no lazer, um espaço de atuação deixado pelo governo. Logo este espaço seria substituído pelas ações privadas, que veriam no lazer uma atividade lucrativa. Este grupo de empresários do entretenimento investiu no lazer

pago, como o cinema, o teatro e o rádio. O setor privado logo dominou este espaço deixado pelo Estado.

No fim do governo de JK o Brasil estava em crise econômica, com altos índices de inflação, dívida externa e corte de financiamento externo. Na visão da elite dominante era necessário controlar as massas, primeiramente pela instabilidade e segundo porque existia um sentimento de transformação do país. Este sentimento caminhava com alguns acontecimentos no plano internacional, principalmente as revoluções de libertação nacional, “algumas marcadas pelo ideário socialista e pelo papel destacado dos trabalhadores do campo, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962, e a guerra antiimperialista no Vietnã” (RIDENTI, 1999, p.18). Segundo o autor, o êxito dessas revoluções é essencial para entender as lutas sociais e o pensamento transformador nos anos 60 no Brasil, inclusive no plano cultural e artístico.

Com uma visão mais pragmática a elite empresarial criava os lazeres operários, como o clube da empresa. Este tinha a função de aproximar o trabalhador à empresa, mantendo-os no seio da indústria e longe das idéias subversivas. Os clubes empresas são agremiações de funcionários financiados pela própria empresa. As grandes empresas instalavam clubes no próprio local de trabalho com o intuito de aproximar os trabalhadores, vendendo a idéia de família, construía espaços de lazer para os funcionários, como: quadras esportivas, campo de futebol, parques infantis e clubes sociais para festas. Algumas empresas construía inclusive os bairros operários, institucionalizando o conceito de família operária, caso da Volkswagen, Scania, Ford e Antártica.

Além dos clubes operários, o lazer popular constituía-se nas atividades populares e folclóricas, já descritas na era Vargas, que se transformaram nos centros urbanos conforme a invasão das indústrias de bens de consumo e produção. Frederico (1998) coloca que o termo cultura popular refere-se a grandes manifestações de cunho folclórico ou religioso, geralmente no espaço não-urbano, que, neste caso, foi apropriado pelo urbano. As práticas de lazer populares, como os jogos, as brincadeiras e as festas católicas são formas de lazer que representam práticas coletivas, nelas encontra-se a resistência ao individualismo das grandes cidades em expansão (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004).

Naquele período histórico havia diferentes práticas de lazer, uma ligada ao Brasil rural, longe dos centros urbanos e sem infra-estrutura; outra do Brasil urbano-industrial ligado às

classes médias e altas; e ainda, um sistema híbrido entre rural/urbano, industrial/agrícola dos trabalhadores que moravam nas periferias ou nos bairros operários. Este é um dos motivos que dificultam a sistematização do lazer, por isso a afirmativa de diferentes lazeres no Brasil dos anos cinqüenta. O Brasil estava no processo de passagem de um país com predominância da população urbana sobre a rural, neste caso, a característica que consubstancia este cenário é a apropriação das práticas populares pelos centros urbanos e a formação do lazer com características rurais no espaço industrial e seu desencantamento.

A transformação do lazer sintetiza a idéia da época de construir um Brasil industrializado, com a valorização de uma cultura urbana, dificultando a permanência de atividades de lazer que não fossem a ela ligados. Havia uma miscigenação de culturas, principalmente vindas do nordeste, que encontram uma cidade em crescimento que desvaloriza as práticas típicas nordestinas no processo de desencantamento do mundo, no sentido weberiano, e valoriza as práticas vinculadas a tecnologia.

Os cultos católicos e folclóricos, por exemplo, misturavam-se às ruas ladrilhadas, ao bonde e a alguns automóveis. Neste universo urbano a re-significação de elementos da cultura popular remete ao próprio desenvolvimento urbano, a cultura urbana torna-se dominante, destituindo de significado as práticas não urbanas. Na literatura, como “O Cortiço” ou “Brás, Bexiga e Barra Funda”, se descreve as hortas nos cortiços e os cultos regionais entre casas de alvenarias e máquinas modernas. Ao mesmo tempo, os espaços que antes eram terrenos coletivos acabam por constituir bairros, vilas e centros. A exploração imobiliária desativa os campos, a agricultura e os espaços de lazer, com isso ficou difícil manter os laços afetivos, culturais e sociais anteriores. Os grandes centros, assumindo esta postura, tornam-se espaços tipicamente industriais.

Existiu, portanto, o apelo ao crescimento econômico neste período. Primeiramente voltado para o desenvolvimento com capital nacional e posteriormente com financiamento externo. No campo do lazer podemos apontar que no varguismo o lazer reforçava a ideologia nacional com o cine-jornal, DIP, festas populares, rádio nacional e festas católicas; no período de JK o lazer se projeta no desenvolvimento industrial com o clube da empresa, bairro operário, a construção de teatros, salas de cinema e a ampliação da comunicação de massa com o surgimento da televisão.

A televisão também reproduziu a tônica deste período de urbanização e desenvolvimento tecnológico. Estudos de Kornis (1994, p.45) mostram a televisão como nova expressão artística, trazida em 1950 por Assis Chateaubriand (Chatô). Segundo pesquisa da autora a TV Tupi-Difusora de São Paulo foi a primeira emissora de televisão do Brasil e da América Latina. O programa "TV de Vanguarda" revelou a primeira geração de atores, atrizes e diretores. Alguns programas dos primeiros tempos da TV Tupi tornaram-se campeões de audiência e permanência no ar, como: "Alô Doçura" e "Sítio do Pica-pau Amarelo". A autora supracitada traz algumas curiosidades do início da televisão brasileira, como:

- a) Telenovela foi invenção da Tupi, que as exibia em capítulos semanais e era capaz de ousadias como mostrar beijo na boca.
- b) Em 1952 a inauguração da TV Paulista;
- c) Em 1953 a inauguração da TV Record;
- d) A transmissão da inauguração de Brasília.

O lazer ancorado na urbanização e tecnologia não foi consenso, houve grupos e movimentos artísticos que influenciaram o consumo do lazer absorvendo os elementos nacionais numa espécie de contra-cultura. Estes grupos não tinham como meta a busca do "homem brasileiro", higienizado e militarizado, como também, não queriam uma arte cosmopolita incorporada ao estrangeirismo. Estes grupos formaram o movimento do nacional-popular, tendo nas práticas de lazer, como: teatro, cinema, música e literatura suas formas de expressão. Neste próximo item discutir-se-á estes movimentos marginalizados em Kubitschek que ganham força com a renúncia de Jânio Quadros e o plebiscito de João Goulart, perdendo espaço com o golpe militar de 1964.

6. O surgimento do nacional-popular: a cultura e a contra-cultura nas diferentes expressões artísticas e no lazer

Os itens anteriores focavam as ações políticas e econômicas do Estado influenciando o lazer, trazendo os conflitos da nacionalização e desnacionalização da cultura e do tempo livre. Apresentando, também, o processo de formação do lazer na urbanização. Porém, o lazer é múltiplo com processos e contrapontos à estrutura dominante, como as manifestações do lazer pela contra-cultura. Este item abordará o surgimento do nacional-popular, como movimento cultural, artístico e intelectual que influenciou o lazer de maneira distinta que o processo dominante de urbanização.

No fim do governo de JK até o golpe militar ocorreu uma efervescência política e cultural. No pré-64 havia inúmeras formas de vivenciar o tempo livre, desde atividades financiadas pelo governo, como o esporte e clube da empresa, até as ligadas à contra-cultura, através dos artistas engajados. A contra-cultura renovou a forma de vivenciar o lazer, sendo crítica, inteligente e transformadora. Este lazer se caracterizou pelo movimento da esquerda, dos estudantes e de intelectuais não integrados ao plano de desnacionalização da economia. Poder-se-á apontar como marco desta contra-cultura o movimento modernista.

Para os modernistas o período anterior foi caracterizado pelo obscurantismo, ou melhor, uma mera reprodução dos movimentos artísticos das metrópoles européias. Artistas que incorporaram a antropofagia oswaldiana, o nacionalismo nas pinturas de Portinari e Tarsila e a música de Villa-Lobos, serviram de vanguarda do período do nacional-desenvolvimentista, principalmente por valorizarem a cultura brasileira. A história de Villa-Lobos é bem ilustrativa, na mescla de sons brasileiros com a música erudita de Bach. No meio intelectual também se discutia a busca deste povo brasileiro (Darcy Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda) para a construção nacional e formas de desenvolvimento industrial.

Mais do que um simples nacionalismo barato e progressista, a efervescência do modernismo fez com que a arte brasileira assumisse um papel político relevante, de romper com estruturas, de apontar os equívocos da colonização e de visualizar um Brasil desvencilhado das amarras européias (ZÍLIO; et alli, 1982). O modernismo foi uma semente lançada na arte nacional-popular brasileira que teve seu segundo apogeu no pré-1964.

Pode-se visualizar a incorporação do modernismo através das seguintes características:

- a) nos discursos desenvolvimentistas e nacionalistas;
- b) na preocupação da industrialização brasileira;
- c) na valorização do popular;
- d) na revolução estética;
- e) na busca do povo brasileiro.

Ridenti (1999) enumera vários acontecimentos que enalteciam esta construção do Brasil, como: a volta de Vargas e seu suicídio; Kubitschek e os planos de metas, a própria construção de Brasília e a mudança da capital; Jânio Quadros e sua renúncia; e, por último, João Goulart e as reformas de base. Todas estas ações influenciaram vários meios intelectuais e artísticos, principalmente a política do governo Goulart. Pulsava a idéia de um Brasil desvencilhado do americanismo, levando a agitação nos meios estudantis, a preocupação em erguer a nação através da educação, ou de outras formas alternativas, como no teatro, cinema e rádio. Estes foram os objetivos principais que impulsionaram o lazer e recuperaram os princípios antropofágicos de Oswald de Andrade nas artes, bem como o nacional-popular de Portinari e Villa-Lobos.

A adoção da arte popular e da temática brasileira pela contra-cultura nas atividades de tempo livre, como teatro, cinema e rádio, se justificavam pela preservação dos valores nacionais ameaçados pela invasão cultural norte-americana. Em consequência disso, a arte nacional popular opta por uma espécie de relação com o povo, levando até os limites da interferência estética para aproximação da população. A cultura popular é priorizada, muitas vezes vista como caminho único para a utilização artística. Os artistas buscavam o homem brasileiro, a cara do Brasil. Outros levados pela utilização política das artes queriam combater a alienação, discutindo a miséria e a exploração.

Hollanda (1980, p.17) faz uma síntese do que significava este nacional-popular na produção artística:

Esta produção cultural controlada pela esquerda estará neste período pré e pós-64 marcada pelos temas do debate político. Seja ao nível da produção em traços populistas, seja em relação às vanguardas. Os temas da modernização, da democratização, do nacionalismo e da fé no povo, estarão no centro das discussões, informando e delineando a necessidade de uma arte participante, forjando o mito do alcance revolucionário da palavra poética.

A poética revolucionária, segundo Ridenti (1999), era mais ligada a necessidade de mitos nacionalistas e antiamericanos. Cuba e Vietnã eram os exemplos mais extremos de enfrentamento e conquista deste desejo e busca destes heróis. Este ideal do homem novo, recuperado do período getulista, trazia em si a possibilidade de construir um Estado forte e independente, o ideal de nação fervia na época. Por isso muitas das manifestações artísticas procuravam exprimir este sentimento de transformação social. A revolução cubana é o exemplo histórico que mais repercutiu no nosso país, uma idéia de libertação das amarras imperialistas que permitia a formação de uma brasilidade. Para Sader (1991, p.162) a revolução Cubana segue o princípio de “libertação nacional”, um movimento antiimperialista que se multiplicou ao focar sua ênfase na revolução socialista. “Esse duplo aspecto potencializou sua influência, no momento em que o Brasil vivia a entrada de um regime ditatorial e, ao mesmo tempo, o capitalismo brasileiro vivia momentos de crise”.

A descrição da revolução cubana por Sader (1991, p.172) mostra como esta influenciou a arte engajada:

A revolução cubana desenvolveu duas reformas agrárias e a reforma urbana, estendendo o acesso à terra, incentivando as cooperativas no campo e terminando com os alugueis, ao permitir que se mantivesse apenas uma propriedade urbana. Essas medidas tocavam no cerne de vários dos principais problemas reivindicados pela esquerda no continente, possibilitando desdobrar a imagem heróica de Cuba na de uma nova sociedade de novo tipo, com prioridade para a soberania nacional, os temas sociais e culturais e a construção de um homem ético superior – o “homem novo”, como o chamava Che Guevara.

Marcelo Ridenti (1999) aponta que alguns artistas negaram sua obra anterior, rompendo com uma estética para integrar-se ao movimento de arte engajada, foi o caso de Ferreira Gullar que nos primeiros anos da década de 1960 opta pela aproximação com o povo a uma estética burguesa. Hollanda (1980) descreve que Gullar participou ativamente do Centro Popular de Cultura (centro criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes – para promover ações culturais em todo o Brasil para diferentes classes sociais, priorizando os operários e homens do campo). Zílio (et alli, 1982, p.32) descreve a integração dos artistas ao CPC (Centro Popular de Cultura) como forma de renegar padrões estéticos e a obra anterior para construírem uma arte engajada.

Estes artistas se preocupavam em passar para a população temas próximos da revolução proletária que sintetizavam a valorização do homem do campo e busca do novo homem,

pressupostos que levaram Ridenti (1999) a afirmar, apoiado em Löwi e Sayre (1993), que toda esta agitação nacionalista engajada representava o romantismo revolucionário brasileiro. Com base nas teses de Löwi e Sayre (1993 e 1995), Ridenti reconstrói o período pré e pós-64 mostrando todos os grupos de esquerda que procuravam este homem novo, as origens no campo e a revolução proletária. Este momento histórico nas artes sintetizou todas as transformações políticas e econômicas no Brasil que vai do varguismo ao golpe militar, passando por JK.

Destaca-se neste processo a desvalorização do urbano no próprio processo de urbanização, tornando-se um verdadeiro paradoxo, porque os intelectuais e artistas utilizavam-se da própria estrutura urbana para desconstruí-la. A publicação de poesias necessitava de uma produção; os espetáculos eram apresentados em espaços construídos para este fim; os cinemas sintetizam a própria tecnologia; o turismo para os confins do Brasil necessitava dos automóveis e estradas financiadas com capital externo; são exemplos da utilização do urbano para apresentar sua antítese: o popular. Somente com a vivência da urbanização é possível construir uma postura crítica. Segundo Almeida e Gutierrez (2005a) a própria urbanização carregou seu antagonismo para igualar as forças, já que desde o governo Vargas havia um processo de desmantelamento da cultura popular frente a urbana. O movimento nacional-popular resgatou o popular utilizando todo o aparato tecnológico e industrial constituído na própria urbanização.

Favaretto (2000) afirma que o movimento de contra-cultura era múltiplo, não existindo um único projeto, havia vários grupos paralelos que tinham na brasilidade seu foco de ação, por exemplo: o CPC (Centro Popular de Cultura), Cinema Novo (tendência do cinema tendo Glauber Rocha como maior expoente), Concretismo (estilo de poesia moderna), Cubismo (estilo de pintura moderna), Folhetins de protesto, Arena (grupo de teatro) e obras literárias. Os artistas, continua o autor, não tinham uma educação política partidária que daria sustentação para a mudança do sistema capitalista: o Cinema Novo, os Tropicalistas e o grupo Arena são exemplos de uma revolução estética, enquanto o CPC representa a arte engajada. A busca do nacional-popular era mais importante para um grupo, enquanto, a arte engajada era prioridade para outro. Sendo falsa a idéia, afirmam Ramos (1983) e Ortiz (et alli, 1988, p.23), que toda a arte era esquerdista ou comunista, para muitos artistas o sentido revolucionário ou mesmo uma consciência revolucionária estava em segundo plano, tanto é que no período posterior ao golpe militar muito dos artistas se vincularam a televisão deixando todo o engajamento de lado, ficando com a arte televisiva dominante, porque a televisão representava uma nova estética.

Esta passagem leva-nos a entender que o período do pré-64 não era esquerdista-comunista, como coloca Hollanda (1980). Na verdade foi um período de agitação político-cultural, que tinha várias tendências, desde a expressão da arte dominante até a contra-cultura. A última não era consensual, ou melhor, havia a contra-cultura no plano estético e a engajada. A arte engajada tinha estruturas comunistas como no teatro do CPC, mas não foi o objetivo do teatro Arena, do Cinema Novo, da Bossa Nova e da Tropicália (estilo musical que incorpora as guitarras elétricas, tendo Gilberto Gil e Caetano Veloso como maiores expoentes). A preocupação destes movimentos era de construção de uma arte brasileira reconhecida internacionalmente e que teria um público fiel que a consumiria no seu tempo livre estas expressões artísticas.

De maneira geral, na virada da década de 60 consolidam-se e fortalecem-se duas vertentes que são decorrentes da situação política global que o país vivenciava, como também herdeiras do processo específico de luta por uma arte brasileira que vinha ocupando o espaço cultural desde a década anterior. Nas expressões artísticas estas duas tendências colocam-se a favor de uma libertação da alienação nacional e uma concepção que submetia o nacional a valores universais, caracterizando uma postura cosmopolita. Reaparecem no campo do cinema duas formas distintas de uma situação que é constante no processo cultural brasileiro – a dilacerada tensão entre os dados locais e os influxos do cosmopolitismo (RAMOS, 1983, p.39).

Segundo Glauber Rocha (1996) a luta deste nacionalismo e busca de interpretação do povo brasileiro tinha como perfil estético a luta contra a fome. A fome como instrumento político, pelos dizeres de Josué de Castro (1968, p.10): “A fome é a expressão biológica de males sociológicos”. Glauber Rocha nos seus filmes tratava de mostrar o lado mais sombrio do povo quando a esperança dava guarida ao desespero. As cenas do cineasta lembram e muito algumas passagens da obra de Josué de Castro:

A fome não age apenas sobre os corpos das vítimas da seca, consumindo sua carne, correndo seus órgãos e abrindo feridas em sua pele, mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. Excitado pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconcertantes (1968, p.34).

Trazendo elementos cosmopolitas, mas priorizando muitas inovações técnicas, Glauber Rocha como representante do Cinema Novo e também como parte integrante desta ebulição cultural alimentava seu avanço estético na pobreza, na miséria, como também na busca deste homem brasileiro.

Nas palavras de Glauber Rocha (1996, p.128):

Nos compreendemos esta fome que o europeu e o brasileiro na maioria não entende. Para o europeu é um estranho surrealismo tropical. Para o brasileiro é uma vergonha nacional. Eles não sabem de onde vem esta fome. Sabemos nós – que fizemos estes filmes feios e tristes, estes filmes gritados e desesperados onde nem sempre a razão falou mais.

Para Ortiz (et alli, 1988), a televisão, ainda incipiente enquanto projeto da indústria cultural, tinha como objetivo este nacional-popular, exemplo disso foi a criação da TV Excelsior, pertencente ao grupo Simonsen, fortemente nacionalista, fundada em 1960. Para se ter idéia a Tv Excelsior apoiou o General Lott (PTB) – fortemente nacionalista – na eleição que Jânio Quadros (UDN) consagrar-se-ia presidente. Isto também pode ser observado quando se analisa a linha dominante de suas programações: música popular brasileira (Agostinho do Santos, João Gilberto, Dorival Caymi, Juca Chaves) e festival do Cinema Brasileiro (ORTIZ; et alli, 1988, p.50).

No teatro as peças que se destacaram no movimento nacional-popular, segundo Campos (1988) foram, “Eles não usam Black-tie”, “Gente como a gente”, “Chapetuba Futebol clube” e “Fogo frio”. Particularmente “Eles não usam black tie”, apresentada em 1958, representou não somente uma nova fase do teatro, mas a consolidação de um teatro brasileiro cuja história remontava aos anos 40, com o TBC, que quase duas décadas depois apresentava uma arte criada por artistas nacionais.

Os estudantes foram enfocados no trabalho de Hollanda (1980) que colocou a preocupação do grupo em inserir-se no movimento nacional-popular. Eles encenavam suas peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos, publicavam cadernos de poesia vendidos a preços populares e iniciavam a realização pioneira de filmes autofinanciados. Segundo a autora, de dezembro de 1961 a dezembro de 1962, o Centro Popular de Cultura produziria: as peças “Eles não usam black-tie” e “A Vez da Recusa”; o filme “Cinco Vezes Favela”; a coleção “Cadernos do Povo” e a série “Violão de Rua”. Promoveria ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais,

filosofia e a UNE-volante – uma excursão que por três meses percorreu as capitais do Brasil para travar contato com bases universitárias, operárias e camponesas.

Estas obras são referências que estão até hoje presentes no cenário artístico e que além de condensarem um período representam uma inovação, servindo, inclusive, de vanguarda para a arte presente.

Deve-se tomar um certo cuidado e não colocar no mesmo movimento o nacional-desenvolvimentismo e o nacional-popular, Borges (1983) coloca a diferença entre os dois movimentos usando como referência o cinema. Para o autor, enquanto o cinema da Souza Cruz é nacional-desenvolvimentista, o Cinema Novo é nacional-popular. Porque o primeiro traz uma estética hollywoodiana com mocinhos e heróis irreais, enquanto o segundo apresenta a realidade, a fome, a dor, enfim a pobreza de um Brasil urbanizado e industrializado versus o nordeste e as favelas. “Nelson Pereira dos Santos no Rio de Janeiro, filmando subúrbios e favelas cariocas em Rio 40 graus; Roberto dos Santos em São Paulo, filmando a classe média em O Proletariado” (BORGES, 1983 p.19), são exemplos desta transformação do feio nas telas do cinema, para causar o impacto. No período nacional-desenvolvimentista as agitações artísticas não eram tão agressivas, compactuava-se com a possibilidade de transformação do Brasil. Já no período pré-64 há a necessidade do artista revelar aspectos da realidade brasileira, de mostrar a vida e a luta das classes menos favorecidas. A opção por esta marginalidade explica-se pelo engajamento, pela convicção da necessidade de serem modificadas essas situações de desequilíbrio social, injunções de uma sociedade desigual e injusta. Os cineastas aderiam à idéia de formação de um novo Brasil, apresentando, através do cinema, a necessidade de alterações estruturais dessa sociedade.

Interessante notar como este processo influenciou o lazer, primeiramente ocorre a urbanização e, conseqüentemente, aumentam as possibilidades de práticas de lazer; posteriormente o próprio lazer se multiplica constituindo lazeres; em seguida a mesma urbanização permite sua crítica utilizando-se de toda tecnologia industrial, transformando o lazer em múltiplas tendências e formas de interpretar a sociedade, como os diferentes filmes, peças, músicas, livros, programas de rádio e televisão. Conforme a complexificação da sociedade, o lazer adquire mais um lado, incorporando cada vez mais elementos. A forma lazer, portanto, acompanha a discussão habermasiana de desenvolvimento do Mundo da Vida, criação de subsistemas e surgimento dos Sistemas Dinheiro e Poder.

O processo de urbanização cria uma racionalização da cultura popular através da proibição de certos jogos e brincadeiras, como a briga de galo e as fogueiras juninas. Há o fortalecimento do Estado e das indústrias interferindo no lazer da população, o primeiro criando leis e políticas públicas, o segundo criando novas atividades devido o aumento de consumidores. O lazer começa a ser exigido pelo trabalhador que luta por mais tempo livre, aumenta mais ainda a população querendo lazer. Surgem novas atividades, como as estações de rádio, os clubes da empresa, a televisão, o cinema e o turismo.

O Mundo da Vida, representado pelos sujeitos sociais, ao sentir-se suprimido pelo Sistema, cria formas alternativas de lazer através da própria tecnologia, para dirimir a força do Sistema. Surgem as críticas ao lazer de Mercado e da Indústria Cultural, caso do Cinema Novo que critica os filmes norte-americanos, do teatro que critica a falta da cultura popular nas peças, da música que incorpora o regionalismo e da literatura que descreve a história do povo. A crítica fortalece o grupo reproduzindo o Mundo da Vida.

7. Os Caminhos do golpe militar

Com o fim do governo Juscelino Kubitschek e as altas taxas inflacionárias, somada as dificuldades do Estado em promover políticas sociais, ocorreu uma desilusão nacional. No plano político Jânio Quadros, representante da direita (UDN), chega ao poder com ampla vantagem sobre o General Lott. Jânio Quadros teve um ímpeto populista, porém, completamente disparatado. Enquanto no plano das artes e do lazer havia a revolução ocorrendo, Jânio condecorou o líder comunista Ernesto Che Guevara, aproximando-se da esquerda e por outro lado, proibia uso dos biquínis nas praias cariocas. Atos que não possuem explicações convincentes como a sua estranha renúncia.

Skidmore (1975, p.309) também alerta para a efervescência política pós-renúncia de Quadros:

No interior o crescimento das ligas camponesas e as invasões de terras cada vez mais freqüentes indicavam o despertar do setor agrário atrasado. A controvérsia em torno da lei de reforma agrária acendeu animo dos organizadores da revolta agrária, que se constituíam tanto de esquerdistas radicais como de centristas de espírito reformista, como o clero progressista do Nordeste (SKIDMORE, 1975, p. 309).

João Goulart, segundo Skidmore (1975), realizou um governo contraditório. Procurou estreitar as alianças com o movimento sindical e setores nacional-reformistas, mas paralelamente tentou implementar uma política de estabilização baseada na contenção salarial. Seu Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, tinha por objetivo manter as taxas de crescimento da economia e reduzir a inflação. Essas condições, exigidas pelo FMI, seriam indispensáveis para a obtenção de novos empréstimos, para a renegociação da dívida externa e para a elevação do nível de investimento.

As reformas de base eram urgentes para possibilitar o crescimento econômico e distribuí-lo de maneira mais equitativa. Poder-se-ia ter em vista uma reforma agrária ou fiscal que atingisse os setores mais ricos, retirando do setor 'privilegiado' seus lucros anti-sociais. O mesmo raciocínio poderia justificar a educação rural, ou o aumento do investimento público, como meio de ajudar cidadãos menos privilegiados. (SKIDMORE, 1975, p.289).

O Plano Trienal também determinou a realização das chamadas reformas de base: reforma agrária, fiscal, educacional, bancária e eleitoral. Para o governo, elas eram necessárias ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional" e "progressista". Pela leitura de Skidmore (1975) o anúncio dessas reformas aumentou a oposição ao governo e acentuou a polarização da sociedade brasileira. O governo Goulart perdeu rapidamente suas bases na burguesia. Para evitar o isolamento, reforçou as alianças com as correntes reformistas: aproximou-se de Leonel Brizola, então deputado federal pela Guanabara; de Miguel Arraes, governador de Pernambuco; da UNE (União Nacional dos Estudantes) e do Partido Comunista, que, embora na ilegalidade, mantinha forte atuação nos movimentos popular e sindical.

Benevides (1979) aponta que o Plano Trienal foi abandonado em meados de 1963, contudo o governo continuou a implementar medidas de caráter nacionalista, limitando a remessa de capital para o exterior, nacionalizando empresas de comunicação e decidindo rever as concessões para exploração de minérios. As retaliações estrangeiras foram rápidas, governo e empresas privadas norte-americanas cortaram o crédito para o Brasil e interromperam a negociação da dívida externa. Diante desta situação crítica o Congresso se dividiu na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), em apoio a João Goulart e a Ação Democrática Parlamentar (ADP), que recebia ajuda financeira do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), instituição mantida pela Embaixada dos Estados Unidos. A polarização entre esquerda e direita foi-se recrudescendo. Na “esquerda”, aliados ao governo, estavam organizações como a UNE, a CGT, a FPN e as Ligas Camponesas; no campo oposto, na "direita", encontravam-se o ADP, IBAD e a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Skidmore (1975) coloca que a precipitação da crise ocorreu no dia 13 de março, em razão da realização de um grande comício em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Perante 300 mil pessoas Jango decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo e desapropriou, para a reforma agrária, propriedades às margens de ferrovias, rodovias e zonas de irrigação de açudes públicos. Em 19 de março foi realizada, em São Paulo, a maior mobilização contra o governo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada por grupos da direita, com influência dos setores conservadores da Igreja Católica. A manifestação, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, forneceu o apoio político para derrubar o Presidente.

No dia de 19 de março, uma passeata pública organizada às pressas, na qual tomaram parte grande proporção grupos religiosos femininos, procurou demonstrar a oposição da classe média contra Jango. Uma multidão calculada em mais de 500.000 pessoas encheu as ruas de São Paulo para protestar contra o comício do dia 13 no Rio, e contra tudo que os manifestantes achavam desse comício (SKIDMORE, 1975, p. 361).

Para Gaspari (2002b) foi no dia 31 de março que se iniciou o verdadeiro movimento para o golpe. No mesmo dia tropas mineiras sob o comando do general Mourão Filho marcharam em direção ao Rio de Janeiro e a Brasília. Depois de muita expectativa os golpistas conseguiram a adesão do comandante do 2º Exército, General Amaury Kruel. Jango estava no Rio quando recebeu o manifesto do General Mourão Filho exigindo sua renúncia. No dia 1º de abril pela manhã, o presidente partiu para Brasília na tentativa de controlar a situação e ao perceber que não conta com nenhum dispositivo militar e nem com o apoio armado dos grupos que o sustentavam abandona a capital e segue para Porto Alegre.

Nesse mesmo dia, ainda com Jango no país, e isso configurou o Golpe (GASPARI, 2002a), o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República. O presidente da Câmara dos Deputados ocupou o cargo interinamente. Exilado no Uruguai, Jango participou da articulação da Frente Ampla, um movimento de Redemocratização do país, junto a Juscelino Kubitschek e a seu ex-inimigo político, Carlos Lacerda. Mas a Frente não logrou êxito. João Goulart morreu na Argentina em 1976.

A partir do golpe há uma certa continuidade das atividades artísticas nacionais-populares, como a tropicália e o cinema novo, outras na clandestinidade como é o caso do CPC. As atividades de lazer mantiveram-se em grande crescimento, com a construção de teatros, salas de cinema, os hotéis para o turismo, o desenvolvimento da indústria ráiofônica e, agora, televisiva, ampliando o acesso do lazer às camadas populares, dando início ao desenvolvimento da indústria cultural. No período militar as artes engajadas sofrerão grande repressão, abrindo espaço maior para o desenvolvimento do lazer de consumo, urbano e de mercado. Com o regime militar, a censura e o investimento no mercado da cultura, todo cenário apresentado durante este capítulo se transforma.

CAPÍTULO III

Lazer e Ditadura: os avanços e retrocessos no tempo livre

1. A Doutrina de Segurança Nacional no Cone Sul

Com o objetivo de compreender os fatores que levaram à formulação da Doutrina de Segurança Nacional no Cone Sul, acreditamos que é conveniente considerar os contextos históricos, políticos, econômicos e sociais, nacionais e internacionais, que criaram condições para sua adoção. Corllazoli (1978) e Klubock (1999) assinalam que a Doutrina de Segurança Nacional correspondeu a uma nova ideologia dos regimes militares que se instalaram na América Latina. Os autores consideram que a aparição da Doutrina, a partir da década de 1960, constitui a inovação teórica militar contemporânea de maior impacto no continente sul-americano.

Segundo Klubock (1999) o processo de gestação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina se identifica com cinco fatores principais que influenciaram sua origem: (a) a ideologia das revoluções russas e chinesas; (b) a guerra fria; (c) a revolução cubana; (d) a ausência de políticas militares; (e) a influência dos Estados Unidos.

Pion-Berlin (2005), ao apresentar a estratégia para contenção do comunismo dos Estados Unidos, afirma que a grande maioria dos golpes de Estado e intervenções militares, na América Latina, foram aprovados ou avaliados pelo governo norte americano. Brasil e Argentina, e em menor grau o Chile e Uruguai (PION-BERLIM, 2005), são apontados como os países onde se originou o desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional, enquanto um planejamento ideológico e político operacionalizado através de golpes militares de Estado.

Em 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas, lideradas pelo general Augusto Pinochet, derrubaram o governo democraticamente eleito de Salvador Allende com apoio e financiamento dos Estados Unidos (VALDIVIA e ZARATE, 2003). Em nome da democracia, dos valores cristãos e da liberdade, Pinochet gerenciou uma ditadura de 17 anos que resultou em mais de três mil desaparecidos, prisões ilegais, violações da constituição e execuções extrajudiciais.

Antes do golpe havia uma situação tensa no Chile. O médico Salvador Allende (1908-1973) foi o primeiro marxista eleito presidente da República pelo voto direto na América Latina. Allende venceu a eleição com 36% dos votos pela coalizão de esquerda Unidade Popular (UP). Antes de se tornar presidente foi deputado, ministro da saúde, senador e candidato derrotado das eleições presidenciais de 1964.

A inflação, as filas provocadas pelos boicotes devido às tentativas de socializar a economia chilena, junto com as pressões contrárias à reforma agrária e nacionalização das indústrias, foram decisivas para que a maioria da população desejasse a saída de Allende. Entretanto, muitos dos que eram contrários a Allende também não queriam uma ditadura militar. Sentiram-se enganados com o prolongamento do golpe (VALDIVIA e ZARATE, 2003).

Logo após o golpe foi decretado estado de sítio. Uma junta foi formada para recuperar a identidade chilena, a justiça e as instituições. A junta era formada pelo general Augusto Pinochet, que era seu presidente; Gustavo Leigh da Força Aérea, Cesar Mendoza dos Carabineros e José Toribio Merino da Marinha. A Suprema Corte declara seu apoio ao golpe.

Muitas pessoas foram presas sem motivo justificado, o volume de presos fez o general Pinochet transformar o Estádio Nacional de Santiago num campo de prisioneiros e de tortura. Cerca de sete mil pessoas ali passaram de acordo com a Cruz Vermelha (VALDIVIA e ZARATE, 2003).

O primeiro protesto anti-Pinochet aconteceu em 11 de maio de 1983, como resultado de uma resistência gradual contra o regime, que contava ainda com muitos simpatizantes. A ditadura termina em 11 de março de 1990 com a posse do Democrata Cristão Patricio Aylwin, eleito democraticamente.

O regime militar assumiu o governo do Uruguai logo após o golpe de Estado encabeçado pelo ex-presidente Juan María Bordaberry, no dia 27 de junho de 1973. Na ocasião, o parlamento foi fechado e foram decretados ilegais os sindicatos de trabalhadores. Milhares de cidadãos foram presos e torturados, e ao menos duzentos opositores desapareceram.

A ditadura militar se estendeu até 1985, quando foi sancionada lei de anistia para os Tupamaros e outros grupos considerados subversivos, presos políticos e posteriormente leis que beneficiaram os militares. O regime militar uruguaio se caracterizou por uma sofisticada repressão. Foi uma repressão calada, progressiva e seletiva, que conseguiu controlar a população. Uruguai participou da doutrina de segurança nacional articulando-se com os serviços de informações que existiam nas outras ditaduras do cone sul (notadamente Brasil e Argentina). No Uruguai o sistema repressivo se instalou nas escolas, liceus e faculdades, com a proibição de livros, filmes e peças de teatro.

O golpe militar ocorrido em 24 de março de 1976, na Argentina, na realidade, é a culminância de um processo mais longo, de controle e repressão contra a esquerda peronista e a

esquerda marxista tradicional. Desde 1955, com a queda do governo do general Juan Domingos Perón, vinha ocorrendo um amplo e crescente processo de institucionalização do poder militar como ator político (SAIN, 2000, p. 21-22).

Com o discurso de salvar a pátria e harmonizar a nação, os militares buscaram sustentação na Doutrina de Segurança Nacional, visando conceber instrumentos idôneos capazes de enfrentar a infiltração marxista e o perigo comunista, nos marcos do alinhamento ocidental e cristão (DELLASOPPA, 1998; HUGGINS, 1998). Começa assim uma forte repressão contra militantes políticos e ativistas sociais. A pretexto de barrar a penetração marxista, os militares se empenharam em uma repressão mesquinha, “que punha sob as tesouras da censura a mídia, o cinema, o teatro, os costumes, os cabelos compridos e o namoro em público” (DELLASOPPA, 1998, p. 275). O padrão moral era dado pelo catolicismo de direita e tudo o que se afastasse disso era considerado subversivo ou perigoso à segurança nacional (ROMERO, 1994).

Em 24 de março de 1976, quando a Junta Militar composta pelos comandantes-em-chefe das três Forças Armadas - o general Jorge Rafael Videla, o almirante Emílio Eduardo Massera e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti - tomou o poder e dissolveu o Congresso, iniciou-se a ditadura militar “mais violenta do Cone Sul” (SAIN, 2000, p. 22).

A intensidade da repressão revela que o terrorismo de Estado foi proporcionalmente muito maior que a ação da oposição. A chamada “guerra suja”, com sua máquina repressiva estatal, impôs um verdadeiro genocídio. Entre 1976 e 1979, foram dadas como desaparecidas cerca de 9 mil pessoas identificadas pela “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”. Outras fontes apontam até 30 mil desaparecidos. Outras 1.898 (mil oitocentas e noventa e oito) pessoas foram assassinadas, sendo seus cadáveres encontrados e identificados posteriormente. Foram criados no período mais de 350 campos de concentração. Em suma, a repressão assassinou, em menos de uma década, até 30 mil pessoas, após intermináveis sessões de tortura (SAIN, 2000; SILVA, 2001).

Outros indícios sobre a violência praticada pela ditadura militar na Argentina, e em outros países do Cone Sul, puderam ser desvendadas quando, em dezembro de 1992, foram descobertos os arquivos da polícia secreta do Paraguai, o chamado Arquivo do Terror, que demonstra como as ditaduras militares colaboraram entre si. Mas nenhum acontecimento causou mais espanto do que quando, em março de 1995, o ex-capitão da Marinha, Adolfo Francisco Scilingo foi entrevistado pelo jornalista Horácio Verbitsky e confirmou que a ditadura militar fez

quase uma centena de “vôos da morte”, jogando em alto mar entre 1500 e 2000 prisioneiros vivos (MARIANO, 1998).

Após um longo período de repressão, as ditaduras começaram a dar sinais de estagnação nos países sul-americanos. No caso da Argentina, após a extensiva política econômica liberal de sucateamento da indústria nacional, os militares começaram a perder o seu poder. Procurando o apoio popular, em 1982, os militares, liderados pelo general Leopoldo Galtieri, invadiram as Malvinas, território britânico reivindicado pela Argentina. A derrota Argentina levou à renúncia de Galtieri. Seu substituto, general Reynaldo Bignone, negociou a volta dos civis ao poder.

Em 1983, Raúl Alfonsín venceu a campanha para presidência. Em seu discurso eleitoral prometeu promover a redemocratização, a criação de um programa de direitos humanos e rejeitar a tentativa dos militares de adotarem a auto-anistia. Alfonsín ordenou a prisão dos comandantes das juntas militares, que foram julgados e condenados à prisão.

As décadas de 1960 e 1970 caracterizam-se, na América Latina, pelas ditaduras militares. Várias teses foram desenvolvidas sobre o tema, entre elas encontra-se o perigo comunista, a necessidade de governos fortes para uma revolução industrial tardia e a fragilidade das instituições democráticas. Não é o intuito aqui descrever a ditadura militar na América Latina, mas tão somente a sua influência no lazer, esporte e atividade física. Contudo, cabe lembrar que a ditadura militar brasileira teve uma peculiaridade que a diferencia das demais, foi o único governo militar em que houve alternância organizada em todas as instituições de poder: prefeitos, governadores, deputados, senadores e presidente. Durante o período de 20 anos exerceram mandatos presidenciais, estabelecidos pela Constituição, os generais Castello Branco; Costa e Silva; Médici; Geisel e Figueiredo.

Com exceção de 1968, quando ocorre o fechamento do Congresso através do Ato Institucional número cinco, houve a cada dois anos eleições para o poder legislativo, embora as condições de atuação da oposição tenham variado muito. A ditadura brasileira, se comparada com as dos países vizinhos (Argentina, Uruguai e Chile) caracterizou-se por uma maior preocupação com a preservação de canais de relacionamento com a sociedade civil, preservando um processo de alternância pessoal no poder e por uma ação repressiva menos sanguinária. Embora existam divergências entre as diferentes fontes, fala-se em cento e cinquenta mortos ou desaparecidos durante a repressão no Brasil. O regime militar na Argentina, um país cuja população é um quinto da brasileira, é acusado de matar até trinta mil pessoas, no Chile o número é de três mil pessoas e

no Uruguai, um país que hoje conta com pouco mais de três milhões de habitantes, apresenta cerca de cento e cinquenta mortos e desaparecidos durante a ditadura.

Esta é uma fase por demais complexa e polêmica da história brasileira para ser desenvolvida em detalhe aqui, sem afastar-nos demais do tema central. Porém, há um relativo consenso em que um elemento fundamental para compreender a ditadura no Brasil, e a especificidade da instituição militar brasileira, é o fato do exército brasileiro ter lutado ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. O contato com militares, principalmente norte americanos, em condições concretas de luta, e o exemplo dos generais do exército mais poderoso do mundo subordinando-se, com absoluta naturalidade, ao poder civil constituído, parece ser um elemento importante para compreender a cultura das forças armadas brasileiras. O período da ditadura militar no Brasil começa com o golpe de Estado de 1964. Em 1968 há um recrudescimento do regime caracterizado pelo aumento da repressão. O início do processo de redemocratização, que culmina com a eleição de Tancredo Neves em 1984, inicia-se após a derrota eleitoral do partido que representava a situação, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), em 1974. Isto ilustra como, durante todo o período, apesar da repressão e da censura, houve uma preocupação em manter contato com a sociedade civil através do exercício do voto em processos eleitorais amplos. É importante destacar também que, mesmo sendo todos os presidentes do período generais de exército, nunca houve um homem forte como representante pessoal e hegemônico da ditadura, ao contrário do que é mais comum nestes casos, a exemplo de Pinochet no Chile, Franco na Espanha ou Fidel Castro na ilha de Cuba.

2. Instauração, recrudescimento e mobilização política no Regime Militar

Para Gaspari (2002a, p.13) a marca da ditadura foi o regime de exceção. No Estado Novo também houve repressão, como bem salienta Graciliano Ramos em “Memórias do Cárcere”, no entanto, segundo argumentação de Bierrenbach (1996), o Brasil acabara de sair da dominação das oligarquias cafeeiras, não tendo, naquele período, tempo de vivenciar a democracia. Situação completamente oposta no golpe de 1964, o povo brasileiro vivenciou a atuação legalista do General Lott ao apoiar militarmente a posse de Juscelino Kubitschek; votou nas quatro eleições presidenciais; no governo João Goulart participou do plebiscito sobre o sistema de governo. Todos estes elementos formaram no universo coletivo uma identificação com a democracia, com o sentido de nação e de cidadão. Outras condições também foram importantes, como o desenvolvimento tecnológico, troca cultural com outros países, urbanização, criação de uma classe média forte e grupos de intelectuais, artísticos e sociais. Tudo isto serviu para a construção do ideal democrático que naquele momento entrava em crise.

Para Couto (1999) o mecanismo antidemocrático mais utilizado no período foram os atos institucionais, onde o poder executivo se sobrepunha aos outros dois poderes, tendo como objetivo preservar os ideais militaristas de segurança nacional, eliminando qualquer crítica feita ao sistema político por eles constituído. Estes atos delegavam poder ao executivo, em detrimento do legislativo e judiciário, servindo para reprimir a população, os políticos, os artistas e qualquer outra forma de manifestação anti-governista.

O Sistema Nacional de Informação (SNI) foi amplamente utilizado pelo regime, segundo Couto (1999), tinha como ideal a preservação da pátria contra os valores nocivos à sociedade como os subversivos, terroristas e comunistas. O SNI serviu como forma de controle das artes, dos espetáculos e do lazer. Alerta Ridenti (1999) que existiu um grande choque na sociedade, inclusive com reflexos, se comparado à época anterior. Para o autor o Brasil era um grande centro de idéias e inovações propiciadas pela velocidade de sua industrialização e urbanização. No pré-64 havia a construção de uma cultura e contra-cultura com diversas tendências, idéias e criações. Para os analistas do nacional-popular, o Brasil passou do país da industrialização, da nova estética, da tropicalia e da Bossa Nova, para o país do regime de exceção, do terrorismo e dos grupos de extermínio. Pela leitura habermasiana um Estado autoritário que se projeta na vida

das pessoas coercitivamente invadindo o Mundo da Vida e cerceando as trocas espontâneas, impede a manifestação do lazer e das trocas intersubjetivas, aumentando a atuação do Sistema Poder na vida das pessoas. Diante desta constatação, parece razoável afirmar que houve refluxo das idéias e ações durante os anos mais duros da ditadura.

Moreira (1989) discorre sobre o primeiro dos Atos Institucionais (AI-1), apontando que este foi decretado antes mesmo da posse de Castello Branco, por ordem dos três chefes militares (exército, marinha e aeronáutica), tendo por medidas a cassação de mandatos de membros de partidos opositores, a suspensão dos direitos políticos por um período de dez anos e a suspensão da imunidade parlamentar. Neste Ato Institucional a União Nacional dos Estudantes (UNE) é posta na ilegalidade, bem como o Centro Popular de Cultura (CPC). Skidmore (1975, p.309) sustenta que a preocupação do governo era com os projetos engajados de educação para todos e alfabetização popular encabeçados pela UNE e CPC, daí a ilegalidade.

Com o tempo o expansionismo da repressão militar atingiu a todos. Os golpistas, segundo Antonio Caso (1976), arrasaram a intelectualidade brasileira, expulsaram cientistas, destituíram reitores das Universidades, colocando interventores militares ou entreguistas civis nessas instituições. Houve um refluxo cultural nos ambientes intelectualizados, como na literatura, nas apresentações, nas canções, nos filmes, nas artes, levando o pensamento brasileiro para a unilateralidade. Como exemplo desta destituição dos pensadores brasileiros Gaspari (2002a, p.79) recorda da ação militar na Universidade de São Paulo:

Na Universidade de São Paulo, uma comissão secreta formada por iniciativa do reitor Luís Antonio da Gama e Silva produziu um documento em que propunha a punição de 44 professores e concluía serem realmente impressionantes as infiltrações de idéias marxistas nos vários setores universitários. Cumprindo que sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos.

Com o paulatino recrudescimento do regime há a mobilização dos intelectuais, legisladores, juizes de direito, dos partidos de oposição e setores da UDN. Gaspari (2002a, p.210) alerta que no primeiro momento a direita apoiou o golpe, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, posteriormente perceberam o fechamento do regime e que os militares tomaram o poder para si e não passaram para a direita, como pensavam. Com isso os militares perderam a força no congresso e para evitar conflitos com os parlamentares decretam o AI-2, extinguindo o pluripartidarismo em favor da política bipartidária polarizada entre a governista ARENA

(Aliança Renovadora Nacional) e o oposicionista MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Couto (1999) lembra que este ato transferia os poderes de decretação de estado de sítio ao presidente e dava a ele o poder de cassar mandatos, intervir nos municípios e Estados. Segundo Antunes (2002) começou naquele instante os contornos de um regime totalitário, seu argumento é de que com o bipartidarismo o governo conseguiu visualizar os aliados e adversários, que por muitas vezes estavam pulverizados em pequenos partidos dificultando o controle do SNI ou dos outros órgãos de repressão. A separação serviu como marco ideológico de duas vertentes, a primeira controlar a oposição; a segunda era minimizar a opinião pública nacional e internacional sobre o regime autoritário brasileiro.

O controle das eleições ocorreu com o AI-3 que estabeleceu as regras eleitorais para os âmbitos federal, estadual e municipal. Segundo Azevedo (1981) os cargos estaduais e federais do Executivo e do Legislativo foram preenchidos através de eleições indiretas. Devido as grandes mudanças causadas pelos Atos Institucionais os militares criam uma nova carta constitucional, outorgada pelo AI-4. Como resultados desta Constituição, afirma Gaspari (2002b), houve a grande centralização do poder nas mãos do Estado Federal, em contraposição com a perda de autonomia nos âmbitos estaduais e municipais. Para o autor, ao outorgar uma nova constituição, os militares poderiam ter respaldo legislativo, e, por consequência, jurídico daquelas ações. A carta constitucional deu base jurídica para o regime de exceção, somada ao afastamento da população dos mínimos direitos de participação política e social.

Todavia, segundo alguns estudiosos do período como Gaspari (2002a), Couto (1999), Ridenti (1999), Hollanda (1980), Costa (2000), Gorender (1987), Moreira (1989), o golpe final contra os ideais democráticos foi deferido através da decretação do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968. Neste período ocupava a presidência o General Arthur da Costa e Silva (governo de 1967 a 1969). O então presidente fechou o Congresso, investiu-se do poder de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos. Uma das medidas ainda mais pungentes neste Ato Institucional foi a suspensão do hábeas corpus, fato que agravou a situação dos presos políticos (pessoas presas sem flagrante delito ou acusados de crimes políticos poderiam permanecer no cárcere conforme a arbitrariedade do governo). De modo diferente dos demais Atos Institucionais a criação do AI-5 não possuía prazo de vigência, tendo este ato vigido até o ano de 1979. No Ato Institucional nº 5 centenas de cidadãos e líderes políticos tiveram seus direitos cassados e foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). “Para evitar que a esquerda cultural

reorganizada pós-64 se popularize, o policiamento torna-se verdadeiramente pesado, com delação estimulada e protegida, a tortura assumindo proporções pavorosas e a imprensa de boca fechada” (SCHWARZ, 1978, p.72).

Apesar da derrota em 1964, a esquerda brasileira detinha a iniciativa cultural que era meio de luta até o AI-5, quando todas as esperanças de uma possível reviravolta política chegaram ao seu final, levando artistas, intelectuais, estudantes e operários a entrarem na guerrilha urbana, guerrilha rural, grupos clandestinos ou de exilados. Silverman (2000, p.24-25) coloca com propriedade o abuso de autoridade que foi este AI-5:

Os congressistas recalcitrantes foram cassados e um Congresso dócil foi colocado em recesso repetido; fecharam-se as câmaras estaduais; a Constituição foi suspensa; o direito de hábeas Corpus foi abolido; as eleições com resultados embaraçosos para o governo foram suspensas; a sucessão vice-presidencial (civil) foi proibida a partir da enfermidade e incapacidade de Costa e Silva; impôs-se a censura aos meios de comunicação abrangendo tanto a literatura como as artes; o impacto de propaganda da televisão, em particular, foi explorado; o direito de greve foi revogado na prática; e o assassinato e a tortura foram tolerados, ligados ao temido Destacamento de Operações e Informações e Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Recuperando as colocações de Arendt (1989) no capítulo anterior, os governos autoritários utilizam-se da propaganda política para legitimar suas ações, no governo Vargas o meio de comunicação privilegiado foi o rádio e com os militares a televisão. Segundo Almeida (2001) os militares investiram na televisão, no esporte e nos parques públicos com temas apolíticos ou para promover o governo. Com o medo e a insegurança instalados há uma redução da convivência coletiva, deste modo as atividades de lazer sofreram refluxo (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b). Ao cercear a liberdade de expressão nas atividades de lazer ocorre, por um lado, a subtração de ideais inovadores e, por outro, um direcionamento para propaganda política. Destes direcionamentos pode-se destacar a atividade física para Sant’Anna (1994) e a televisão para Ramos (1983). A primeira com a idéia de formação através da disciplina, agilidade, eficiência, ordeirismo e docilidade; a segunda como mensagem patriótica e ideológica.

Na visão de Ridenti (1999) após dezembro de 1968, com a repressão crescente a qualquer oposição ao regime militar houve:

- a) o esgotamento do impulso político;
- b) o refluxo dos movimentos de massas;
- c) a censura e a ausência de canais para o debate;

- d) a adesão a grupos de esquerda armada;
- e) o rápido desarmamento cultural.

Ramos (1983) aponta que estes fatos narrados acima marcaram o fim de um florescimento cultural e do movimento popular, abrindo caminho para a indústria cultural, principalmente a televisão, que incorporou sabiamente os conceitos de cultura popular vindo da tradição da esquerda, adotando um discurso mais progressista e desenvolvimentista, solapando as formas de construção política do povo ou apropriação do poder pelos cidadãos.

3. O Milagre Econômico, a luta armada e a abertura política

O militar escolhido para governar o Brasil após a morte de Costa e Silva foi o General Emílio Garrastazu Médici que chefiava o Serviço Nacional de Informações, período considerado mais violento e repressivo do regime militar. Em seu discurso de posse, de acordo com documentos oficiais coletados por Gaspari (2002b), Médici prometeu a restauração da democracia nacional. Mas com o poder do Estado fortalecido, através do AI-5, nenhuma medida em direção à democracia foi tomada, ao contrário, a censura prévia foi estabelecida em todos os meios de comunicação. O Estado influía grandemente na veiculação de informações, vendendo a todos a idéia do país em grande desenvolvimento econômico, buscando legitimar a ditadura através deste desenvolvimento. Foi a época de slogans como "Brasil, ame-o ou deixe-o". Neste período o crescimento econômico citado, de acordo com Moreira (1989), favoreceu na verdade a grande concentração de renda nas mãos de uma pequena classe dominante, caracterizando assim o molde segundo o qual este desenvolvimento firmou-se: o molde do desenvolvimento econômico excludente. Grande parte da população não se beneficiava deste desenvolvimento, muito pelo contrário, caía de extração social.

Exemplo da dificuldade por que passavam os setores populares, mesmo diante de altos índices de desenvolvimento, foi o crescimento das greves, como a de Osasco. Nela os operários criticavam a política de contenção dos salários e a exclusão social. A classe média, neste período, experimentou grande conforto social e poder de consumo, através das políticas de investimento e substituição das importações. Segundo analisa Gaspari (2002b, p.58), o crescimento econômico forneceu uma certa estabilidade à repressão estatal. Com dinheiro este grupo de forte influência política ficava numa posição neutra frente às ações arbitrárias do Estado. Todavia, não somente de aquiescência conviveram os militares, tivemos por parte dos estudantes, intelectuais, artistas e operários a organização da esquerda armada no país. Formando grupos paramilitares, como a Aliança de Libertação Nacional (ANL) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Estes grupos foram responsáveis pelo seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, trocado por 15 presos políticos mandados para o México; roubos a banco; seqüestro de personalidades políticas; furto do cofre de Adhemar de Barros – governador de São Paulo na década de 1950; e organização de milícias armadas no interior do país como no Araguaia.

Gaspari (2002b, p.123) afirma que ao mesmo passo que cresciam os movimentos de luta armada intensificava-se pelo país a utilização da tortura como prática corriqueira do Estado.

Os militares responderam às ações da luta armada com a decretação da Lei de Segurança Nacional e com a Emenda Constitucional nº 1, que na prática era uma nova Constituição, com a figura do banimento do território nacional e a pena de morte nos casos de guerra psicológica adversa, ou revolucionária, ou subversiva. Com a Lei de Segurança Nacional os presos políticos foram tratados como presos comuns, ficando na mesma cela em delegacias e presídios, como o caso do Presídio de Tiradentes e de Ilha Grande. Segundo Carlos Amorim (1993), autor do livro “Comando vermelho: a história secreta do crime organizado”, o contato dos presos comuns com os presos políticos e sua organização paramilitar com os manuais de guerrilha urbana cubanos, acabaram por “ensinar” os presos comuns que eram por demais desorganizados, formando suas organizações criminosas. No período que vigia a Lei de Segurança Nacional ocorreu em Ilha Grande a fundação de duas facções importantes do crime organizado: o Comando Vermelho e a Falange Vermelha. Celso Amorim associou o vermelho, das duas organizações, como símbolo do comunismo. A arbitrariedade do governo ao colocar os grupos armados em contato com os presos comuns, por um lado, serviu para maior controle estatal, por outro lado proporcionou a organização criminosa nos moldes da guerrilha urbana esquerdista. Um dos fundadores do Comando Vermelho, William Lima, autor de um livro intitulado “Quatrocentos contra um: Uma história do Comando Vermelho” publicado em 1991, descreve a importância do contato com os presos políticos em Ilha Grande para o crime organizado.

Outra ação do governo para conter a esquerda armada foram os grupos de extermínio, Frei Beto, no conhecido livro “Batismo de sangue”, descreve a execução de Carlos Mariguella, líder da Aliança Nacional Libertadora. “Brasil Nunca Mais” foi outro livro muito importante que resgatou depoimentos de torturados pelo Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Dom Paulo Evaristo Arns, um dos idealizadores daquele livro, conseguiu coletar um retrato fiel da ação estatal na repressão aos movimentos de esquerda.

Ao mesmo tempo em que aumenta a repressão o Produto Interno Bruto (PIB) cresce a quase 12% ao ano e a inflação média anual não ultrapassa 18%, como apontam os dados de Castro e D’Araújo (2001). Viveu-se no começo da década de 1970 o chamado “Milagre econômico” com o Estado arrecadando mais, fazendo grandes empréstimos e atraindo

investimentos externos para projetos de grande porte no setor industrial, agropecuário, mineral e de infra-estrutura. Alguns desses projetos, por seu custo e impacto, são chamados faraônicos, como a construção da rodovia Transamazônica e da Ponte Rio-Niterói. Este crescimento consolidou um tipo de desenvolvimento que privilegiou as grandes empresas nacional, estatal e multinacional. As questões relativas ao crescente endividamento externo do país e a deterioração na distribuição de rendas ficaram em segundo plano diante do controle da inflação e do aumento das exportações, garantido pelos incentivos governamentais e por um mercado mundial favorável. Para estimular a indústria expandiu-se o sistema de crédito ao consumidor que garantiu à classe média o acesso aos bens de consumo duráveis. Estudos de Azevedo (1981, p.151) mostram que em função do desempenho da economia na década de 1970 o emprego urbano cresceu a uma taxa mais elevada (6,42% ao ano) que a população urbana (4,83%). Na criação de empregos na década de 70, o setor secundário – indústria de transformação, construção civil e outras atividades industriais – superou o setor terciário, de serviços sociais e pessoais.

Gaspari (2002c) coloca que o afastamento dos militares inicia-se com a crise econômica. O governo buscava mascarar esta crise nos veículos de comunicação, mantendo a censura e boicotando índices econômicos. Um dos motivos que levou a queda do investimento estrangeiro foi a crise internacional do petróleo, contribuindo para uma recessão mundial e aumento das taxas de juros. Reduzindo o crédito o governo deixou de pagar os juros da dívida externa, colocando-a em um patamar crítico. Diante do novo quadro econômico que se afigurava, temeroso de perder toda sua sustentação política entre a classe dominante, o governo anuncia um gradual processo de abertura política. Desta vez era fato, afirma o autor supracitado, os militares perdiam as bases de sustentação política. A solução foi afastar os militares da linha dura que estavam nos órgãos de repressão e nos comandos militares, direcionar os líderes civis de direita para governarem o país, controlar os avanços do MDB e impedir que os líderes de esquerda voltassem ao poder.

Para Couto (1999), com a perda da força política, a oposição ocupou o espaço deixado pelo governo e se fortaleceu. Nas eleições de novembro de 1974, segundo dados do autor, o MDB conquistou 59% dos votos para o Senado, 48% para a Câmara dos Deputados e ganhou em 79 das 90 cidades com mais de 100 mil habitantes.

Gaspari (2002c) atenta que a passagem para o regime democrático não foi tranqüila, logo após a liberalização da censura na imprensa em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado em uma cela do DOI-CODI do 2º Exército em São Paulo. Em janeiro de 1976, o

operário Manuel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes. Estes fatos levaram a uma comoção social, dando início a inúmeras manifestações populares contra o regime militar. A força que este movimento ganhou foi representado nas urnas com a vitória do MDB no final de 1976. Os militares queriam manter a qualquer custo a força política do seu partido. Para isso, o governo lança o “pacote de abril”, mudando as regras eleitorais no intuito de garantir maioria parlamentar à Arena. O mandato presidencial passou de cinco para seis anos e foi criada a figura do “senador biônico”, eleito indiretamente pelas Assembléias Legislativas Estaduais. No outro ano em 1978, o presidente Ernesto Geisel, escolhido presidente após Médici, enviou ao Congresso a emenda constitucional que acabou com o AI-5 e restaurou o habeas-corpus, abrindo o caminho para a normalização do país.

O governo de João Batista Figueiredo enfrentou os mesmos problemas que o Governo de Ernesto Geisel, tentando equilibrar-se entre a contenção das forças mais conservadoras da chamada "linha dura" dos setores militares e a reabertura dos direitos políticos no país. Se, por um lado, foi concedida a anistia aos presos políticos, por outro instituições de cunho democrático sofriam constantes atentados empreendidos pela "linha dura" militar.

O governo Figueiredo foi responsável pela modificação da legislação eleitoral, que consistiu no retorno do pluripartidarismo no Brasil, com o surgimento do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP) e Partido dos Trabalhadores (PT). Este período foi marcado pelo renascimento do sindicalismo brasileiro com grandes paralisações de trabalhadores que ocorreram nos anos de 1979 e 1981 na região do ABC Paulista lideradas por Luís Inácio Lula da Silva. As greves terminaram mediante repressão e intervenção do governo sobre os sindicatos. Ultrapassando o campo do sindicalismo, Lula entra no cenário político brasileiro tendo sido um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores) e após quatro tentativas consagra-se presidente da república.

Surge, depois de 20 anos de ditadura, em 1984, a primeira tentativa do congresso em realizar eleições diretas para presidente da república através da emenda Dante de Oliveira, não logrando êxito. Neste período uma ampla campanha nacional é empreendida pelas forças democráticas do país, sob o nome “Diretas Já”. O último presidente eleito pelo extinto Colégio Eleitoral foi Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, derrotando o candidato governista Paulo Salim Maluf. Tancredo não chegou a assumir o cargo da Presidência, pois veio a falecer. O cargo foi ocupado por seu vice, José Ribamar Sarney, que posteriormente realizaria o

governo de transição do antigo regime à consolidação da democracia no país através da Constituição de 1988.

4. A censura, a repressão, a produção artística e o lazer.

Foi uma dura derrota para a intelectualidade de esquerda o golpe de 1964, o sonho de construção e transformação eram grandes, mesmo aqueles que não eram de esquerda, mas acreditavam na democracia, sentiram a crise política. Segundo Schwarz (1978, p.63) se num primeiro momento o problema era o contato com a população, no segundo os militares aturam diretamente na censura aos próprios produtores culturais:

Se em 1964 fora possível a direita preservar a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 1968, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores, - noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento.

Pós-AI-5 todos os artistas sentiram a influência restritiva de direitos e liberdade por parte dos militares. Porém houve uma restrita, mas barulhenta, manifestação artística, com poesia – os panfletos mimeografados –; cinema – a geração cinema novistas e suas vertentes –; teatro – o Opinião e de Arena –; acrescido da Igreja Católica, como disseminadora de valores através das comunidades eclesiais de base.

Os artistas e intelectuais para fugir da censura utilizaram subterfúgios, a novidade editorial da década, introduzida pela poesia marginal, foi o circuito de mão em mão, em pequenas edições, quase a nível artesanal. Em termos formais essa poesia primária pela abordagem do cotidiano em cima da lição de Oswald de Andrade, ou seja, de maneira desbocada, debochada e nada nobre. É a década da poesia de reportagem, de revelação instantânea, contextualizada na cidade. Nessa poesia não há metáforas e a linguagem é linear. É uma poesia de leitura sofisticada, de estilo à base da técnica cinematográfica. Para Ridenti (1999) a poesia de 1970 caracterizou-se pela apreensão do falar coloquial, tal qual a televisão. Ferreira Gullar teve um papel de destaque na poesia marginal, especialmente pelo seu “Poema Sujo”. Nele o autor mostra a sujeira da cidade, sua velocidade, criticando a própria sociedade de consumo, das máquinas, revelando que elas coabitam com a falta de vontade de falar. Aqui a velocidade é a metáfora da repressão já que poucos podem parar para pensar.

A poesia ficou restrita a movimentos intelectualizados, ao mundo das letras ou dos “subversivos”. É importante notar que a contra-cultura no período pré-64 tinha uma abrangência muito maior do que estes movimentos posteriores ao AI-5. São gritos deslocados do mundo urbano, das massas, inclusive da maioria dos estudantes. Movimentos que têm como característica apenas sua vontade de mudar, ir contra o regime, Ridenti (1999) coloca que não havia uma grande circulação deste movimento artístico.

Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Murilo Mendes não eram considerados marginais. Tinham uma circulação grande durante o regime militar, sua poesia tinha a preocupação de mostrar o cotidiano, o subjetivismo e retratos do mundo. Eles serviram de base para apresentar a vontade dos poetas de construir o mundo Brasil naquele instante, preocupado com a tecnologia, o desenvolvimento urbano e situações inusitadas do cotidiano paulista e carioca.

A arte audiovisual, diferentemente da poesia, teve um grande público. Reflexo dos avanços econômicos e desenvolvimento industrial, como o cinema e a televisão. Esta última sintetizou o avanço da indústria de massa, a censura e o uso político. Já o cinema teve grande influência no regime militar, com a criação da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilmes) em 1969, para financiar, co-produzir e distribuir os filmes brasileiros (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b).

Isso demonstra a preocupação do governo em desenvolver e controlar o setor. A Embrafilmes financiou filmes que não contestavam o regime, através de incentivo fiscal, financeiro e, principalmente, com a obrigatoriedade de exibição nas salas de cinema uma cota de filmes nacionais. Estas foram algumas das ações que incentivaram a produção nacional. O regime militar, segundo Borges (1983), foi considerado o auge do cinema brasileiro, depois houve a queda do financiamento com a decadência do milagre brasileiro e posterior redemocratização. Estes cineastas que fizeram história no cinema nacional foram remanescentes do Cinema Novo ou cineastas estreantes, em busca de um estilo de maior comunicação popular. As obras mais significativas do período, segundo Ramos (1983, p.42), foram, “São Bernardo”, de Leon Hirszman; “Lição de amor”, de Eduardo Escorel; “Dona Flor e seus dois maridos”, de Bruno Barreto; “Pixote”, de Hector Babenco; “Tudo bem” e “Toda a nudez será castigada”, de Arnaldo Jabor; “Como era gostoso o meu francês”, de Nelson Pereira dos Santos; “A dama da lotação”, de Neville d’Almeida; “Os inconfidentes”, de Joaquim Pedro de Andrade; e “Bye, bye, Brasil”, de

Cacá Diegues. Todos estes filmes, declara Ramos, refletiram as transformações e contradições da realidade nacional.

A maioria dos filmes, segundo Ortiz (1985), tem no urbano sua referência. Retratos de uma classe média decadente com Arnaldo Jabor; ou mesmo situações singulares com “Dona Flor e seus dois maridos”. A exploração da mulher, como subalterna e lutadora é valorizada em “São Bernardo”, baseado no livro de Graciliano Ramos de mesmo título, recuperando o nacional-popular do pré-64. Distintos dos filmes das Companhias Atlântida ou Vera Cruz, que anteriormente retratavam historicamente o Brasil, com seus heróis caipiras, ou suas musas tropicais, o cinema brasileiro agora vai expressar os problemas urbanos, a decadência da família e dos valores cristãos. Mostra, também, a miséria do nordeste e as favelas do Rio ou descrevendo a vida dos marginalizados como o filme “Pixote”.

A maioria dos filmes de contestação apresentavam temas de conotação política e se desenrolavam em ambientes propícios à especulação política, como as regiões nordestinas, as favelas cariocas, os operários paulistas, os migrantes marginalizados do Rio de Janeiro e São Paulo, quando não tratava diretamente de assuntos políticos, como os filmes “Terra em Transe”, “Os Herdeiros”, “Jardim de Guerra”, “A Vida Provisória”, “O Bravo Guerreiro” – realizados, respectivamente, por Glauber Rocha, Carlos Diegues, Neville d'Almeida, Maurício Gomes Leite e Gustavo Dahl. Às vezes, chegam até a pretender contestar a Revolução de 31 de março, caso do “O Desafio”, de Paulo César Sarraceni.

Pela leitura de Zílio (et alli, 1982) estes filmes tentaram surpreender a censura através do simbolismo, são mais simbólicos contestatórios do que claramente contestatório. Esta vontade de esclarecer o que estava ocorrendo somado ao medo e à repressão levam os cineastas a projetar no universo psíquico as categorias apresentadas em imagens. Ao descrever a pobreza, a miséria e a fome, os produtores discutiam nas entrelinhas a exclusão social, o analfabetismo, a estupidez da população e os regimes ditatoriais, mostrando ao mundo o verdadeiro Brasil dos excluídos, não aquele projetado pelos militares.

Grande parte dos filmes foram censurados totalmente ou sofreram cortes na sua edição. Os militares tinham como discurso que não deveriam apresentar o Brasil como país da desigualdade, e sim como país do futuro, do investimento e das oportunidades. Outros filmes foram censurados por serem pornográficos ou com linguagem obsceno. Para os militares era sua função educar, higienizar corporal e espiritualmente a população. Como era de se esperar os

filmes que debatiam os problemas brasileiros, mostrando a fragilidade do milagre econômico bem como das políticas sociais, também foram censurados.

As colocações anteriores reforçam a tese que houve um refluxo nas práticas de lazer durante o regime militar. A impossibilidade de encontros sociais nas ruas, censurar as poesias e os filmes mostram que houve um direcionamento político nas práticas de lazer. O governo ao decidir o que seria assistido e como seria estava influenciando literalmente nas opções de lazer dos brasileiros, demonstrando claramente que o tempo livre e seu uso foi uma arma amplamente utilizada pelo regime para manter a população longe dos ideais democráticos (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b). Estes fatos reforçam a tese de Capelato (1999) sobre o uso do tempo livre e da produção artística nos regimes ditatoriais, usando o Estado Novo como exemplo. Além das colocações de Capelato, a ação da ditadura reforça as discussões de Arendt sobre a construção do ideário nacionalista militarista a partir do controle midiático.

Utilizando o olhar habermasiano, pode-se afirmar que com a ampliação do poder do Estado através dos atos institucionais, ele se sobrepõe às outras esferas que compõe as sociedades complexas, como o Sistema Dinheiro e o Mundo da Vida. Como apresentado no capítulo primeiro o Sistema Dinheiro é um dinamizador das práticas de lazer, através de inúmeras atividades que visam o lucro pela diversão, como o investimento em turismo, clubes, rádio e televisão. Já o Mundo da Vida é o armazém do saber humano e onde ocorrem as práticas espontâneas de lazer através das relações entre sujeitos. Quando o Sistema Poder, representado pelo Estado, invade o Sistema Dinheiro diminuindo o número de práticas de lazer devido a censura, há repressão e direcionamento das atividades, como ocorreu com o cinema, poesia, música e teatro, ocorre uma subtração das atividades de lazer. Quando a influência do Estado cresce e se sobrepõe ao Mundo da Vida ocorre um empobrecimento das atividades de lazer. Isso ocorre principalmente quando o Estado reprime os encontros pelo decreto de estado de sítio, por exemplo, o que para Habermas seria uma supressão das relações intersubjetivas. Para a teoria habermasiana a relação intersubjetiva é a base do Mundo da Vida e ao tê-la cerceado ocorre a intensificação da colonização do Mundo da Vida pelo Sistema.

A gravidade destas ações arbitrárias levou muitos cineastas e produtores culturais a enviar clandestinamente os filmes proibidos para a Europa e posteriormente legendá-los com outros textos, dando-lhes caráter mais político. A imagem do Brasil que eles propagavam era da realidade popular. Desta forma os produtores de filmes nacionais poderiam inclusive mostrar

como era a repressão, dando força política para os grupos de direitos humanos que atuavam no Brasil, como a Igreja Católica e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Gaspari (2002c) apresenta alguns dados interessantes que nos dão a idéia da extensão da censura nos filmes. Segundo o autor, o Departamento de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal, até 1988 censurou cerca de 25 mil filmes (nacionais e estrangeiros). Fica mais que claro a importância do lazer como meio de controle dos militares. Para eles os filmes faziam parte da diversão pública. A idéia de manter coeso o espírito do milagre econômico, a falsa idéia de um país democrático e, principalmente, manter os valores morais e da família brasileira foram os argumentos utilizados pelos militares para justificar as intervenções nas práticas de lazer.

5. A produção artística nacional-popular e a censura

Para intervir na produção cultural os militares criaram órgãos específicos que atuavam no momento de lazer da população. Dos filmes às atividades físicas os militares faziam-se presentes, ou para construir uma identidade nacional ou destruir as formas de resistência. Sant'Anna (1994) aponta que o governo atuou ativamente no lazer brasileiro, objetivando a ordem, a formação de corpos sadios e reprimindo a ociosidade. O filme “O homem que virou suco” aponta as questões referentes ao tratamento dado aos migrantes nordestinos no período militar, criticando a forma como os militares forjaram a idéia de respeito aos símbolos nacionais e das forças armadas. A preocupação dos militares, segundo Sant'Anna (1994), era manter a ordem e sedimentar na nação a importância do Estado como sendo o maior representante do povo. Utilizando a escola, com o hastear da bandeira, cantar o Hino Nacional e livros que valorizassem os heróis nacionais como (os revolucionários militares de 1964; o Presidente militar Eurico Gaspar Dutra que livrou o Brasil do governo ditatorial de Vargas; o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, arauto da República Brasileira; e nosso patrono das forças armadas Duque de Caxias que venceu os paraguaios).

Nas escolas, nas ruas, no campo, na televisão, no cinema e no rádio, em todos os locais o governo se fazia presente com o Sistema Nacional de Informação, fortalecendo a tese do crescimento do Sistema Poder no período Militar.

Como meio de comunicação mais popular no início do governo de Castello Branco, o rádio foi um importante meio de consolidação dos ideais militaristas. O controle deste se deu de forma muito rápida, colocando interventores na diretoria das principais estações nacionais, isso era necessário já que o rádio estava disseminado por todo o território brasileiro. O AI-5 rapidamente destituiu qualquer tentativa de resistência via rádio, já que quaisquer idéias subversivas que fossem veiculadas nos programas, seriam rapidamente mapeadas pelo SNI (ANTUNES, 2002) e, poderia ocorrer a prisão do locutor, do responsável pelo programa, além de perder o direito de transmissão, já que o Estado detinha o controle de todos os meios de comunicação. Segundo Ridenti (1999) não houve problemas com as rádios regulamentadas, elas seguiram a cartilha do SNI demitindo profissionais de esquerda, apresentando programas que valorizassem os ideais militares e transmitindo as propagandas do governo. No entanto, as

estações de rádio clandestinas, como bem salienta Gaspari (2002c), serviam para a troca de informações entre a esquerda armada, como um grito dos ideais revolucionários e local onde tocavam músicas proibidas pela censura.

Apesar do rádio ter sido rapidamente controlado pelo Sistema Nacional de Informação existiram fatos inusitados durante o regime de exceção que cabe uma rápida passagem. Meneses (1982) lembra da transmissão ao vivo da música de Geraldo Vandré “Para não dizer que não falei das flores” ou “Caminhando”, claramente com ímpetos revolucionários. O clima político tomou conta nos festivais, afirma a autora, foram dez anos até serem extintos pelo governo, afinal, continua ela, já que os militares “não podiam ceder aquele espaço em cadeia nacional de televisão e rádio para um grupo de artistas que se colocava contra a ditadura” (p.34).

A música, para Meneses (1982), Ridenti (1999), Hollanda (1980), Ortiz (1985) e Favaretto (2000), foi um instrumento de contestação política como a tropicália de Gilberto Gil e Caetano Veloso ou os sambas de protesto de Chico Buarque como “Você” e “Cálice”. Muitos dos músicos foram reprimidos pelo DOI-CODI como Geraldo Vandré, outros foram exilados, como Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso.

Com o milagre econômico o rádio perderia espaço para a televisão, ocorrendo um fato interessante, os dois meios de comunicação mais importantes do Brasil tiveram seu desenvolvimento nos regimes ditatoriais, o rádio com o Estado Novo e a televisão com o Regime militar. Coincidências à parte, estes fatos reforçam a tese de Arendt (1989) que governos ditatoriais tem nos meios de comunicação sua espinha dorsal para legitimar a situação política e social.

O rádio ao perder espaço para a televisão deixa de ser algo que devesse sofrer tanta repressão, o foco de atenção passou a ser o poder da imagem da televisão. Mattos (2000) coloca que apesar do rádio perder espaço foi nele que a televisão se ancorou, para se ter uma idéia, a televisão incorporou rapidamente os modelos de programas do rádio, como o show de calouros, apresentação de bandas e intérpretes, as entrevistas e as novelas. A partir dos anos setenta os Festivais Internacionais da Canção foram transmitidos via rádio e televisão. Naquele momento a população reconheceria artistas como Elis Regina, Chico Buarque, Tom Jobim, Nara Leão, Geraldo Vandré, Ronaldo Bôscoli, Menescal, Roberto e Erasmo Carlos, Gilberto Gil e Caetano Veloso. A força da televisão mostrou-se na imagem, ao ver o ídolo, ao assistir sua apresentação,

ao ver suas roupas, criando em torno da televisão um mundo mágico e mítico de conhecer e reconhecer os artistas.

Diferentemente da televisão e do rádio que possuíam interventores nas suas diretorias, como bem salientou Ortiz (1985), o teatro sofrera a repressão no cassete. Hollanda (1980) lembra do impedimento de atuação do Centro Popular de Cultura e da União Nacional dos Estudantes nos grupos de bairros, fábricas e estudantes, eles foram sumariamente dissolvidos nos anos de chumbo, já que havia a preocupação do governo em afastar as massas da produção artística de contestação. Garcia (1990) aponta como diminuiu os grupos de teatro de bairro nos anos de maior repressão política. Ridenti (1999) coloca que a repressão ao teatro se deu a partir de uma atitude de resistência adotada pelos grupos como o Opinião e o Teatro de Arena (vindos de artistas que integraram o CPC) e teve como consequência a invasão dos teatros, como no espetáculo “Roda Viva” de Chico Buarque.

O espírito de indignação, resistência e denúncia das novas condições vigentes no país fizeram unir a classe teatral em assembléias, ciclos de leituras dramáticas e outras atividades. Gaspari (et alli, 2000, p.9) aponta as peças que encenavam denúncias de tortura, histórico de líderes brasileiros e temáticas sociais, como:

- a) Temática social - “Botequim”, 1972 e “Um Grito Parado no Ar”, 1973, de Gianfrancesco Guarnieri; “Mumu, a Vaca Metafísica”, 1974, de Marcílio Moraes; “Corpo a Corpo”, 1971, “A Longa Noite de Cristal”, 1977, e “Moço em Estado de Sítio”, 1977, de Oduvaldo Vianna Filho; bem como “Gota d’Água”, de Chico Buarque; “A Cidade Impossível de Pedro Santana”, 1975, e “O Grande Amor de Nossas Vidas”, 1978, de Consuelo de Castro, ou “Sinal de Vida”, 1979, de Lauro César Muniz.
- b) Histórico líderes brasileiros – “Castro Alves Pedre Passagem”, 1971, e “Ponto de Partida”, 1976, de Gianfrancesco Guarnieri; “Calabar”, 1972, de Ruy Guerra e Chico Buarque; “O Santo Inquerito”, 1976, de Dias Gomes.
- c) Denúncia de tortura e exílio – “Milagre na Cela”, de Jorge Andrade; “Murro em Ponta de Faca”, de Augusto Boal; “Patética”, de João Ribeiro Chaves Neto, todas de 1978; “Rasga Coração”, 1979, de Oduvaldo Vianna Filho datado de 1972, que tem de enfrentar dura e longa batalha com a censura, sendo liberado apenas após sua morte.

Para analisar o teatro, como forma de lazer, deve-se pensar em dois mundos. O primeiro dos grandes nomes da dramaturgia com repercussão na mídia no qual a censura estava de olho. O outro dos grupos amadores de bairro, que de maneira geral tiveram suas atividades interrompidas pelo policiamento repressivo ou medo.

A partir destes dados é possível argumentar que o momento de lazer foi utilizado como veículo político tanto para a propaganda, quanto para a contestação ao regime ditatorial, como também expressava o imobilismo com temas apolíticos. Todavia, com o governo fazendo muito bem o dever de casa, a censura aumentou e o reflexo deste controle foi o refluxo cultural ou a estagnação, dando a base para a expansão de outro tipo de produção cultural, a da indústria cultural, primeiramente com os profissionais engajados entrando na nova fatia do mercado, a televisão, ou alimentando a indústria do entretenimento incorporando modelos socialmente aceitos pelos militares construindo o cenário perfeito para este tipo de atividade de lazer.

As limitações impostas pelos governos ditatoriais no momento de lazer contribuíram para criar um grande vazio cultural no que diz respeito a espetáculos teatrais de rua (ALMEIDA, 2001). Isso aprofundou a ruptura com elementos do teatro ao ar livre próprios da tradição cultural brasileira. Com o policiamento ostensivo nas ruas foi cada vez mais difícil manter as apresentações espontâneas. Elas ficaram circunscritas aos espaços fechados e seu caráter político esteve restrito ao contato com um público fiel, comprometido politicamente, mas reduzido a um setor de classe média (estudantes, profissionais liberais e intelectuais), ao qual não se pode considerar como experiência significativa de teatro popular (GARCIA, 1990). Não há dúvidas quanto às repercussões políticas e estéticas das práticas teatrais destes grupos, mas não se pode atribuir a eles mais que um papel estimulador para aqueles que se propunham a romper com as estruturas do mercado teatral e buscavam construir alternativas criativas e politicamente comprometidas em novos espaços sociais. O autor supracitado coloca que os grupos paulistas de teatro de periferia nos anos setenta são exemplos no que se refere ao teatro popular de resistência, por aproximarem-se dos núcleos sociais, utilizando diferentes tipos de espaços físicos.

Costa (2000) aponta o desaparecimento dos temas polêmicos e da controvérsia na cultura, a evasão dos artistas e o êxodo de intelectuais, como argumento da vitória do regime sobre os diversos grupos que o contrapunham. A censura mostrou-se inteligente não dando brechas para filmes, peças, letras que a desafiavam nas entrelinhas ou simbolicamente, mostrando-se capaz de

minuciosamente estraçalhar os planos culturais ou contra-culturais. Nos anos do Governo Médici a censura interditou, somente entre filmes, letras e peças, cinquenta e uma obras, das 13.521 obras que existiram entre 1971 e 1973. Este dado possui duas análises, a primeira é que havia pouca produção cultural de protesto e que o grupo contra o regime não era numeroso. O segundo ponto, aliado ao primeiro, é que dois anos após o AI-5 o refluxo cultural já era grande e os produtores sentiram na pele a censura. Há diversos argumentos, o primeiro defende a questão financeira, um filme é algo caro, não podendo se dar ao luxo de tê-lo censurado; segundo coloca a repressão, muitos artistas se encontraram nos porões da ditadura ou foram mandados para os Presídios Tiradentes ou Ilha Grande; o terceiro aponta o aprendizado dos produtores, eles facilitaram o trabalho do SNI absorvendo a cartilha da censura.

Ramos (1983) traz a mesma discussão que Costa (2000) só que o enfoque do primeiro são as pornochanchadas, filme de enorme sucesso de público. Os produtores preocupados em não perder dinheiro, ou juntá-lo para fazer filmes interessantes, se envolveram no projeto de filmes com valores pouco substanciais e nada políticos, para justamente não sofrerem com a censura.

Outro aspecto importante sobre o refluxo das práticas de lazer é a perda do espaço coletivo para encontros das pessoas. A rua como local de lazer já havia cedido espaço devido a urbanização, a exploração imobiliária e o aumento da frota de veículos. Mas a repressão acelerou este processo e substituiu o encontro na rua pela televisão e cinema. É interessante notar que atividades de lazer como o cinema e televisão casam-se perfeitamente com a repressão nas ruas, pois a censura do Serviço Nacional de Informação nas peças, músicas, filmes, programas de rádio e tv dão a segurança ao governo que a população não se envolva com temas subversivos (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b).

Gaspari, Ventura e Hollanda (2000, p.7) lembram que apesar da discussão sobre a censura ficar restrita somente na produção de renome como Augusto Boal, Chico Buarque e Dias Gomes, ela não somente atuou nos filmes políticos, contestatórios e sociais, pois além da preocupação política havia um cuidado para preservar os valores morais da família, propriedade e religião. Letras de músicas como de Raul Seixas “Rock das Aranhas” foi proibida por usar a aranha como metáfora de vagina. José Mojica (Zé do Caixão) teve o seu filme “Quando os Deuses Adormecem” liberado para maiores de 18 anos e com cortes, pois suas imagens mostravam bordeis e traição. As cenas eram consideradas pela censura como deprimentes para o Brasil. Os filmes nacionais precisavam de autorização expressa do governo para participarem de festivais de

cinema. Filmes do Glauber Rocha, posteriormente premiados, foram para fora do país ilegalmente. Lembram os autores que (p.8):

o AI-5 desenvolveu um implacável expurgo nas obras criadas. Em dez anos, cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovela foram censurados. Só Plínio Marcos teve 18 peças vetadas. O índice reunia um elenco variado, que ia de Chico Buarque, um dos artistas mais censurados e perseguidos da época, a Dercy Gonçalves e Clóvis Bornay.

A censura não apenas limitou a produção cultural brasileira, sua participação foi abrangente em todos os campos, inclusive a produção artística estrangeira. Filmes com conotação subversiva ou linguajar obsceno eram sumariamente proibidos, como o filme “Laranja Mecânica” de Stanley Kubrick. Segundo Ridenti (1999, p. 180), houve um refluxo cultural no regime porque a oxigenação do pensamento nacional fora cerceada, com a censura nas artes nacionais e estrangeiras, conduzindo o pensamento para uma visão do Estado. Para Martins Filho (2003, p.11), segundo suas entrevistas com os militares, não houve refluxo cultural porque aquilo que foi proibido pelo SNI era lixo cultural, os militares usam como exemplo a quantidade de músicas, filmes e peças nos dias atuais sem conteúdo ou com conteúdos de baixo calão, como argumento para sustentar a censura.

6. A visão dos militares e militantes e o papel da Igreja Católica para preservar as práticas populares de lazer.

Existem, no mínimo, duas visões sobre o regime, de um lado estão os militantes e de outro os militares, com perspectivas distintas e ações antagônicas, porém há um fato curioso: se por um lado, foram os militares que venceram a esquerda no Araguaia, na censura e na repressão de rua; por outro lado, hoje, aqueles que se posicionaram frente ao golpe são os heróis. Existe uma ampla bibliografia, como apresentada neste texto, que discute a ditadura, o regime de exceção, os militantes assassinados, os artistas exilados, as artes proibidas, enquanto não existe muita discussão sobre o que moveu os militares para tamanha repressão. Segundo Martins Filho (2003, p.6) havia o contexto da guerra fria, a revolução cubana e a necessidade de conter o comunismo frente a teoria dominó comunista. A América do Sul era um ponto estratégico para os Estados Unidos, mas os motivos posteriores são obscuros, bem como a abrangência da repressão e dos mortos. Não se sabe com certeza como a repressão atuou com as ligas camponesas e, muito menos, a extensão dos mortos e dos assassinados no Araguaia.

Aponta bem Martins Filho (2003, p.15) que os militares querem esquecer, proibindo o acesso aos documentos oficiais da ditadura, e os militantes querem recordar. Os primeiros defendem que cumpriam ordens, os outros atacam que muitos tinham sede de poder. Os militares afirmam que o regime militar foi romanceado pela esquerda e os militantes contra-argumentam que muita sujeira ainda esta enterrada no Araguaia, são dois lados da história brasileira, bem retratada neste fragmento do autor citado:

Os militares e militantes tem perspectivas diversas dos acontecimentos de 1964, uns querendo esquecer e outros recordar. Para os que perderam a luta armada a memória reaviva os sonhos revolucionários de transformação, ganhando impulso hoje; já as forças armadas querendo preservar os valores fundamentais do seu grupo, insistem em não mostrar os documentos da ditadura. Em contraste, quando instados a falar, os oficiais das Forças Armadas, principalmente os que têm ou tiveram responsabilidades institucionais, insistem na necessidade de “virar a página” da história e pensar no futuro – em prol da concórdia nacional e do bom nome de suas corporações. Dessa maneira, os narradores de esquerda parecem na obrigação de contar e recontar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada. Suas narrativas são corroboradas pelas obras de historiadores e jornalistas. Do lado dos militares não se comemora a vitória. Ao cotejar a memória militar e a memória militante - na forma como foram construídas a partir do momento em que

vieram à luz os primeiros depoimentos dos sobreviventes dos anos de chumbo – ficamos apenas com a militante.

Alguns dos depoimentos como “Brasil Nunca Mais” (1985), sob a responsabilidade do Cardeal Paulo Evaristo Arns e do livro “Combate nas Trevas”, a detalhada história da luta armada de autoria de Jacob Gorender, ex-dirigente do PCB, deram impulso à construção do mito dos revolucionários, e, também, de como a esquerda foi tratada pelos militares, mostrando a tortura, as prisões arbitrárias e a repressão. “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira, relata o seqüestro do embaixador norte-americano. Este livro transformou-o em figura pública, abrindo espaço para sua carreira de parlamentar. Gabeira é um exemplo da notoriedade que os grupos militantes tiveram pós-militarismo, outros nomes o foram Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

No lado dos militares não existem heróis nem grandes obras que discutem os motivos que levaram o golpe, bem como explicações da censura e do que eles queriam coibir. Limitavam-se a reproduzir a versão oficial sobre o perigo comunista de 1935 a 1974, ao mesmo tempo em que tentam elaborar alguns elementos da doutrina da Segurança Nacional mostrando a necessidade da rigidez com os grupos de esquerda. Nada afirmam sobre a exigência de uma política de força dos Estados Unidos no auge da guerra fria, no intuito de cercear as atividades revolucionárias já que os EUA estavam preocupados com o efeito dominó do socialismo, nem mesmo descrevem historicamente os elementos externos que deram apoio ao golpe. Pautam-se no argumento de grupos em guerra, que houve excessos pelos dois lados, características da luta armada envolvendo grupos. Os militares justificam a sua ação nestes moldes. Para Martins Filho (2003) os militares mantendo-se omissos aos incidentes do regime dificultam as análises comparativas dos grupos, prevalecendo a versão dos militantes de esquerda, dos artistas exilados e dos intelectuais expurgados.

À parte desta discussão, Ridenti (1998, p.9) lembra de uma instituição que teve um papel importante no regime militar, a Igreja Católica. No Brasil setores restritos da Igreja Católica reivindicavam a liberdade política com extenso apoio das massas populares, principalmente com o grupo da teologia da libertação. Este grupo com segmentos de cientistas e grupos de esquerda contavam com o apoio dos estudantes, muitas vezes ligados aos centros de juventude, particularmente a Juventude Universitária Católica (JUC).

Enquanto Ridenti (1998) defende a importância destes setores católicos para a defesa dos direitos humanos e limitação das torturas pelos militares, Gaspari (2002c) coloca que não existem provas sobre a atuação de padres, bispos e monges beneditinos e as mudanças nas ações do governo. Sustenta Gaspari (2002c, p. 258) que os padres tinham a intenção de proteção às vítimas da polícia do Estado, ficando nos corredores do DOI-CODI durante os anos de chumbo de 1969-1971, porém “não houve qualquer mudança de perspectiva das torturas em vista da atuação dos padres, inclusive houve torturas em padres, freis, coação em bispos, mostrando que o Estado militarizado apresentava-se laico, principalmente para eliminar elementos subversivos”.

Por outro lado, apesar de não conseguir impedir a tortura, os movimentos católicos que se baseavam nos princípios da teologia da libertação constituíram as Comunidades Eclesiais de Base, dando coesão popular e mantendo vivo o sentimento de comunidade. Nas palavras do ex-militante e dirigente, Herbert José de Souza, conhecido como Betinho, na entrevista a Ridenti (1998, p.7): “a igreja, diferentemente dos artistas de esquerda, tinha uma abrangência dos setores populares muito maior que as peças, shows ou qualquer outro evento intelectualizado”. As comunidades eclesiais de base eram realmente uma forma de aproximação com a população, resultado de um processo de profundas raízes sociais, pois a igreja tinha uma relevância muito maior para a população do que as artes e espetáculos de esquerda.

No regime militar quando os partidos e organizações de esquerda estavam uns impossibilitados de atuar, outros engajados na confrontação armada da guerrilha, setores da igreja católica desenvolveram um grande trabalho de organização através das Comunidades Eclesiais de Base. Estas eram núcleos organizados para estudos orientados de temas religiosos, em torno da bíblia, mas sempre estabelecendo uma ponte entre religião e problemas concretos da vida cotidiana que afligiam os participantes.

Segundo o brasileiro Skidmore (1988, p.182), a CEB (Comunidade Eclesiais de Base) e SAB (Sociedade Amigos do Bairro) contava com 40.000 núcleos espalhados em todo o Brasil. Estas CEB abrigavam várias pastorais, mas durante os chamados Anos de Chumbo, todas elas contavam com a pastoral dos direitos humanos. A rede formada por alguns padres como Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, garantia um sistema de comunicação eficiente, de modo que as arbitrariedades da polícia política eram logo denunciadas para a mídia mundial, mas não se sabe ao certo quanto isso ajudou a salvar os militantes dos porões da ditadura, aponta o autor. A atuação daqueles setores da igreja católica contribuiu para manter o sentido de

comunidade, já que a população não saía às ruas devido ao poder arbitrário da polícia. Em resposta a repressão elas ficavam em casa, tendo na televisão o seu momento de lazer seguro. Todavia, as comunidades eclesiais de base serviram de momento de encontro das pessoas. Estes encontros com a população foram importantes momentos aglutinadores, a Igreja Católica manteve viva a idéia de comunidade.

Os momentos de lazer tipicamente urbanos como o cinema, a televisão, passeios nas ruas e teatros foram reprimidos. Com a falta de locais de comunicação os encontros nas comunidades tornaram-se freqüentes, já que as ruas perderam este significado, devido aos números de carros e posteriormente aos abusos das autoridades no regime. A igreja tornou-se promotor cultural de grupos típicos e festas folclóricas. Interessante notar que os movimentos culturais, de cada período, ocorrem de acordo com a política nacional e com a possibilidade da liberdade na expressão da cultura, com fluxos e refluxos. O refluxo cultural devido à censura militar propiciou o fluxo cultural das comunidades ligadas à Igreja. Este processo de ocupação do espaço político mostra que não há neutralidade e sempre luta entre forças antagônicas para preencher as lacunas sociais. Para fortalecimento das teses de Habermas (1989) sempre que o Sistema Poder ou Dinheiro tentam colonizar o Mundo da Vida, este, como fonte do armazém do saber humano, encontra subterfúgios para manter-se íntegro como parte imprescindível de constituição da sociedade. No entanto, apesar destes momentos de luta contra o lazer hegemônico, sabe-se que apesar da participação da Igreja nos grupos de base, somada aos intelectuais, artistas e estudantes nas artes, estes grupos não foram a grande marca do lazer no período militar. O lazer não se pautou, na sua maioria, por estes marginais ou grupos comunitários. O lazer no regime militar teve como ponto fundamental a consolidação da Indústria Cultural.

7. A música, o teatro, o cinema e as atividades físicas: lazeres conectados ao regime.

Para aliviar as tensões sociais, decorrentes dos acontecimentos narrados no item anterior, os militares investiram na propaganda política: “Brasil ame-o ou deixe-o”, através de sistemas tecnológicos modernos, incorporados no cotidiano com incentivo do Estado, formando todo um aparato ideológico baseado nas artes audiovisuais (RAMOS, 1983, p.32). Com a censura muito bem desenvolvida em todos os outros ramos comunicativos como o rádio, cinema, livros, textos e músicas; a televisão, que teve seu auge no período, foi utilizada pelo sistema para formar uma ideologia governista de harmonia, desenvolvimento econômico e social, apoio aos militares e diversão. Com a televisão temos o Estado compactuando com a indústria cultural, através do investimento em temas apolíticos como as telenovelas, os programas humorísticos e o esporte (ORTIZ; et alli, 1988).

Para compreender estes fatos é necessário reportar-se ao “Milagre Econômico”. Este se deu em todas as áreas: financeira, urbana, agroindústria, televisivas, recreativas e institucionais; com os tão famosos empréstimos a corrida desenvolvimentista com capital externo que levou o Brasil ao papel de potência econômica mundial – oitava economia mundial – com custos sociais, como ser por bastante tempo, líder em concentração de riqueza, ser o país com maior analfabetismo da América do Sul e possuir índices de desenvolvimento humano próximos aos países africanos. Por outro lado, o país viu-se com um aparato tecnológico de primeiro mundo, um grande parque industrial no sudeste, programas de desenvolvimento econômico em todo país, substituição de importação de bens supérfluos, incentivo ao esporte, investimento na segurança nacional, construção de presídios e um sistema nacional de informação que faria todo o controle repressivo às contestações ao regime militar.

Gaspari (2002b, p.276) sustenta que o desenvolvimento desigual no país reforçou a hegemonia da classe média e legitimou os militares no poder:

O desenvolvimento desigual do país foi uma das marca do regime militar. Enquanto as manifestações dos setores populares foram controladas e suprimidas, a classe média teve seu apogeu devido ao “milagre econômico”, é esta que o setor militar se preocupava para formar bases sólidas de legitimação.

Durante o período de Médici o lazer desta classe média se pautava por atividades próximas às elites internacionais, como as viagens para outros países; a criação de espaços turísticos e hotéis; os passeios nos fins de semana (já que os militares continuaram a construção das estradas por todo país, que posteriormente seriam diminuídas pela crise do petróleo da década de 1970); acesso a filmes que não fossem censurados; a ampliação dos museus; as músicas da indústria cultural, como a Jovem Guarda; a expansão e criação de clubes. Em resumo, podemos dizer que o lazer da classe média no Brasil, após o desenvolvimento industrial e das cidades, acompanhou, com algumas peculiaridades, como a censura, o desenvolvimento do lazer dos países industrializados. Ao mesmo tempo, os setores de mais baixa renda tiveram seu espaço de lazer, como a rua e as manifestações populares, restringidos. Com pouco dinheiro e frente às crises emergentes na economia mundial o refúgio foi a casa e as telenovelas, que também serviram como propagandas políticas do regime. Estes dois lados do lazer levam-nos a afirmação que o regime militar possibilitou a elitização do lazer, ou ainda uma concepção dual de lazer que foi ampliado na globalização.

Costa (2000, p.20) afirma que o cinema nacional teve um grande avanço no período militar tanto em produção quanto em divulgação. No período de 1974 a 1980, o governo institucionalizou a chamada “lei de obrigatoriedade”, que garantia a exibição de filmes nacionais nos cinemas durante determinada quantidade de dias por ano, cuja aplicação foi defendida e fiscalizada em conjunto pela estatal Empresa Brasileira de Filmes e o Conselho Nacional do Cinema que fixavam por resolução o número de dias/ano a serem dedicados ao cinema nacional. A produção de maior alcance foi a pornochanchada, com a temática “pastelão”, uma produção artesanal sem preocupação estética que se tornou ótima mercadoria, com um público amplo e “apoio” da censura. O primeiro filme da pornochanchada foi produzido pela “Boca do Lixo” paulista, influenciada pelos filmes italianos em episódios, títulos chamativos e eróticos, e re-inserção da tradição urbana na comédia popular. Sua produção com poucos recursos conseguiu uma boa aproximação com o público, os filmes: “Memórias de um gigolô; Lua-de-mel e amendoim; e A viúva virgem” tiveram grande audiência. (RAMOS, 1983, p.62).

Na música houve um movimento interessante, do rádio para a televisão. Segundo Mattos (2000, p.90-92) os festivais de música, criados por Augusto Marzagão, foram um grande sucesso. Servindo de base de inserção da música na programação da televisão, principalmente nos programas de auditório, ou mesmo em programas importados do rádio, como o festival de

calouros. O Festival Internacional da Canção (FIC) foi realizado em sete edições, de 1966 a 1972, no Maracanãzinho (RJ). O I FIC foi transmitido pela TV Rio e os demais pela TV Globo. As grandes músicas que coroaram os festivais foram, "Sabiá" (Tom Jobim e Chico Buarque); "Cantiga por Luciana" (Edmundo Souto e Paulinho Tapajós) "Saveiros" (Dori Caymmi e Néelson Motta); "Margarida" (Gutemberg e Guarabyra); "Travessia" (Milton Nascimento e Fernando Brant); "Pra não dizer que não falei de flores ou Caminhando" (Geraldo Vandré); "BR-3" (Antonio Adolfo e Tibério Gaspar); "Kyrie" (Paulinho Soares e Marcelo Silva); "Fio Maravilha" (Jorge Ben).

O processo de incorporação das artes populares numa arte industrial ocorre pelo próprio desenvolvimento das sociedades industriais. Existe um processo contínuo de complexificação da sociedade, onde os meios de comunicação industrial nascem da apropriação da comunicação do Mundo da Vida, que são substituídos, posteriormente, pela utilização estratégica desta comunicação. A especificidade do processo, como já salientado, não é o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, porque a busca por melhores meios de troca de informação são intrínsecos ao Mundo da Vida e não ao Sistema, o limite do Mundo da Vida dá-se quando o uso desta tecnologia visa determinada fonte de lucro ou ideologia.

O turismo foi outro grande segmento do lazer que foi apropriado pelos militares. Somente com o regime militar houve uma sistematização e investimento governamental para captação de recurso e propaganda do governo no exterior. Nos anos JK houve a ampliação das viagens no Brasil, início de uma rede hoteleira em locais paradisíacos e investimento nas estradas. Mas foi no regime militar que o governo financiou a propaganda turística aos estrangeiros e investiu nos hotéis de luxo para um turismo de primeiro mundo.

Santos Filho (2004, p.6), no fragmento a seguir, aborda a diferença de investimento no turismo nos anos JK e no regime militar, alertando que existiu no período de 1966 a 1980 um programa de governo para ampliação do turismo como fonte de renda e, principalmente, utilização política:

Posterior ao desenvolvimento dos "50 anos em 5" de Juscelino Kubitschek, as atividades turísticas tiveram uma crescente constante, no entanto, foi somente no regime militar com a criação da Embratur, instituição ligada ao primeiro escalão do governo, que o turismo se desenvolveu no plano internacional. Houve um investimento em propaganda nas embaixadas e o turismo interno também foi valorizado. Tornando o regime militar o grande idealizador do turismo com investimento estrangeiro, vendendo os atributos naturais e a beleza do Brasil.

Com o desenvolvimento das estradas, o turismo interno fez desenvolver uma incipiente estrutura no setor terciário. O desenvolvimento econômico, propiciado pelo milagre, impulsionou a expansão de rodovias, ampliou os investimentos na aviação e um incremento da indústria automobilística, fez crescer tanto o turismo interno como externo. Não demorou muito para surgir o turismo com férias pagas em hotéis, camping, albergue, com transportes baratos e turismo em ônibus fretados e, a grande novidade, as atividades de recreação nos locais turísticos. Com o investimento no tempo livre, tanto o governo como o setor privado perceberam a fatia de mercado que guardava o turismo, o primeiro visando a ampliação da balança comercial e de empregos, o segundo com expectativas de lucro.

O turismo desenvolveu-se em três campos, (a) tivemos um turismo de primeiro mundo ligado a setores da burguesia, (b) outro de viagens pelo Brasil utilizando-se dos hotéis em expansão no litoral e (c) um terceiro ligado a classe média/baixa que buscava um lazer esportivo nas viagens de um dia (ALMEIDA e GUTIERREZ 2005a, p.12).

Um fator imprescindível para analisar a ampliação do turismo na década de 1970 foram as rendas extras dos países ricos que passaram a ser gastas com turismo. Para absorver estes potenciais clientes, deveria haver uma estruturação dos serviços de hotéis, operadoras de transportes, agências de viagem e operadoras de turismo. Como defendido por Lage e Milone (1991) é necessário um investimento estatal para promover o turismo e sedimentá-lo como campo de ação econômica. Neto (2002) coloca que o Estado deveria ser o maior promotor do turismo. Associado a esta estruturação, lembra Goeldner (et alli, 2002), é igualmente importante, a atuação dos meios de comunicação para a divulgação dos atrativos turísticos. Todos estes investimentos foram financiados pelo Estado ou por capital estrangeiro com grande apoio estatal, fazendo com que o turismo se expandisse rapidamente, principalmente com a vinda de estrangeiros, que se interessaram e começaram a viajar mais.

A forma como o turismo se desenvolveu reforça a tese que as principais atividades de lazer brasileiras necessitaram primeiramente do financiamento governamental, para depois serem explorada por capital privado. Há uma certa tendência política brasileira do Estado participar ativamente nos setores mais importantes do lazer moderno, como o rádio, a televisão, o turismo, os parques e os centros de cultura. O lazer é algo que tem no governo sua base de sustentação tanto para políticas públicas sociais – por exemplo, atividades de lazer para conter a violência –

quanto para investir em áreas que posteriormente serão exploradas pelo setor privado – construção de estradas, hotéis, infra-estrutura nas cidades e política de financiamento.

Para Gaspari (2002b, p.380-390) o governo militar estava realmente preocupado com a imagem do Brasil no exterior, já que era tido como país da tortura e da violação aos direitos humanos. Esta imagem foi disseminada graças à colaboração de entidades democráticas estrangeiras, como movimentos religiosos, partidos e políticos de esquerda, em conjunto com a atuação de exilados brasileiros. Estes grupos criaram diversos meios de comunicação, os mais importantes foram os jornais alternativos, as reportagens ilustradas com fotos sobre as torturas, os debates em rádios e televisões, como também palestras e cursos sobre o que estava ocorrendo em nosso país, ocasionando imensa repercussão no exterior.

A imagem do Brasil era uma preocupação constante do governo, os militares desejavam ter em suas mãos um instrumento capaz de conter ou ocultar a crise da sociedade em todos os seus setores. Para isso, começou-se a articular a criação de órgãos que divulgassem a imagem do Brasil em conformidade com os interesses do Estado, por isso a Embratur e a Embrafilme como entidades que serviriam para minimizar a imagem do país, a primeira através do turismo e a segunda pelo cinema.

Santos Filho (2003, p.9), além de colocar o uso do turismo como forma de propaganda do governo, aponta também, através de pesquisa nas operadoras de turismo, que propagou-se a idéia da beleza da mulher brasileira e do carnaval:

A propaganda feita e divulgada no governo militar, desencadeada pela Embratur para mudar e amenizar a fama de país governado à base de uma ditadura, objetivava formatar a imagem da mulher brasileira, cobiçada pelos seus atributos estéticos como a bunda, os seios e pela facilidade em namorá-la, e mostrar as delícias do carnaval e os conhecidos biquínis fio dental. Surge a Embratur cuja função era ordenar uma política nacional de turismo, conforme relato do seu primeiro presidente, Joaquim Xavier da Silveira, um dos diretores da Associação Comercial do Rio de Janeiro, demonstrando o poder do Rio como força do turismo nacional e da tônica do padrão dado à divulgação do Brasil: mar, sol, mulheres douradas da praia de Ipanema, com seu biquíni padrão de exportação: finalmente, hipótese indispensável a ser fixada, a divulgação e promoção do Brasil no exterior.

A Embratur, buscando sua função inicial de porta voz do governo brasileiro, elaborou e divulgou um marketing oficial, mostrando a idéia de um Brasil multirracial de tonalidade pacífica, democrática e ordeira para o mundo. Apelou para uma propaganda de exploração do

erotismo e da beleza da mulher brasileira, bem como trabalhou o lado do exótico e da diversidade cultural, demonstrando uma convivência social cuja existência é mais produto de romances e novelas que da realidade histórica do país. Fica claro que os produtos culturais como a teledramaturgia, serviram de fonte de propaganda do governo no exterior. O objetivo deste tipo de propaganda era tornar a Embratur instrumento capaz de veicular para o mundo a propaganda política oficial de apoio à ditadura militar, divulgando a imagem da nova democracia brasileira em oposição as denúncias contra as ações do governo. A estratégia consistiu em montar uma propaganda política oficial que seria veiculada por meio de um órgão de turismo, no qual as belezas do Brasil serviriam para ocultar o que de fato estava ocorrendo no país. Com um apelo voltado à plástica da mulher brasileira, ao carnaval e à hospitalidade do povo em receber o turista estrangeiro.

Apesar das colocações de Santos Filho (2003; 2004) sobre a utilização política dos órgãos estatais, deve-se lembrar que sempre será positiva a propaganda que o país faz de si, principalmente ligado ao turismo, não há como pensar que o governo faça uma autocrítica, dizendo, por exemplo, que de vez em quando há alguns subversivos que seqüestram embaixadores ou grupos de direita que explodem carro-bomba. Existia um plano de desenvolvimento nacional e o turismo, na década de 1970, que era o grande filão do mercado internacional, servia para absorção de recursos estrangeiros, um investimento que gerava emprego, infra-estrutura em locais ermos, além de aumentar a captação de dinheiro externo. A Embratur dava base política para estes acontecimentos. Ficando parcial a análise que somente discute a Embratur como propaganda política. Os militares utilizaram-se de incentivos fiscais para a criação de uma rede hoteleira e de serviços. Houve um grande esforço para transferir parte do fluxo do turismo internacional para o Brasil.

Essa política de incentivos serviu para aumentar o desequilíbrio econômico e social entre as regiões brasileiras e aplicar recursos sem que os mesmos sejam em sua maior totalidade oriunda de capital próprio, mas sim resultado de incentivos fiscais conseguidos no mercado brasileiro as custas da arrecadação de impostos. Não houve diferença entre o turismo e os outros fatores do milagre econômico. No plano de investimento o capital externo foi valorizado frente ao interno e as classes médias e baixas serviram de mão de obra para este setor. Na prática do lazer, criaram-se dois grupos, um de hotéis de luxo, viagens pelo mundo, vinda de estrangeiros, investimento estatal. O outro, um lazer de final de semana rodoviário, das classes baixas, com

atividades esportivas, camping, sem uma política estatal, com pousadas e serviços que brotavam dos moradores destes lugares, a partir da vinda de turistas. Algo sem uma sistematização e ordenação, levando à destruição do ambiente natural, desestruturação das atividades produtivas em prol do turismo e um processo de favelização dos locais turísticos. Os problemas advindos do milagre econômico, como concentração de riqueza, retração do mercado de trabalho e investimento em grandes conglomerados financeiros, espelhou-se no turismo, dando mais um exemplo que as ações estatais se estruturam num todo coeso, dando uma ordenação lógica em todos os ramos sociais, seja ele econômico, cultural ou social (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b).

O último ponto a ser abordado é o esporte. Segundo Sant'Anna (1994) ele foi utilizado no regime militar com grande repercussão popular. Os programas governamentais foram estruturados para atuar nos municípios, como o EPT (Esporte Para Todos). Um dos objetivos do investimento no esporte foi a formação de atletas que representassem a nação nos Jogos Internacionais.

O Movimento Esporte para Todos (EPT), iniciado na Noruega e expandido pelo mundo, propõe a transição entre o esporte formal e o não formal. Isto é, a transição entre a prática formal do esporte - como os Jogos Olímpicos, o esporte espetáculo - e a recreação de pessoas em seus momentos de lazer. Esporte Para Todos, tanto ao nível Nacional como Internacional, tem sido freqüentemente ligado às atividades com características de não formalidade, de lazer, participativas que, ao mesmo tempo, inter-relacionam-se e diferenciam-se do esporte espetáculo, enquanto forma de conduta sócio-cultural. O Esporte Para Todos tem recebido, ao longo de sua história, uma grande variedade de denominações. Por exemplo: TRIM (Noruega, Dinamarca e Holanda), TRIMMY (Alemanha e Islândia), CONTAMOS CONTIGO (Espanha), PARTICIP-ACTION (Canadá), FIT-AKTION (Áustria), SPORT POUR TOUS (França), DEPORTE POR TODOS ou DEPORTE PARA TODOS (Chile, Argentina, bem como grande parte dos Países Sul-Americanos), LIFE.BE IN IT (Austrália), PHYSICAL FITNESS AN SPORTS (Estados Unidos), e ESPORTE PARA TODOS (Portugal, Brasil e outros Países de língua Portuguesa), dentre outras. Todas essas denominações o identificam como elemento de transição entre práticas oficiais, competitivas e de alto desempenho - características dos esportes de espetáculos - e a recreação - esportiva ou não - de pessoas em seus tempos específicos de lazer.

O país do Milagre Econômico deveria possuir uma estrutura esportiva condizente com os índices de crescimento da década de setenta. Para isto era necessário investir nas modalidades mais conhecidas como futebol, basquete, vôlei e atletismo, além de criar condições para a renovação dos atletas. Era indispensável, portanto, que mais pessoas tivessem acesso ao esporte para encontrar os futuros talentos. Sant'Anna (1994) aponta que o Esporte para Todos tinha dupla função: ao mesmo tempo em que propiciava a busca por estes atletas, também permitia a prática de esporte pela população. Diziam seus idealizadores, como o coronel Lamartine Pereira da Costa, que o Esporte para Todos propiciaria saúde e atletas. Inspirado em programas europeus, foi ajustado pelos interventores nos municípios que, a partir de uma “cartilha” nacional desenvolvida por oficiais das forças armadas, utilizavam datas como a semana da pátria, dia das crianças, dia do soldado para desenvolver atividades a partir dos esportes olímpicos, porém, adaptadas para permitir maior participação.

O coronel Lamartine Pereira da Costa e o professor Antonio Carlos Bramante, entre outros, foram os profissionais da educação física que implantaram o EPT no Brasil, dinamizando atividades físicas, promovendo saúde, qualidade de vida e levando uma proposta de lazer. Para muitos municípios, que sequer tinham uma secretaria de esporte e lazer, o projeto Esporte para Todos foi um grande marco da atuação do regime na área de lazer e esporte comunitário. Sant'Anna (1994) aponta que o esporte foi utilizado vendendo a imagem de coesão nacional, limpeza, higiene, saúde, força e formação de atletas. A televisão foi amplamente utilizada para a sua divulgação, desde a veiculação de ações regionais, normalmente descontínuas e isoladas, até a transmissão de competições.

O esporte foi importante para o regime militar. Um exemplo é a adoção, em 1971, da obrigatoriedade da Educação Física Escolar (EFE). O ideal do governo era a formação integral do Homem através da educação física escolar, dotando-a de um caráter utilitarista, no sentido de preparar mão-de-obra, auxiliar a política assistencial de saúde e descobrir talentos esportivos. Betti (1988, pp. 121) cita que as funções estabelecidas pela educação física escolar, no ato de sua obrigatoriedade, eram educar o caráter, promover a melhora da aptidão física da população e organizar as práticas esportivas.

A intenção de promover uma melhora da aptidão física da população, associada ao crescimento esportivo, levou a educação física escolar a um processo de esportivização (OLIVEIRA, 2003). Esse processo não se deu exclusivamente para descobrir novos talentos. O

esporte ensinado na escola era pautado em normas do alto rendimento e transmitiam valores como respeito às regras e às autoridades, através de atividades em massa, com normas unificadas, pautadas na especialização de ações e movimentos. O esporte era visto pelo Estado como um fenômeno agregador da sociedade, que dá um caráter de massas à atividade física e emprega valores que facilitam um certo controle social (OLIVEIRA, 2004). A esportivização da Educação Física Escolar proporcionava uma educação ligada ao controle e respeito à hierarquia, maquiada com o desenvolvimento do sentimento de união, patriotismo e representatividade esportiva. A inserção do esporte no meio educacional ficou mais clara com a criação, em 1970, do Departamento de Desportos e Educação Física, como um órgão central de direção superior do Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de estabelecer um controle, pelo governo, da Educação Física Escolar, do esporte juvenil e da recreação através do esporte (BETTI, 1988).

O esporte assume assim um posto privilegiado perante o governo, tido como uma possibilidade de lazer de massa, formação de cidadãos respeitadores das regras e das autoridades, transmissão de valores de competição e busca por crescimento, representatividade nacional e a forma de expressar o país como uma grande nação em desenvolvimento. Outra ocorrência que ilustra o objetivo do governo em formar atletas e elitizar a aptidão física foi a criação de turmas de treinamento esportivo em escolas da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no início da década de 1980, e a elevação do Departamento de Desportos e Educação Física ao nível de Secretaria em 1982, reforçando o tratamento diferenciado da Educação Física Escolar.

Fica clara, após esta exposição, a importância política, social e econômica das atividades de lazer para o governo. O Estado, no regime militar, ao mesmo tempo em que continua o projeto desenvolvimentista, procura retirar o caráter político contestatório da produção artística e do lazer, investindo na televisão, no cinema, no turismo, nos parques, nos esportes e nas atividades físicas, para formar um aparato ideológico baseado no tempo livre. Entre 1964-1984 ocorreu uma formidável expansão da produção, distribuição e consumo de serviços ligados a atividades de lazer, de acordo com a necessidade de apoio do governo junto à população.

Cabe alertar que as críticas decorrentes ao projeto muitas vezes são direcionadas à utilização ideológica do esporte como propaganda do regime. Recordando as colocações de Habermas (1987a), na “Teoria da Ação Comunicativa”, as ações humanas não são neutras, possuem uma significação, deste modo os programas governamentais refletem uma política de governo, neste caso não se pode negar a utilização política do Esporte Para Todos. Ao mesmo

tempo deve-se lembrar que foi um grande projeto de âmbito nacional de atividade física implementado pelos militares. Impossível, portanto, achar que uma política estatal não refletirá como propaganda o regime. Sem dúvida os militares necessitavam de atividades que conduzisse a população para temas apolíticos, para eles as atividades físicas substituiriam ações subversivas. Este pensamento funcionalista é corrente nos dias atuais, como exemplo as atividades da Secretaria de Esporte e Lazer de Belo Horizonte (1999) onde o esporte é utilizado para adolescentes saírem das drogas e da delinquência. Negar a importância política militarista de incentivo das atividades físicas, sociais e de lazer é um grande equívoco, por isso afirma-se que houve direcionamento político, e também, houve amplo investimento no setor.

Sant'Anna (1994) discorre com propriedade a importância do esporte para o regime militar. A autora aponta como ele foi utilizado para fins estratégicos, principalmente vendendo a imagem de coesão nacional, limpeza, higiene, saúde, força e formação de atletas. Na divulgação dos grandes programas de esporte e atividades físicas (EPT, Mexa-se) planejados e financiados pelo Estado, também foi utilizada largamente a televisão, desde a veiculação de relatos de ações regionais, normalmente descontínuas e isoladas, até a transmissão ao vivo de finais das competições escolares.

O esporte foi carregado de significado no regime militar, exemplo disso foi a obrigatoriedade da educação física escolar em 1971. Existiu, sem dúvida, uma preocupação de âmbito nacional com a promoção de saúde, formação de atletas e qualidade de vida da população brasileira. A atuação do governo na área esportiva foi desde a criação de programas nacionais com prática local, até a criação de leis que obrigassem a educação física na escola.

As atividades físicas, segundo Betti (1988), tornaram-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais. O esporte se firmou como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, apontando como possibilidade educacional. Assim, o conjunto de práticas corporais possíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se às práticas de algumas modalidades esportivas. A educação física escolar passou a ter como fundamento o aprimoramento da técnica esportiva, do gesto, da repetição, enfim, a redução das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas dos esportes olímpicos. Este é o panorama da década de 1970, a educação física para a formação de atletas e qualidade de vida. Nos anos subseqüentes, principalmente no final da década de 1980, a educação física escolar fez grande

crítica a este modelo, no intuito de transformar as atividades esportivas ministradas em atividades que desenvolvam o corpo em varias dimensões.

Após esta exposição das interpretações no campo de lazer, desenvolvidas pelos militares, fica clara a sua preocupação política, social e econômica. O Estado, no regime militar, ao mesmo tempo em que continua o projeto desenvolvimentista, procura retirar o caráter político contestatório da produção artística e do lazer, investindo na televisão, no cinema, no turismo, nos parques, nos esportes e nas atividades físicas, para formar um aparato ideológico baseado no tempo livre. Entre 1964-1980 ocorreu uma formidável expansão da produção, distribuição e consumo de bens culturais, de acordo com a necessidade de apoio do governo junto à população.

8. A consolidação da Indústria Cultural no cenário brasileiro

Com a incorporação e importação de todo o aparato tecnológico, os militares direcionaram a produção cultural para a Indústria Cultural. Essa é claro, já existia há algum tempo no país, a novidade daquela época era seu poder e alcance, em grande parte determinada por sua organização verdadeiramente moderna e pelo irrestrito apoio estatal a seu crescimento que, de tão intenso, chegou a provocar profundo impacto tanto no modo de ser da experiência cultural – afetando, em alguns casos, o destino de obras de outros gêneros (teatro, artes plásticas, músicas, poesia) –, quanto na própria situação material do produtor de cultura.

O capitalismo triunfante em escala planetária após a derrocada do “socialismo real” pode, agora, ampliar a mercantilização dos produtos materiais e culturais. No plano ideológico, essa vitória momentânea consagrou como verdade indiscutível a “superioridade” do mercado em relação ao planejamento estatal (FREDERICO, 1998, p.300-301).

No teatro, na música e na poesia a arte audiovisual se fazia presente, com textos fotográficos, dinâmicos e urbanos, com sons que descreviam histórias, fatos e acontecimentos em imagens, com peças que esboçavam o fascínio, as cores e o Brasil. A televisão influenciou todo o ramo artístico, era o novo meio de comunicação, com uma abrangência assustadora, levando à incorporação de artistas e técnicos que viam na televisão uma nova estética, um novo meio de fazer arte. Para Ortiz (et alli, 1988) a face mais visível do processo de modernização conservadora que caracterizou o período foi, para a cultura, justamente a expansão e a preponderância deste tipo de indústria.

Como já discutido nos itens anteriores, houve em todos os ramos um refluxo cultural da contestação, ou porque a censura conseguiu eliminar os ímpetus revolucionários, ou porque a repressão impediu a expressão das artes revolucionárias. O importante é notar que não existiram grandes manifestações contra o regime (posterior ao AI-5) nas artes. A censura catequizou-as para temas apolíticos e de valorização brasileira, das cores, da pátria, da população e das armas, que formaram a grande tendência artística incorporada pela Indústria Cultural. Nas artes plásticas, por exemplo, a criação do Instituto Nacional de Artes Plásticas (Funarte), conjuntamente com a reorganização dos artistas mostra a mudança do período. As artes

influenciadas pelo milagre econômico e da transição do regime de exceção, para o de anistia, criou uma atmosfera para a arte, que se aliou ao mercado. A citação de Zílio (et alli, 1982, p.53) aponta bem a incorporação dos artistas na indústria cultural, que se estruturaram em dois princípios: o primeiro era se expressar através de obras vendáveis, seduzindo o mercado de cultura, o segundo era não perturbar o sistema e não ser perturbado por ele:

Daí a novidade e mesmo a diferença da geração de 70. Diferentemente dos programas revolucionários da geração anterior ou da utopia dos anos 60, os novos artistas passam a perceber o caráter claramente construído dos discursos da crítica, do mercado e, de uma maneira mais geral, das diversas instituições que legitimam a noção de obra de arte nas sociedades contemporâneas. Desta forma, estabelecem enquanto projeto a procura de novas perspectivas para a criação e inserção de suas obras no circuito das artes.

As expressões artísticas deste período absorveram o popular, retirando todo o aspecto transformador que havia nas concepções anteriores, deixando somente os elementos estéticos, coloridos e vendáveis. Habermas (1987b) discute este processo alertando que os meios tecnológicos incorporam as expressões culturais populares, as representações sociais e seus personagens, através de um processo, por ele denominado, colonização do Mundo da Vida. Ao trazer o sistema industrial para o mundo da cultura, nos anos 30 com a música (criação do rádio, gravadoras de disco e distribuidoras) e nos anos 70 com as artes audiovisuais, ocorreu uma sistematização mecânica e mercadológica das expressões que deram elementos ao mundo artístico. Estes elementos, segundo Habermas, estão no mundo das afinidades sociais, da troca de idéias, das relações intersubjetivas entre subjetividades intactas que são colonizadas pelo mercado.

Pode-se utilizar o carnaval como exemplo da complexificação sistêmica o que primeiramente era uma festa profana, claramente popular foi colonizado pelo Sistema Poder e, posteriormente, pelo Sistema Dinheiro.

O carnaval que antes era uma prática de lazer popular foi cooptado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo em 1937, pois havia a preocupação com os sambanerdos que elogiavam a malandragem e a promiscuidade. Getúlio Vargas trouxe a organização das escolas de samba para seu domínio através do Departamento de Turismo que velaria pela boa imagem e mensagem das escolas de samba. Com o tempo o governo se desloca e cresce a influência do setor privado. A televisão ampliou o poder de consumo do carnaval que viveu seu

auge enquanto produto de massa. Na década de 1970 o carnaval foi mercadoria de venda para o exterior, o Ministério do Turismo utilizou o carnaval como propaganda brasileira para os estrangeiros. Em 1973 os discos com as gravações dos sambas-enredo passaram a ser fenômeno de vendas no mercado fonográfico e neste mesmo ano a TV Globo ficou incumbida de gravar o desfile para ser transmitido no exterior. O carnaval é um fenômeno popular que se inseriu na Indústria Cultural e que mantém ainda um forte apelo ao folclórico. Apesar de ser cooptada pelo mercado existe grande participação da população nos desfiles, nas ruas, nas manifestações espontâneas e nos bailes. O carnaval ainda mantém sua raiz com o morro, com o proibido e com o povo, mesmo com a inserção da sua mercantilização. Ele como um dos mais famosos e grandiosos movimentos de cultura popular brasileira é um fenômeno que deve ser estudado à parte, porque como movimento de lazer tem tanto sua base na cultura urbana industrial, como também no carnaval de rua popular e folclórico.

Outro exemplo da colonização do Mundo da Vida pelo Sistema foi a incorporação da arte nacional-popular pela indústria cultural. O mercado introduziu na sua programação as expressões nacionais-populares – poesia marginal, cinema novo, teatro do oprimido, CPC, UNE-volante, tropicalia – e transformou-as, através do processo de colonização – num mercado de consumo ligado ao nacionalismo e desenvolvimentismo com propagandas governamentais. O exemplo clássico deste nacionalismo sem engajamento, juntamente com o afastamento da estética e a desistência de algo inovador foram as novelas. Tornaram-se um investimento seguro e rentável, de retorno garantido, ao mesmo tempo em que a produção cultural com alguma conotação política apresentava-se como um negócio duvidoso, mormente ante o risco de sequer serem liberadas para exhibições. Estimulava-se assim a proliferação da indústria novelística, ao passo que se embaraçava a existência de obras voltadas para temas políticos.

A citação abaixo, produzida pelo Museu da Imagem e do Som de São Paulo, apresenta alguns dados sobre a evolução da televisão e algumas das suas personalidades:

A telenovela tem seu início, como programação especialmente produzida, em 1964 na TV Rio, com a novela “O Direito de Nascer”, baseada num script de rádio. Em 1965 na tv Excelsior teve início da transmissão da mais longa das telenovelas brasileiras, “Redenção” de Raimundo Lopes, com direção de Waldemar Moraes e estrelada por Regina Duarte, Lélia Abramo e Márcia Real. No total “Redenção” teve 594 capítulos (...) Em 1966 começa os programas de auditório, com Hebe Camargo na tv Record e Silvio Santos na Rede Globo (...) Em 1967 vai ao ar a “Família Trapo” e “Praça da Alegria”, programas humorísticos de maior sucesso da TV Record (...) Fundação da tv Cultura em 1969. Vai ao ar o “Jornal Nacional”, da Rede Globo, primeiro programa regular a ser transmitido em

rede nacional e que marca o início das operações em rede no Brasil. Vai ao ar pela Tupi a novela Beto Rockfeller, idéia de Cassiano Gabus Mendes, para a qual Cacilda Baker indica Bráulio Pedroso como escritor, Lima Duarte e Walter Avancini dirigem (...) Em 1972 é feita a primeira transmissão a cores e 1973 vai ao ar o "Fantástico", programa de informação e variedades (...) 1980 o final da censura oficial ao telejornalismo. *(Esta cronologia foi montada a partir do levantamento de dados realizado pela equipe que organizou a exposição "30 Anos de Televisão no Brasil", para o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, coordenada por Maria Emilia Soutello e Paulo de Laurentz.)*

A televisão brasileira foi ao ar em 1950 com a TV Tupi em São Paulo, porém, somente no regime militar, com o investimento estatal, ela obteve a abrangência de uma grande emissora de comunicação. Anteriormente restrita a grupos de classes altas que podiam comprar os aparelhos, posteriormente, no milagre econômico, com o incentivo da produção nacional de televisores e das antenas, desenvolveu-se o setor. A partir disso ela assumiu a missão de integrar a nacionalidade absorvendo elementos de outras artes, como o teatro, a música e a poesia.

A integração nacional que estava entre as prioridades do Estado militarizado, pode ser entendida como um desdobramento lógico do que, na época, se chamou doutrina de Segurança Nacional. A idéia dos militares era fazer do Brasil uma grande nação, diminuir as distâncias regionais no âmbito social, econômico e espacial. A construção da transamazônica é parte desta ideologia. Os militares sabiam que os meios de comunicação eram importantes para a formação e coesão social, tanto na idéia de proteção externa, quanto interna. Kornis (2000, p.8) descreve a importância da Embratel na estratégia militar:

À Embratel foi confiada a missão de amarrar o país-continente pelas telecomunicações, com antenas e satélites. E à televisão foi confiada a tarefa de, via Embratel, unificar no plano da ideologia as mentes do povo brasileiro. A estratégia foi bem realizada. Na história do Brasil, trata-se de um dos poucos projetos culturais nacionais que deram certo.

A rede de televisão preferencial daquele período acabou sendo a Rede Globo. A opção se deveu a motivos políticos, sem dúvida, mas o formidável sucesso que a Globo alcançou no Brasil deve ser creditado também ao talento artístico e empresarial com que ela foi conduzida. “Seu profissionalismo e padrão de qualidade marcaram época. Por seus méritos e deméritos, foi a Globo quem impôs o modelo brasileiro de televisão” (KORNIS, 2001, p.9). O marco destas transformações da Tv Globo foi para Hamburger (1998, p.29) o ano de 1969, com a consolidação da empresa no ramo da comunicação e a ampliação de sua rede, permitindo-lhe conquistar dali para frente uma audiência crescente. Outro fator importante para o seu desenvolvimento foi a

contratação dos artistas nacionais-populares contribuindo para novas linhas estéticas. Ortiz (et alli, 1988) afirma que apesar de difícil visualização é inevitável a constatação que muitos artistas engajados no nacional-popular tenham ajudado a formação da indústria cultural brasileira. Os motivos são variados: repressão, censura, desemprego, alienação, derrotismo. Mesmo com estes motivos, assistimos a uma virada nos discursos ou uma incorporação alienada e ingênua. Podemos até por à prova a coerência do projeto revolucionário, pensando inclusive que muitos artistas inseriam-se nos grupos como o CPC, Arena, Opinião e UNE-volante pela sua efervescência na época, de forma mais intimista e individualista e pensando na carreira, em vez de estar realmente preocupado em desenvolver um projeto revolucionário. Na verdade, a experimentação e novas técnicas que a televisão proporcionava foi o grande impulso dos artistas para este meio, muitas vezes, como afirma Ortiz (et alli, 1988), o sistema manipula o processo. Segundo Habermas (1987b), o sistema coloniza o mundo da vida e suas relações culturais.

Um dos nomes de artistas engajados politicamente no pré-AI-5 foi Dias Gomes. Ele teve um papel muito importante na construção das novelas, de uma teledramaturgia, voltada para uma temática brasileira através de uma linguagem realista. Essa tendência, incorporada da geração anterior, prevaleceu na Rede Globo no início de uma década em que a emissora, administrada empresarialmente e com boas relações junto às esferas do poder, passava a conquistar uma posição de liderança, beneficiada, sobretudo por uma modernização tecnológica impulsionada pela criação de um sistema de telecomunicações que se apoiava na política de integração nacional preconizada pelo regime militar (KORNIZ, 2001, p.14).

Dias Gomes, Ferreira Gullar e Gianfrancesco Guarnieri passaram a ingressar na Rede Globo, sob a justificativa de que seus trabalhos conseguiriam atingir um público amplo. Procuravam reciclar assim, no interior da indústria do entretenimento mais bem sucedida do país, a partir da década de 1970, os ideais de um projeto nacional-popular que marcou intensamente o debate político e cultural nos anos 50 e nos primeiros anos da década de 1960 e cujo objetivo maior naquele momento foi o de levar a arte ao povo como forma de conscientizá-lo sobre sua realidade. Esta incorporação dos artistas pela tv teve vários sentidos, o primeiro era de um mercado emergente, já que todas as iniciativas de cultura popular ou foram proibidas, ou estavam sob o olhar atento e conservador do Estado. No primeiro momento era importante estar em uma emissora que servia de porta-voz da cultura popular, mesmo que nos moldes mais retrógrados deste discurso, porém era uma forma de continuar trabalhando. Apesar desta premissa, a forma com que os artistas se integraram a este movimento fazia-se, no mínimo, muito ingênuo,

pensando que poderiam engajar-se politicamente pela televisão. Segundo Ridenti (1999 p.196) Dias Gomes defende a rede Globo, afirmando que as Telenovelas tem a platéia que o CPC jamais sonhou.

Pela pesquisas de Kornis (2001, p.13) a rede Globo trouxe para a tv os temas nacionais-populares, que de um lado agradavam o público e de outro agradavam os militares. As telenovelas da Rede Globo realizaram adaptações de clássicos da literatura brasileira, com roteiros sobre as obras de Jorge Amado, Machado de Assis e Érico Veríssimo, como: Engraçadinha, Dona flor, Pagador de Promessas, Roque Santeiro, o Tempo e o Vento. A televisão transformou, segundo Ortiz (et alli, 1988), todas as expressões artísticas com a incorporação tecnológica. Toda essa mudança não significou, contudo, que o espírito que moveu a telenovela, nos moldes de um folhetim, abandonassem a perspectiva do melodrama. Hamburger (1998, p.31) discute que as novelas tratavam de lidar com questões próprias da realidade brasileira, adotando um tom realista, sem perder de vista o entretenimento e o gosto popular.

Neste processo de industrialização todos os mecanismos são transformados em mercadorias, a emancipação feminina, a liberdade sexual, todos estes discursos nascidos dos artistas de esquerda perderam o seu caráter subversivo na era da industria cultural. Esse aproveitamento conservador do sexo pelo mercado coexiste com o velho conservadorismo a glorificar a tradição, família e propriedade. Vivendo as tradições do passado e a apologia da liberação sexual nas telenovelas (RIDENTI, 1999, p.238).

Estes são motivos suficientes para demonstrar a força e a importância da televisão como forma de lazer no Brasil. As novelas foram a grande invenção nacional. Capazes de prender mais de 70% dos telespectadores, com seu linguajar cotidiano, temas da vida privada e diversidade cultural. As novelas propiciaram tal junção com o público que as mulheres aprenderam a se vestir como os personagens e as adolescentes aprenderam a querer seus sonhos modernos. Segundo Kornis (2001, p.11) em 1964, quando a história da televisão brasileira começaria, o Brasil tinha 34 estações de TV e 1,8 milhão de aparelhos receptores. Em 1978, já eram 15 milhões de receptores. Em 1987, 31 milhões de televisores se espalhavam pelo País, dos quais 12,5 milhões em cores. Hoje, trata-se do sexto maior parque de receptores instalados no mundo.

Cabe lembrar que é neste período que a televisão lançou as bases de sustentação para a formação de um público cativo. Foram os militares que balizaram a força política da tv, usando-a como meio de propaganda política. A análise da televisão é importante para desvendar o gosto

popular para o lazer, qual era o modo de pensar dos brasileiros e, principalmente, os reflexos políticos de uma sociedade vivendo sob o regime de exceção. Em todas as atividades de lazer discutidas insere-se uma ideologia dominante que possibilita uma reflexão social através das práticas de lazer. A partir desta constatação pode-se afirmar que o lazer é um importante fenômeno social que influencia uma política dominante. A vontade dos seus consumidores reflete a vitória dos detentores do poder em moldar uma sociedade, utilizando os meios de comunicação de massa, ou o próprio momento de lazer, como forma de construção de uma ideologia (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2005b).

Um dos grandes momentos da televisão brasileira foi a transmissão da Copa do Mundo de 1970. O Brasil se uniu diante dos monitores vibrando de patriotismo. Tal foi a repercussão desta copa que os militares utilizaram como propaganda política, consagrando alguns slogans que se aliam ao “Brasil ame-o ou deixe-o”, como: “País que dá certo”; “A copa do mundo é nossa, com brasileiro não há quem possa”; ou ainda: “Noventa milhões em ação pra frente Brasil do meu coração, salve a seleção.”

Numa feliz constatação de Gaspari (2002a, p.208) “País, Futebol, Copa, Seleção e Governo misturavam-se num grande carnaval de julho”. As conquistas do Pan-Americano e as medalhas Olímpicas também serviram como ufanismo brasileiro, mostrando que o programa esportivo desenvolvido pelos militares e a obrigatoriedade da educação física na escola foram estratégias vencedoras.

Depois de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização, segundo Ridenti (1999), há uma ampliação dos bens culturais industrializados, pois se há o fortalecimento da indústria cultural com os militares é no período de abertura política que ela chega ao seu apogeu. Sem a censura os filmes, livros e programas nacionais e internacionais tiveram a possibilidade de serem divulgados amplamente. Com a abertura política ficou mais fácil a penetração dos bens culturais de massa a serem lançados e consumidos pela população.

A abertura política, no começo da década de 1980, propiciou um desenvolvimento vertiginoso da indústria cultural, em função principalmente dos investimentos que já tinham sido realizados durante o regime militar na área das comunicações, sempre sob controle dos órgãos de censura. Porém, é preciso ter presente que enquanto a expressão típica da indústria cultural no regime militar caracterizou-se pelo nacional-desenvolvimentismo, a indústria cultural na redemocratização e nos períodos subsequentes foi marcada pela globalização e pelo fim da

censura. Estes dois acontecimentos mostraram ser o casamento perfeito para o desenvolvimento de práticas de lazer típicas dos países desenvolvidos no Brasil, apesar da grande exclusão social e dificuldade de acesso a um lazer pago para a maior parte da população. Mais recentemente, com a democratização das relações, o que se percebe não é uma retomada imediata das relações originais do Mundo da Vida, mas um aumento da importância do Sistema Moeda com uma forte mercantilização das práticas de lazer e, particularmente, do esporte num sentido amplo.

CAPÍTULO IV

As atividades de lazer no mundo Contemporâneo: a influência da globalização e as discussões pós-modernas

1. O lento processo de redemocratização brasileiro

Para Stepan (1986) nos primeiros movimentos em direção à liberalização política era difícil imaginar os militares envolvidos na idéia de se retirar lenta e gradualmente do poder. O autor aponta que em nenhum momento após ter assumido a presidência Geisel indicara que haveria as eleições livres e diretas no final do seu mandato. No entanto, havia uma certa tendência de busca de legitimação pelos mecanismos democráticos. Gaspari (2002c) coloca que o objetivo dos militares era gradualmente construir as medidas liberalizantes, mantendo intacto o projeto de Estado forte. Nos dizeres de Martins (1988) a eliminação gradativa dos mecanismos excessivamente coercitivos não colocou em risco o controle dos cargos executivos, nem tampouco a maioria governamental no Congresso para aprovar a legislação necessária às reformas políticas que almejava o governo. Os estrategistas governamentais, contando com os indicadores ainda relativamente favoráveis na economia e com o apoio social herdado do "milagre", esperavam repetir a vitória obtida pela Arena nas eleições municipais de 1970, evidentemente sem os efeitos negativos provocados pela intensa repressão da época.

Segundo Castro (2001, p.40) os militares almejavam vencer as eleições parlamentares para legitimar eleitoralmente o seu poder. Este diagnóstico otimista, segundo pesquisa do autor nos documentos do Serviço Nacional de Informação, foi equivocado, porque a oposição, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, aproveitou-se das alianças com grupos e utilizou a mídia com o slogan da violência aos direitos humanos, a concentração de renda do país e a desnacionalização da economia para criticar a política dos militares. Esta postura de ataque do MDB ao governo foi importante para consagrar o partido como porta-voz legítimo da democracia.

No período pós Médici iniciou-se a politização da sociedade, envolvendo maior liberdade de crítica por parte da imprensa e o gradual incremento da mobilização popular, as variações arbitrarias do poder governamental visaram impedir a perda de controle sobre a política, de modo a determinar o ritmo e o alcance das mudanças. Uma destas ações arbitrarias governamentais foi a promulgação da Lei Falcão de 1976, que comprometera as eleições, esta limitava a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, afastando a população das críticas da oposição sobre as políticas governamentais. Esta ação manteria intacto o apoio ao governo e garantiria o projeto inicial de

continuidade da estratégia da liberalização. Outro retardo à redemocratização foi o pacote de abril de 1977. Nele o presidente Geisel colocou o Congresso em recesso e mudou as regras eleitorais instaurando o senador biônico.

Segundo Carvalho (2005) ao término do governo Geisel a ambigüidade do regime se mantinha. Porque ao mesmo tempo em que o General extinguiu o AI-5 restaurando o hábeas corpus para presos políticos, suspendendo a censura à imprensa e revogando os decretos de banimento, mantinha-se, por outro lado, o aparato de segurança intacto. O autor aponta ainda que eram de domínio público as denúncias contra as forças de segurança responsabilizando-as por prisões, torturas e mortes de opositores. Portanto, o desafio do governo era dismantlar e renovar a estrutura legal autoritária, e, ao mesmo tempo, manipular as eleições. Castro (2001) alerta que um dos maiores problemas que enfrentou a redemocratização foi a recuperação dos órgãos de repressão controlados pela linha dura militar, tarefa que contou com os recursos do SNI sob a chefia do general João Batista Figueiredo.

Skidmore (1988, p.348) recorda que ocorreram refluxos no processo da abertura promovida por Geisel, como as prisões e mortes de dirigentes do PCB; o massacre da Lapa, com mortes de dirigentes do PC do B; o caso Herzog; o metalúrgico sindicalista Manoel Fiel Filho; explosão da bomba no Riocentro, durante show comemorativo do Dia do Trabalho, quando morreu no local um sargento e ficou ferido um capitão, dois militares do Exército pertencentes ao DOI-CODI.

Carvalho (2005, p.28) descreve com propriedade a dificuldade de desaparelhar os órgãos de estado, principalmente aqueles que eram geridos pela linha dura, colocando como foi complicado eliminar a cultura de guerra, a busca do inimigo interno, próprio de alguns setores dos militares:

Embora fosse verdadeiro o empenho de Geisel e Figueiredo para controlar as ações dos órgãos de segurança do aparato repressivo, os presidentes não se comprometeram em desmontá-lo, mesmo recebendo das oposições demonstrações de apoio manifestadas nas condenações a qualquer ato de violência e, em particular, aos atos de terrorismo praticados pela linha dura. Vale lembrar que durante a greve dos metalúrgicos na região do ABC em São Paulo em 1980, o sindicato sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, sendo Lula e os dirigentes sindicalistas destituídos dos seus cargos e presos em uma ação conjunta envolvendo tropas de choque e oficiais das forças de segurança do Exército, o conhecido DOI-CODI. O movimento sindical na região do ABC em São Paulo serve de exemplo de que a luta dos trabalhadores por melhores salários e pelo direito de greve ocorria sob um clima de medo de uma regressão repressiva. Uma vez que a tradicional política com base na argumentação racional e pública foi substituída pela cultura de guerra, os órgãos de

segurança permaneceram até o último governo prontos para agir conforme a natureza do regime, procurando o inimigo interno, intimidando as oposições e praticando a violência contra os mais elementares direitos humanos.

Mesmo com todos estes problemas, o projeto de abertura lenta, gradual e segura manteve-se, exemplo disso foi a aprovação em 1979 da lei de anistia. Esta lei serviu tanto para os presos políticos como para os executores do exército.

Para Carvalho (2005, p.29):

A sociedade deixou de conhecer os agentes diretamente implicados nas atrocidades cometidas e as engrenagens dos aparatos repressivos, fundamentais na sustentação do regime autoritário. Como não foram cobradas responsabilidades pelos atos repressivos, a instituição militar não foi colocada no centro de um amplo debate nacional sobre os papéis que vinha cumprindo na esfera política e a opinião pública não colocou em discussão os valores éticos necessários para a construção de uma autêntica democracia.

No final do governo Figueiredo, depois de vinte anos de autoritarismo, as pressões para ampliar a democratização intensificaram-se, sobretudo com as mobilizações populares a favor das "Diretas Já!" lideradas pelos partidos da oposição (PMDB, PDT, PT e outros) e com apoio de instituições da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as manifestações, não impediram a derrota no Congresso em abril de 1984 da emenda do deputado Dante de Oliveira do PMDB. Gaspari (2002c) lembra que a votação da emenda das diretas ocorreu sob um clima ameaçador em virtude do estado de emergência decretado em Brasília.

O governo conseguiu, usando as alavancas de poder de que dispunha, contornar parcial e provisoriamente a crise, manteve as massas populares fora do processo imediato de escolha do novo presidente da República, mas não conseguiu evitar que boa parte da sua base política-partidária apoiasse a eleição de um governo civil liderado pela oposição. Acirraram-se as divergências internas no partido do governo, tornando impossível a definição de um candidato à presidência da República. Nesse cenário foi criada a Aliança Democrática, nascida de um ambiente de conciliação e de um pacto articulado entre setores da oposição liberal (PMDB) e dissidentes do regime (PFL). Apesar da crítica dos grupos de esquerda que articularam a campanha pelas "Diretas", Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, o primeiro presidente civil desde Jânio Quadros. Seu adoecimento e conseqüente morte o alçaram à

condição de ídolo nacional, mártir da democracia. Seus funerais emocionaram o país ao som da música Coração de Estudante, interpretada por Milton Nascimento. É como herdeiro deste homem e de seu legado político que José Sarney se colocou como salvador da esperança brasileira.

Lamounier (1988) aponta que o governo Sarney permitiu que os militares continuassem a encontrar condições favoráveis para reproduzir suas intenções de vigília sobre o sistema político, embora tivessem deixado de intervir diretamente na direção do Estado. Carvalho (2005, p.33) coloca que o governo de Sarney foi de continuísmo, porque o projeto conservador dos militares e seus sistemas de controle como SNI (Serviço Nacional de Informação) não foi destituído. O serviço de informação militar serviu durante todo o período de Sarney garantindo a presença das elites dissidentes do regime autoritário no comando do primeiro governo civil. Alves (1989), diferentemente de Carvalho (2005) e Lamounier (1988), defende que o mandato de Sarney se caracterizou pelo fortalecimento da democracia brasileira, principalmente pelos grupos da sociedade civil, e o afastamento gradual dos militares nas instâncias de poder.

Sintetizando as idéias dos autores, não é demais afirmar que no governo Sarney houve, por um lado, uma ruptura nas eleições presidenciais com a vitória de um civil e, por outro, um continuísmo já que a população não pode participar deste pleito. Reforçado a idéia de transição e redemocratização, consolidando o projeto político militar de passagem gradual e segura.

No plano econômico o governo de José Sarney também foi considerado de transição, porque ele manteve a política de um Estado participante da economia, com pouca abertura à importação de bens supérfluos, postergando um projeto neoliberal que se consolidaria no próximo governo. O período que vai de 1985 até 1989 foi caracteristicamente de transição para a democratização e também de consolidação do projeto neoliberal implantado pelo primeiro presidente eleito após o regime militar, Fernando Collor de Mello.

2. As diferentes ações governamentais afetando as práticas de lazer

O governo José Sarney herdou dos militares uma crise econômica sem precedentes na história brasileira, com hiperinflação, dívida externa galopante e juros altos. Para contê-la a equipe econômica do governo adotou o Plano Cruzado em 1986. Entre as medidas de maior destaque, Alves (1989), estão o congelamento geral de preços por 12 meses e a adoção do chamado "gatilho salarial" (reajuste automático de salários sempre que a inflação atingia ou ultrapassava os 20%). O Plano Cruzado teve efeito imediato na contenção da inflação e no aumento do poder aquisitivo da população, erguendo o país a um clima de euforia. Milhares de consumidores passaram a fiscalizar os preços no comércio e a denunciar as remarcações, ficando conhecidos como "fiscais do Sarney". A euforia deste plano não durou além de seis meses, quando altos índices de inflação e a remarcação de preços provocavam filas no supermercado. Este fato ocorria porque os intermediários seguravam os produtos para lucrarem com a nova remarcação e, também, existia a artificialidade de um congelamento de preços frente ao financiamento da dívida pública com emissão de moeda.

Alves (1989) aponta que a herança do desenvolvimento econômico dos militares, agravado pelas sucessivas crises internacionais fez o governo elaborar vários planos para combater a inflação na tentativa de estabilizar a economia. Com o fracasso do Plano Cruzado a economia ficou desorganizada e a inflação disparou. Foi lançado o Plano Cruzado II, sem que a situação melhorasse. Esse processo culminou com a decretação da moratória, em 1987. Sucedeu-se o Plano Bresser também sem sucesso. No fim do governo Sarney o Brasil mergulha numa crise hiper-inflacionária: entre fevereiro de 1989 e março de 1990, a inflação chega a 2.751%.

Mailson da Nóbrega, o quarto e último ministro da Fazenda do governo Sarney, tentou ainda outro pacote de medidas para sanear a economia, o chamado Plano Verão, anunciado em janeiro de 1989, que decretou um novo congelamento, criou o cruzado novo e se comprometeu a conter os gastos públicos. Como os demais planos, esse também não obteve os resultados pretendidos. O governo Sarney terminou em ambiente de recessão econômica, a indústria não cresceu, houve refluxo no PIB e as empresas especulavam, já que era mais rentável do que a produção. Na área trabalhista houve inúmeras greves gerais, com ampla repercussão na mídia e por inúmeras vezes houve intervenção do Estado.

Segundo Ramos (1988) o governo Sarney ficou marcado pela sua hábil condução do processo de redemocratização do país, culminando com a aprovação da Constituição de 1988 e a realização das primeiras eleições diretas para Presidente da República em 29 anos. Fato não pactuado por Carvalho (2005), para este o governo Sarney manteve todas as estruturas militares, inclusive a de repressão, que se viu tanto nas ações repressoras do governo nas greves gerais quanto nas manifestações de grupos civis contra os abusos dos militares. Stepan (1986) considera que houve avanços na democracia representativa e que não é possível considerar que somente a entrada de um civil no poder poderia inviabilizar todo o armamento estatal promovido pelos militares, afirma o autor que o presidente Sarney não é responsável diretamente pelos reflexos, mas sim o próprio aparelhamento do Estado promovido pelo regime.

Stepan (1986) recorda, também, as primeiras manifestações de corrupção endêmica em todas as esferas do governo, não levadas a cabo pelo Congresso Nacional, mas dando mostras que é somente na democracia representativa que estes fatos tem um potencial maior de serem conhecidas.

O último grande fato do governo de Sarney foi a promulgação da constituição de 1988, ela ampliou o poder de ação do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público nos processos de decisão governamentais. Em relação aos direitos de cidadania, a nova Constituição estabeleceu uma regra política democrática e ampliou a proteção social definindo os direitos sociais - inclusive alguns direitos difusos, como os relacionados à proteção do meio ambiente - e tornou possível que cidadãos e coletividade exigissem o cumprimento dessas garantias pelo poder público.

Fernando Collor de Mello sucedeu José Sarney. Quase desconhecido fora de Alagoas, em 1989 derrotou Luiz Inácio Lula da Silva em uma acirrada eleição presidencial. No último debate eleitoral, dias antes do pleito, ele apresentou ao público brasileiro uma manicure que acusou Lula de pedir o aborto de sua filha Lurian, fato este considerado de extrema relevância para a sua vitória.

Em contrapartida à imagem esquerdista do seu oponente, o futuro presidente do Brasil exibiu-se como um verdadeiro símbolo da modernidade, em termos de comportamento, postura e política econômica. Sua fama de esportista, playboy e caçador de marajás, misturava-se as declarações desconcertantes dos carros brasileiros, considerado por ele carroças.

O primeiro presidente democraticamente eleito no Brasil desde 1960 e o mais jovem a assumir o cargo até hoje (40 anos), Collor elegeu como principal prioridade de seu governo a luta contra a inflação, que chegava a alcançar taxas de 25% ao mês. Lembra Almeida (1996) que no primeiro dia de governo o presidente anunciou o plano econômico de combate à inflação que confiscou provisoriamente contas de poupança, contas correntes e outras aplicações financeiras, a partir de determinado valor. O programa de governo estabeleceu também a extinção de órgãos públicos, a demissão e a disponibilidade de funcionários públicos federais, além de promover a privatização de inúmeras empresas públicas. O enxugamento do meio circulante reduziu drasticamente a inflação, e o déficit fiscal foi igualmente diminuído. A eliminação das tarifas aduaneiras, uma das medidas implementadas pela equipe econômica chefiada por Zélia Cardoso de Melo, Ministra da Economia, teve grande impacto nas importações brasileiras, que, além de aumentarem, passaram a incluir uma pauta de produtos supérfluos. O caráter pouco competitivo da indústria brasileira e a valorização do cruzeiro, cotado acima da moeda americana, levariam à redução das exportações e à diminuição das vendas no mercado interno. Anunciou-se, assim, uma recessão econômica, com a queda da produção industrial do país, a expansão do desemprego, e a redução do PIB de 453 bilhões de dólares, em 1989, para 433 bilhões em 1990.

A política econômica deu sinais de esgotamento com a volta da inflação no final de 1990, o que obrigou o governo a instituir o chamado Plano Collor II, em janeiro de 1991. Intensificou-se, então, a política de juros altos, a desindexação da economia, a abertura para o mercado externo e o incentivo às importações. Essas medidas provocaram um "choque" na indústria nacional, levando a uma crescente automação dos setores industrial e bancário, e à conseqüente liberação de mão-de-obra e ao desemprego tecnológico. De modo geral, o projeto de "modernização" implementado pelo governo, visando à diminuição de gastos públicos e o incentivo à economia de mercado, ajustava-se à idéia de "Estado mínimo" e à nova ordem mundial que se impôs com o término da guerra fria, conceituada como neoliberal.

Collor, em 1992, foi acusado de corrupção por seu irmão Pedro, o que gerou investigações lideradas pela imprensa e, posteriormente, pelo Congresso Nacional. A enxurrada de indícios de propinas e desvios de verbas públicas gerou amplas manifestações populares nas principais cidades do Brasil. As acusações envolviam o presidente Collor diretamente, bem como seu antigo tesoureiro de campanha, Paulo César Faria. Em Outubro o Congresso votou pela sua suspensão do cargo. Enquanto o processo de impeachment corria no Senado, Collor renunciou

em 29 de Dezembro de 1992. Fernando Collor de Mello foi sucedido pelo seu vice-presidente, Itamar Franco. Em Dezembro de 1994, o ex-presidente foi absolvido das acusações de corrupção pelo Superior Tribunal de Justiça brasileiro, por cinco votos favoráveis e três contrários. Mesmo assim continuou suspenso da vida pública por oito anos.

O governo Collor manteve o crescimento negativo e teve uma postura bastante regressiva quanto a atuação do Estado na promoção de cultura. Parente (1995) discute os cortes na cultura, como o fechando da Embrafilme, mostrando a política de afastamento do Estado nas ações culturais. Segundo o autor, grande parte da produção artística e cultural que necessitavam do investimento estatal como o teatro, cinema e muitas modalidades esportivas, tiveram seus orçamentos comprometidos, havendo um refluxo no pequeno avanço conseguido no governo Sarney.

Santana e Souza (2003, p.245) descrevem a catástrofe da política cultural do governo Collor, afetando diretamente nas práticas de lazer, havendo uma diminuição da produção cultural, bem como cortes de investimento nas áreas de atividade física:

A extinção da Lei Sarney e da Embrafilme no governo Collor e o fim da reserva de mercado para o filme brasileiro fez a produção cair quase a zero durante este governo. A tentativa de privatização da produção esbarra na inexistência de público num quadro onde é forte a concorrência do filme estrangeiro, da tevê e do vídeo. Para termos idéia o festival de Brasília de 1992 foi adiado por falta de filmes, em Gramado só se inscrevem em 1993 dois filmes brasileiros: “Capitalismo selvagem”, de André Klotzel, e “Forever”, de Walter Hugo Khouri.

Silva, Frederico e Araújo (2003, p.319) apresentam números que reforçam as colocações sobre a importância do Estado na promoção da cultura. Os números que serão discutidos referem-se a produção cinematográfica, mas podem ser ampliados para toda a produção cultural. Durante o regime militar com o investimento estatal e o milagre econômico o cinema nacional viveu sua época áurea, para ter uma idéia em 1971 foram produzidos 76 filmes, nos anos seguintes a produção manteve-se nesta média. Já em 1977, no começo da abertura, a produção alcançou o recorde de 87 filmes. Deste ano em diante o número de filmes crescia bastante, principalmente pela diminuição da censura e ampliação de temas possíveis de serem explorados, chegando em 1980 a produzir 93 filmes e o grande recorde de produção ocorreu em 1984 – 108 filmes. Com a crise econômica que enfrentou o governo Sarney a produção diminuiu, principalmente pela falta de mercado consumidor, mas manteve-se a média de oitenta filmes/ano. No entanto, com a ação

do governo Collor de extinguir a Embrafilme e destituir o Ministério da Cultura, o número de filmes em 1990 caiu para 7 produções, nem mesmo nos anos de surgimento do cinema com a companhia Atlântida e Cinédia os números foram tão baixos, mas o pior ano da história do cinema seria o de 1992 com somente duas produções. A situação se regularizaria nos primeiros anos do governo Itamar, mas somente com a criação do Concine em 1996 no governo Fernando Henrique Cardoso teremos o chamado “cinema de retomada” com 23 produções naquele ano.

Número de Filmes Produzidos no Brasil

ANO	1971	1977	1980	1984	1981	1985	1988	1990	1992	1993	1994	1995	1996
FILMES	76	73	93	108	85	87	90	7	2	4	4	17	23

Fonte: Concine

Análises do governo Collor, como as feitas por Lamounier (1988), apontam que apesar das baixas taxas de crescimento e os baixos índices de investimento no lazer, foi um governo importante. Argumenta o autor sobre a importância de algumas das medidas econômicas tomadas, como uma maior abertura do mercado brasileiro à importação e exportação de bens e produtos, causada por um programa massivo de redução das alíquotas, da burocracia e da intervenção estatal no setor. Segundo Moraes (2001) o Governo Collor, historicamente, significou a adesão tardia do Brasil a um programa neoliberal de desenvolvimento inspirado nas políticas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan sistematizado no chamado Consenso de Washington. Adesão esta que, iniciada por Collor, seria generalizada e aprofundada por seus sucessores: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Embora estas medidas tenham tido grande importância na posterior modernização do parque industrial brasileiro, há um consenso de que a crise política que dominou o governo Collor sobrepujou os benefícios destas medidas isoladas no desenvolvimento do país. Uma das críticas mais acirradas àquele governo, mesmo daqueles favoráveis a abertura econômica, diz respeito à velocidade da abertura. A rapidez deste processo fez pequenas empresas fecharem, aumentando o desemprego, o impacto das novas tecnologias, principalmente a microeletrônica, colocando o Brasil em déficit na balança comercial.

Sallum (1999) caracteriza o governo de Fernando Henrique Cardoso como reflexo direto do que chamamos globalização. Segundo o autor este momento histórico foi caracterizado pelo fim da bi-polarização mundial, o chamado conflito Leste-Oeste (capitalismo-comunismo), e início do que os analistas irão chamar de conflito Norte-Sul, (desenvolvidos-subdesenvolvidos). Ocorreu também neste período a crescente valorização das práticas políticas igualitárias e respeito das minorias, como a valorização da democracia, a luta pelos direitos humanos, as conquistas das mulheres, os direitos da criança e respeito ao meio ambiente. Na área econômica inicia-se uma convergência para um modelo, com a vitória da idéia da livre iniciativa, da disciplina fiscal e monetária, liberalização do comércio de mercadorias, serviços e dos fluxos financeiros, além da forte acentuação da tendência à organização por regiões do espaço econômico internacional, que se manifesta de diversas formas em todos os continentes: Mercosul, NAFTA, ALCA, União Européia.

Com uma maior permeabilidade das fronteiras nacionais e, conseqüentemente, ampliação da influência do meio internacional nas regras, tratados, regimes multilaterais e regionais, estreita-se à margem para ação puramente nacional iniciando as ações de caráter transnacional. Com isso prolifera-se a comunicação, sua velocidade e variedade, promovendo uma crescente participação das pessoas nas questões mundiais, como a fome, a violência e a desigualdade, permitindo a multiplicidade crescente de atores sociais (ONG, empresas transnacionais, meios de comunicação, mercado financeiro) que interagem com os governos e têm papel cada vez mais importante nas relações internacionais. Papel de destaque às ONG com aquilo que Habermas (1990c) chama de crescente participação da esfera pública nos Estados Nacionais.

Sallum (2003, p.12) aponta os avanços do governo Fernando Henrique Cardoso em inserir o Brasil no mundo globalizado, através de investimentos em áreas fundamentais, como a comunicação, estabilização da economia, assinaturas de tratados internacionais e Mercosul:

O governo de Cardoso se caracterizou pela democracia e estabilidade econômica. Esses dois aspectos não figuravam entre as credenciais do País até cerca de quinze anos atrás e isso marcava e restringia a nossa ação externa. Em razão dessa mudança o Brasil, principalmente a partir da década de 1990, tornou-se um país mais visível e atuante no cenário internacional.

Com o plano real o governo Cardoso estabilizou a moeda e conseguiu um pequeno avanço no PIB, contendo gastos públicos, privatizando as estatais, permitindo o crescimento da economia

após dez anos de estagnação e retrocesso. Segundo o autor supracitado (p.15) o final da transição política brasileira do regime militar ocorreu com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso:

Neste governo ocorreu o momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e completamente identificado com a democracia representativa. Nessa transição, a democratização política foi mais importante na década de 1980 ao passo que a liberalização econômica destacou-se nos anos de 1990. Essa transformação política só pode ser completamente entendida se a considerarmos no contexto da transnacionalização do capitalismo (desencadeada pela globalização financeira) e da democratização da sociedade brasileira.

Com a consolidação da democracia, ocorre no Brasil o que Habermas (1990c) denominou avanço da esfera pública. No período analisado neste texto, do Estado Novo até a Nova República, sempre houve intervencionismos estatais, muitas vezes com a idéia de proteção da população, no entanto, a intervenção do Estado nos espaços públicos minimiza a influência dos grupos locais, que são cooptados pelo governo como ocorreu no governo Vargas e no Regime Militar. Com a participação efetiva dos grupos civis no cenário nacional e com a desconstituição das agências governamentais de controle ocorreram avanços na esfera pública, tendo como função exigir os direitos fundamentais da constituição e participação no cenário político. Alguns exemplos de atuação popular foram: as Diretas Já, as eleições livres e o impeachment de Collor.

De fato, a idéia de que não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade plena de associar-se e de manifestar demandas coletivas fortaleceu-se social e politicamente pelo amplo apoio das classes médias e das massas populares (SALLUM, 2003, p.12).

Fernando Henrique Cardoso iniciou seu governo com amplo apoio do Congresso Nacional, dos governadores e da população, já que venceu as eleições logo no primeiro turno e tinha o trunfo do Plano Real. O governo Cardoso se caracterizou pelo liberalismo econômico, o Estado transferindo quase todas as suas funções empresariais para a iniciativa privada, expandindo suas funções reguladoras e suas políticas sociais, equilibrando as finanças públicas, restringindo os privilégios dos servidores públicos e articulando com a economia mundial, embora dando prioridade ao Mercosul e às relações com os demais países sul-americanos.

As privatizações foram a grande marca e crítica ao Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, no governo Itamar Franco. Os dados abaixo revelam que o processo de afastamento do Estado na economia já ocorria desde o governo Figueiredo e que a idéia de desinchar o Estado e desaparelhar os militares nas estatais era parte do plano de afastamento do poder. Os governos de Sarney, Collor e Franco apenas continuaram esta tendência do período de manter a estrutura do Estado mais enxuto, minimizando o déficit na balança de pagamentos.

Privatização em cada Mandato Presidencial (1981-1994)

Presidente	Empresas	Milhões de US\$	Empregados
Figueiredo	20	189	5.000
Sarney	18	550	23.000
Collor	18	3.400	44.000
Franco	18	11.800	50.000

Fonte: Couto (1998).

Apesar do número de empresas privatizadas se manterem ao longo dos governos, Itamar Franco privatizou empresas de maior valor e que congregavam um número maior de empregados. Em apenas dois anos superou o que havia sido feito por todos os seus antecessores juntos no que diz respeito ao segundo quesito e foi mais longe do que qualquer um deles no que se refere ao último. A questão é que nessa área o presidente não necessitava mais da anuência do Congresso, pois a legislação que instituiu o Programa Nacional de Desestatização PND, aprovada ainda no período Collor, permitia ao Executivo levar adiante, autonomamente, a venda das empresas.

Sallum (2003, p.30) recorda, no fragmento abaixo, todas as medidas econômicas, sociais e constitucionais que deram respaldo para o governo Cardoso, bem como a estratégia do governo em algumas áreas consideradas fundamentais:

O alvo central dessas políticas era solapar alguns dos fundamentos legais do Estado nacional-desenvolvimentista, em parte assegurados pela Constituição de 1988, e diminuir a participação do Estado nas atividades econômicas. Neste ponto, o governo de Fernando Henrique Cardoso foi bem-sucedido, já que os projetos de reforma constitucional e infra-constitucional submetidos ao Congresso foram quase todos aprovados, entre os quais se destacaram a) o fim da discriminação constitucional ao capital estrangeiro; b) a exploração, o refino e o transporte de petróleo e gás, monopolizados pela companhia estatal de petróleo (Petrobrás), foram transferidos para a União e convertidos em concessão do Estado às empresas, principalmente a estatal, que manteve grandes vantagens em relação a outras concessionárias privadas; e c) o Estado foi autorizado a conceder os direitos de exploração dos serviços de telecomunicação (telefonia fixa e celular, exploração de satélites etc.) a companhias privadas (anteriormente as empresas públicas tinham o monopólio dos serviços).

O afastamento do Estado também foi sentido no lazer, com a ampliação dos investimentos privados e o crescimento da Indústria Cultural. Mascarenhas (2003) coloca-se crítico a esta situação, defendendo a continuidade da participação do Estado nas políticas públicas de lazer. Werneck (et alli, 2001) também se coloca contrária ao afastamento do Estado nas políticas públicas de lazer, defendendo um lazer popular não pautado no lucro. O lazer nasce no Mundo da Vida através da necessidade do homem em procurar diversão, prazer e sociabilidade, ele acompanha o desenvolvimento da sociedade criando novas formas de se apresentar, sendo inclusive incorporado pelo Sistema Poder, através das ações do Estado em promover o lazer através de uma política estatal específica, bem como pelo Sistema Dinheiro, através das ações do mercado que visam lucro. O lazer, segundo a concepção habermasiana, encontra-se tanto no sistema quanto no mundo da vida, é impossível, portanto, de se considerar que apenas seja lazer aquilo que ocorre espontaneamente, ou promovido pelo Estado, e não o seja, quando é fruto da ação das empresas privadas (ALMEIDA, 2003).

3. Globalização: alguns aspectos teóricos e sua influência no lazer contemporâneo

Um dos grandes intelectuais brasileiros que se debruçou sobre a globalização foi Octavio Ianni. Ele considera a globalização, em termos gerais, como uma vertiginosa expansão do comércio internacional, rapidez dos fluxos de capitais, crescente autonomização das redes financeiras e de circulação, imenso poder das sociedades anônimas transnacionais, tudo isso com base nas novas tecnologias eletrônicas de comunicação.

Outro ponto fundamental para o autor é a discussão da notável expansão das instituições supranacionais dedicadas à regulação e produção de regras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio – OMC e a União Européia, bem como uma quantidade de agências privadas de âmbito mundial, como associações que definem normas e padrões de comércio.

Toda esta discussão levou o autor a afirmar (IANNI, 2002, p.8) que as novas formas de governar não são democraticamente estruturadas, não prestam contas a um corpo de cidadãos nem os representam. Em suma, o Estado nacional, democrático, constitucional e soberano, não parece mais ser a fonte legítima exclusiva das mais importantes decisões coletivas vinculativas; os legislativos eleitos já não monopolizam ou hierarquizam a elaboração das leis; os tribunais ou parlamentos nacionais já não são as instâncias supremas na hierarquia jurídica; o vínculo entre a soberania territorial e a política-jurídica dissolveu-se, e a própria soberania desagregou-se, fragmentou-se e tornou-se complexa.

Para Ribeiro (2002) a grande diferença deste momento histórico não é o império do Mercado frente ao Estado Nacional, como sustentam alguns teóricos da globalização, porque este conflito existe desde a primeira versão do liberalismo no século XVIII e XIX, no próprio colonialismo e neocolonialismo já existiam estas discussões e lutas políticas entre espaços de poder do comércio e a atuação do Estado. O que na verdade diferencia este momento histórico é a constituição de uma esfera civil.

Segundo a visão de Santos (2001), todas as discussões de sociedade civil na globalização são paliativas para justificar este movimento dos grandes capitais econômicos, já que a globalização, segundo a autora, caminha com a exclusão social. Continua a autora dizendo que

apenas 2,4% da população mundial tem o uso das redes de computadores e o uso de grupos civis é infinitamente menor que os conteúdos de dominação. As propagandas mantêm os sites. A idéia de uma comunidade de trocas simbólicas, mediadas lingüisticamente só ocorre em determinados grupos sociais, por exemplo, grupos de ambientalistas. Para a autora (p.13) “a globalização e a exclusão são dois conceitos que definem duas realidades interligadas, o primeiro designa as características atuais do processo de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial e o segundo, sua conseqüência mais visível e imediata”.

O fenômeno da globalização no Brasil se apresenta pelo predomínio do capital internacional financeiro sobre o capital produtivo. Tendência esta que impossibilita o desenvolvimento industrial dos países em desenvolvimento, principalmente pela especulação financeira. Este fato demonstra que o fenômeno globalização enterra todo processo de desenvolvimento brasileiro pautado no nacional-desenvolvimentismo. A passagem de transformação inicia-se com a crise do petróleo no final da década de 1970 e acelera pós-governo Collor. Esta transformação da sociedade brasileira irá influenciar toda a forma de expressão do lazer, muito mais internacionalizado e conectado aos mercados mundiais.

Com a estagnação do capital produtivo e o investimento no consumo, a grande mudança conjuntural do capitalismo será a ampliação vertiginosa das grandes empresas de serviços, superando as de bens de produção no Brasil. Com isso aumentam as empresas de lazer, nunca houve tantas opções, basta olhar nos jornais a quantidade de oferta de produtos que estão a ele vinculados. Número de empresas de cinema, companhias de teatro, agências de turismo, parques temáticos, estrutura hoteleira em locais paradisíacos, opções de turismo, enfim, o afastamento do Sistema Poder possibilitou o Sistema Dinheiro investir no lazer dinamizando as atividades, acontecendo um processo diverso do regime militar. Porque com os militares, segundo análise habermasiana, o Sistema Poder invadiu todas as esferas da sociedade, primeiramente o Mundo da Vida (com a sociedade vigiada) e posteriormente o Sistema Dinheiro (com a proibição de atividades do entretenimento). Na globalização, diferentemente, quem invade todas as outras esferas da sociedade é o Sistema Dinheiro, primeiramente invade o Sistema Poder, através do controle de gastos públicos e privatizações e, posteriormente, o Mundo da Vida, através do número de práticas de lazer vinculadas ao uso estratégico.

No entanto, segundo análise de Carvalho (1992), a sociedade contemporânea permitiu a ampliação da influência da sociedade civil o que é caracteristicamente vinculado ao Mundo da

Vida. Análises recentes sobre o fenômeno apontam aumento da possibilidade de comunicação a partir da utilização do sistema tecnológicos mais modernos, facilitando a articulação da sociedade e construção de espaços desvinculados do sistema. Defende-se que a invasão do Sistema Poder sobre o Mundo da Vida esta se transformando para um equilíbrio de forças.

Todavia, enquanto a sociedade civil não ampliar seu poder de atuação no Brasil, as grandes corporações multinacionais aproveitarão da instabilidade econômica para influenciar no jogo político e na diminuição do poder do Estado, eliminando a sua concorrência através do incentivo às privatizações, ou se aliando para intervir nas políticas públicas e manter sua estrutura em expansão, pelo menos esta é a visão de Santos (2001). Para Habermas (1987b), diferentemente, a luta dos espaços de poder não é tão simples, os conflitos entre estes grupos ligados ao Sistema (Poder e Dinheiro) regem-se por ações que não procuram o consenso, mas o controle e a força, são as chamadas ações estratégicas. Neste caso, tanto o setor privado como o Estado lutam para conseguir mais poder, sendo falsa a idéia de afastamento, já que o Estado participa ativamente das decisões governamentais, do investimento na tecnologia, dos órgãos fiscalizadores, do poder policial e da violência. A grande diferença deste período, para o autor, é o surgimento da esfera civil como interlocutora do Mundo da Vida.

Ianni (2005, p.2), por sua vez, entende a globalização como um “processo histórico-social de vastas proporções”, o sociólogo considera que a globalização reconstruiu os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Podemos sintetizar a idéia de transculturação defendida por Groop (2005) e inseri-la no processo de mundialização desenvolvido por Ianni, colocando que a transculturação é uma fase anterior da mundialização, porque a primeira é a interação entre as culturas e a segunda é a formação de uma cultura mundial. Para Ianni (2002) a mundialização rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos nações e nacionalidades. Para o autor muito do que parecia estabelecido em termos de conceito, categorias ou interpretações de mundo, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos.

Ortiz (1994) coloca que a cultura mundializada se expressa na emersão de uma identidade cultural-popular, cujos signos estariam dispersos pelo mundo. Como se houvesse uma formação de uma identidade mundial não mais construída por grau de parentesco, pelas formas de interação, ou mesmo pelo ambiente natural. Parece existir, segundo Ortiz (1994), uma construção

cultural-popular através e pela tecnologia. Os produtos de consumo mundiais, com suas marcas e modelos, as imagens através da rede de computadores, ou mesmo a televisão, os filmes, seriam a nova forma de expressão de uma cultura chamada global, que seriam ancoradas nas práticas de lazer.

Segundo Habermas, não há uma cultura globalizada se formando, mas sim uma complexificação da sociedade. Habermas não acredita que este consumo midiático formaria uma cultura, porque ela não seria ancorada no mundo das relações. Este consumo não constituiria Juízos Universais, formas de compreensão e visão de mundo que buscam o respeito, a dignidade e o desenvolvimento intelectual, por isso não institui aquilo que se denomina cultura. As sociedades complexas tendem a esta busca destes Juízos Universais que se integrariam ao mundo da vida constituindo novas visões de mundo. A globalização poderia servir para disseminar estes Juízos Universais, através da atuação de grupos civis na África e no Oriente Médio, mas não como modelo de consumo puro e simplesmente, isto seria um retrocesso.

Quadros (1999, p.2) coloca a globalização bem próxima das discussões habermasianas, afirmando que parece mais razoável do que buscar posturas deterministas na globalização, percebê-la como um conjunto de processos que vêm ocorrendo de forma gradual no seio da sociedade e que hoje alcançam visibilidade por assumirem escala global. A década de 1970 foi marcada por grandes transformações nos cenários econômicos, sociais e políticos mundial. O intenso desenvolvimento científico tecnológico que tem em sua base o que ficou conhecido como revolução microeletrônica, associado a fatores de ordem econômica e política contribuíram para a desorganização da sociedade de base industrial e nacional ao redefinir as forças e as relações de produção e o relacionamento dos homens com os homens e destes com os produtos que produzem. Segundo a autora, a globalização não é uma cultura que nasce, conceito próximo dos pós-modernos, e sim um processo que se desenvolve em decorrência dos avanços do próprio capitalismo.

4. O desenvolvimento da esfera civil como importante fator de compreensão da globalização e do lazer

As organizações civis começaram a atuar em áreas que o Estado não deu o suporte necessário, como ações na África Setentrional ou em movimentos supranacionais, como ambientalistas. Estes grupos que atuam na área ambiental (desde os acidentes nucleares à chuva ácida), saúde pública (Aids e a pneumonia asiática) são considerados organizações civis. A inserção de grupos civis na sociedade demonstra que simplesmente não é possível uma única estrutura racionalizada atuar em tantos campos ao mesmo tempo, possibilitando tanto a entrada do Mercado financeiro, como de entidades filantrópicas.

Para o autor alemão é crucial, para a compreensão da globalização, o conceito de esfera civil, ela se expressa na luta dos atores sociais pelos direitos subjetivos constitucionais, garantia da estrutura de autonomia da coletividade e do indivíduo, bem como da diferenciação da sociedade civil em relação ao Estado e à economia (HABERMAS, 1989, p.82-131). A categoria de esfera civil foi retomada por Habermas após discussões com Luhman e Parsons. Para o autor da “Teoria da Ação Comunicativa” houve neste período histórico mais uma evolução da sociedade onde uma esfera mais próxima do mundo da vida se desenvolveu para interagir com o sistema, é a idéia de esfera civil. Nos públicos civis, segundo concepção do agir comunicativo, as pessoas discutem assuntos de interesse comum como seres iguais e informam-se sobre fatos, acontecimentos e opiniões, interesses e perspectivas de outros. O debate em torno de valores, normas, leis e políticas gera uma opinião pública politicamente relevante. Além disso, por intermédio dos meios de comunicação de massa, a esfera civil estabelece uma mediação entre inúmeras mini-audiências que se desenvolvem entre e dentro de associações, movimentos, organizações religiosas, clubes e centros de encontro de cidadãos.

Para Carvalho (1992, p.56) a importância da esfera civil é colocar diferentes interlocutores no mesmo nível de discussão:

A liberdade de acesso e a participação paritária (direito igual de emitir opinião) são o ideal de regulação de todos os arranjos institucionais que reivindicam uma legitimidade democrática; todos os cidadãos sujeitos à lei deveriam ter o direito de participar e de expressar suas opiniões, de tentar exercer influência, e todos os participantes deveriam ser capazes de fazê-lo em igualdade de condições.

A idéia de fortalecimento da democracia com a globalização não é nova, Stepan (1986) colocava sobre a importância do regime democrático para desvelar a corrupção, Carvalho (2005) apresenta os avanços na sociedade quando do afastamento dos militares, Sallum (1999) e Lamounier e Figueiredo (2002) apontam o governo Fernando Henrique Cardoso como marco da consolidação da democracia popular e participação de grupos civis na crítica ao governo. Para Quadros (1999) o direito ao voto é uma característica essencial para o fortalecimento da esfera civil. Segundo a autora, apenas nas formas de manifestação da vontade da população que ocorrem discussões livres de coerções. Explica que nas instituições os atores estão, de um lado, diretamente envolvidos com o poder do Estado ou, de outro, com a produção econômica, que buscam controlar e administrar. Por esse motivo, não têm condições de subordinar critérios instrumentais e estratégicos aos padrões de integração normativa e social ou à comunicação irrestrita que caracteriza a sociedade civil. Neste caso fica claro que se não existir a sociedade civil organizada ocorrerá um afogamento das instituições democráticas e mesmo do Estado, porque é na expressão da sociedade civil que o próprio poder garante a sua legitimidade e sua ação.

Carvalho (1992, p. 62) utiliza-se de exemplos que elucidam a colocação anterior:

Os setores decisórios no âmbito do Estado sofrem restrições formais e temporais (devem suspender as discussões em algum ponto e tomar uma decisão); na empresa privada, os decisores econômicos, por mais que discutam problemas e questões internas, como os impactos sociais e ambientais das medidas tomadas, não podem se furtar aos imperativos do lucro e da produtividade. Assim, embora a legalização dos sindicatos, da negociação coletiva e da co-determinação seja uma expressão do desenvolvimento da sociedade econômica, as limitações impostas pelo uso efetivo do poder e do dinheiro não podem ser ignoradas. Já na sociedade civil, os atores não visam à conquista do poder do Estado ou à organização da produção; em vez disso, tentam exercer influência pela participação em associações e movimentos democráticos e por meio da mídia pública.

A interação comunicativa, portanto, é o grande mecanismo coordenador da sociedade civil. Seu traço característico é o potencial crítico, capacidade de influenciar na sociedade política e proteger o Mundo da Vida da colonização pelo dinheiro ou pelo poder.

Outro ponto fundamental para compreensão deste conceito é a utilização da tecnologia e do ciberespaço formando solidariedades locais, em função de questões ou áreas bem delimitadas, que envolvem interesses e valores específicos – defesa dos direitos humanos, grupos feministas; defensores do meio ambiente. Isso faz brotar uma grande variedade de redes globalizadas que se dirigem a diferentes "subsistemas", conforme expressão de Parsons utilizada por Habermas, e não a uma única sociedade civil global. Tese contrária à idéia de Ortiz e Ianni sobre a constituição de uma cultura global.

A globalização trouxe importantes êxitos no campo dos direitos humanos, incentivou a gênese de um direito mundial, estimulou a sensibilidade para problemas ecológicos e para o avanço da democratização de sociedades nacionais, criaram-se formas novas de discussão, fóruns de debate e questionamento de atitudes antidemocráticas ou terroristas, todas estas ações foram disseminadas, diferentes grupos constituíram canais de troca de informação que possibilitam pressões nos governos nacionais. Contudo, é um erro considerar, aponta Einseberg (2003), que o futuro das sociedades democráticas de direito está somente nas organizações não-governamentais, elas são um mecanismo de interligação entre o Sistema Poder e Dinheiro e o Mundo da Vida. As sociedades civis organizadas não têm legitimidade para substituir o Estado nas relações supranacionais, muito menos substituir os avanço tecnológicos que o mercado promove. As ações estratégicas dentro dos grupos políticos do Estado, sua burocracia e interesses são importantes como mediadores interno e internacional, o que está sendo colocado é a importância da globalização como equilíbrio de forças entre cidadãos participantes, os governantes e o mercado.

No lazer a ampliação da sociedade civil possibilitaria uma maior interação subjetiva, diversidade de locais de troca de informação e encontro de grupos comunitários. Com a democratização e a globalização a possibilidade de interação é ampliada, influenciando no lazer, já que ele surge da necessidade de socialização, divertimento e busca de prazer com seus pares. A possibilidade de encontros em bares e restaurantes; o aumento dos locais para divertimento, como parques temáticos; o crescimento do turismo e de formas alternativas de se viajar; os locais para prática de atividade física que aumentaram significativamente nos últimos anos, como as

academias e parques; as escolinhas de esporte como mais uma opção para as crianças; os acampamentos de férias e locais onde os jovens podem ir sem os pais; o uso da Internet como forma de lazer; os jogos eletrônicos; enfim as práticas de lazer tem no período democrático a sua forma mais ampla e irrestrita de atividade.

Contudo, esta afirmação não desconsidera o avanço do mercado, exclusão no lazer e dominação da população através dos usos do tempo livre, segundo concepção de Mascarenhas (2003), Antunes (2001), Werneck (2001), Lião Jr (2003) e Stigger (1996). A diferença fundamental é que o referencial habermasiano tanto permite a discussão de usos estratégicos das expressões não comunicativas no Sistema Dinheiro ou Sistema Poder, como colocado acima, como as expressões comunicativas no Mundo da Vida.

Portanto, o lazer se expressa tanto comunicativamente quanto estrategicamente. Interpretando a teoria habermasiana e alguns dos seus interlocutores, como Eisenberg (2003), Quadros (1999), Alvarez (2003), Carvalho (1992), pode-se afirmar que o lazer nasce no armazém do saber humano que é o Mundo da Vida, e se há uma ampliação de formas de interação e atuação do Mundo da Vida logicamente o lazer comunicativo tende a se ampliar, da mesma forma que o Estado, através de políticas públicas ou o Mercado, por meio de atividades lucrativas, também se ampliam.

Nós defendemos um crescimento do lazer via Mundo a Vida e vemos com ressalvas a colonização das atividades tanto pelo Sistema Poder (uso político do lazer), como pelo Sistema Dinheiro (exclusão no lazer). Porque o lazer nasce no Mundo da Vida, que é o local das interações espontâneas, do auto-conhecimento, da integração, da comunicação sem coerção e da sociabilidade. Acreditamos que o mundo da vida tem que ser valorizado frente a colonização dos Sistemas, porque somente no Mundo da Vida existe a preocupação com a busca de igualdade através de juízos universais que se dão pela ação comunicativa, o que difere dos Sistemas que tem como forma de ação o uso estratégico da linguagem. Para o Estado, em ultima análise, as políticas públicas de lazer servem para manutenção do poder, já o Mercado, no limite, as suas atividades buscam o lucro. No mundo da vida, diferentemente, procura-se o lazer pela busca do prazer, diversão, conhecimento de si e da sociedade, por isso este deve ser valorizado na perspectiva habermasiana.

5. A ampliação das atividades de lazer na globalização e sua crítica

Com o processo de incorporação da tecnologia, mídia e informação há uma acelerada transformação em todos os campos culturais e principalmente nas atividades de lazer, como o surgimento da Internet, Tv a cabo, música eletrônica, parques temáticos, meios de transporte mais eficientes, turismo, todos estes fatores transformam aquilo que chamamos atividades de lazer.

A globalização e o fim da censura mostraram ser o casamento perfeito para inserção do Brasil no lazer de primeiro mundo, concomitante com a exclusão social e dificuldade de acesso a um lazer pago para a maior parte da população.

As classes baixas têm no lazer um local de exclusão:

- (a) Problemas de espaço, já que as ruas são palco da violência urbana.
- (b) Falta de dinheiro, já que a maior parte das diversões são promovidas pelo Sistema Dinheiro.
- (c) Pouco incentivo do Estado em promover espaços culturais e de lazer para a população desfrutar sem custos extras.
- (d) Avanço da Indústria Cultural fortalecendo a casa e a televisão como maior forma de lazer.

O número de televisores no Brasil cresceu exorbitantemente, segundo pesquisa de Santana e Souza (2003, p.252), enquanto em 1970 tínhamos 64 televisores para cada 1000 habitantes, em 1980, no fim do milagre econômico tínhamos 124, este aumento continuou até o começo da redemocratização em 1985 quando a proporção era de 185 por 1000 habitantes. No início do governo FHC, 1994, tinha 209/1000 e na metade do segundo mandato deste presidente a proporção continuou a subir, ficando 224 televisores para cada 1000 habitantes. O Brasil é o segundo país do mundo em números de televisores (KORNIS, 2001). Isso mostra a força que a televisão possui como forma de lazer, mas também, e principalmente, como meio de comunicação.

Quadro televisores no Brasil:

Presidente (ano)	Nº de televisores para cada 1000 habitantes
Médici(1970)	64
Figueiredo(1980)	124
Collor (1990)	190
Cardoso (2000)	224

Fonte: Santana (2003)

A grande massa de excluídos do lazer no Brasil possui poucas práticas, como a atividade física, visita aos parentes e as festas populares. Os parques e espaços públicos são aproveitados, mas não contemplam a maior parte da população nos centros urbanos. Quanto aos clubes, representam apenas setores da classe média, bem como as viagens turísticas. O maior centro de excelência do lazer, e também uma exceção, que abrange tanto setores populares quanto as elites, é o SESC (SESC/WLRA, 2000). O Serviço Social do Comércio atua tanto em clubes para prática esportiva, como na produção artística, ele é promotor de shows, peças de teatro, cinema, vídeo, exposições, tanto de artistas consagrados como novos, sendo um importante espaço de pulsação de novas tendências para as artes brasileiras. O SESC possui uma ampla gama de atividades de lazer, considerado o maior centro brasileiro que discute um lazer voltado para o social.

No lazer assiste-se a uma situação paradoxal, enquanto a globalização permite o desenvolvimento do setor terciário, possibilitando o maior número de empregos, onde estes poderiam diminuir a desigualdade social, a própria desigualdade social afasta os investidores pela falta de público no lazer. Sem investimento Estatal, já que existe a política de afastamento do Estado dos setores sociais, leva a uma situação de exclusão no lazer. Deste modo, apesar do Brasil possuir um magnífico potencial, ele é ainda pouco explorado, principalmente sobre o prisma do turismo (NETO, 2002). Trigo (1993) critica a falta de investimento no turismo e lazer brasileiro. Aponta o autor que o Brasil é considerado privilegiado, apresentando facilidade para a colocação de parques temáticos e aquáticos; muitas cidades com potencial turístico não possuem

sequer uma infra-estrutura básica; nos locais de turismo ecológico os hotéis são mal equipados (sem luz e água quente) cobrando valores exorbitantes, já que não existe uma política nacional de incentivo e fiscalização; nos lugares exóticos para praticantes de esporte radicais o mesmo problema, a “moda” do esporte de aventura superpovoou os locais sem um desenvolvimento sustentável, devastando as matas, rios e praias; no plano geográfico há facilidade de acesso, além de possuir inúmeras características satisfatórias para a instalação de equipamento de entretenimento, com destaque para a privilegiada fonte de belezas naturais.

Todavia, muitos “centros de entretenimento”, segundo Werneck (2001), como Shopping, parques temáticos, resorts, clubes, cassinos, complexos hoteleiros instalados em locais privilegiados, tais como o litoral brasileiro, são hoje empreendimentos de grandes empresas. Processo este da globalização de abertura ao capital internacional, que muitas vezes exploram o potencial da região sem dar retornos expressivos não apenas para o país, mas, e, sobretudo, para a população local, esta é uma das críticas de alguns autores, como Santos Filho (2003); Lage e Milone (2000) e Krippendorf (1989).

A citação de Werneck (2001, p.43) reforça as colocações que os empreendimentos no campo do lazer deixam à margem grande parte da população:

Nem sempre contribuem com a preservação e com a recuperação do nosso patrimônio histórico, cultural e natural. Embora tais investimentos possam minimizar o desemprego estrutural e possibilitar a arrecadação de impostos para o país e a geração de renda, é importante repensar para onde são canalizados os frutos desses e de outros substanciais investimentos no setor do lazer, bem como o público que tais empreendimentos privilegia.

A resposta à questão da autora é clara: primeiro o lazer reflete a exclusão social; segundo o investimento no setor terciário não traz uma melhoria na vida da população local já que a exploração do trabalho aliado ao exército industrial de reserva transforma o perímetro do centro de lazer em um grande espaço de marginalizados à procura de emprego; terceiro não é eficiente a política nacional de incentivo ao lazer.

No Brasil os pólos turísticos e de lazer estão voltados para os locais que possuem mercado consumidor, ficando muitos municípios e centros urbanos com pouco investimento neste setor.

Havia um discurso que o Estado se afastaria de algumas atividades sociais e o Mercado assumiria estas funções. O argumento era da flexibilização do mercado frente à ineficiência e burocratização do serviço público. O problema é que o mercado seleciona apenas as

oportunidades de lucro, deixando sem atendimento regiões sem expectativa econômica. Neste caso, os locais onde o Estado poderia lucrar dinamizando seu serviço foram passados para os setores particulares, enquanto que os locais onde não haveria lucro o Estado manteve um atendimento incipiente. O lazer apenas reflete este panorama apresentado.

Enquanto as grandes metrópoles possuem uma estrutura digna de primeiro mundo, com construções suntuosas, que convivem com favelas como o Rio de Janeiro, os outros municípios ainda atrasados e sem investimento – com as práticas de lazer esportivas, ou o lazer popular de rua, das festas católicas e típicas (ALMEDA e GUTIERREZ, 2005a). Algumas das atividades populares foram cooptadas pelo mercado como o carnaval já mencionado ou as festas de peão no interior paulista.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) dão uma idéia exata do lazer brasileiro, ou como estão os espaços de lazer no Brasil: “De acordo com o IBGE 93% dos municípios brasileiros não tem sala de cinema e 94% não possuem um shopping. Cerca de 85% das cidades não contam com museus ou teatros, 35% não tem ginásio esportivo e cerca de 25% não possuem bibliotecas públicas” (WERNECK, 2001, p.45). Estes dados mostram como existe pouco investimento. As políticas públicas reforçam um processo de desmantelamento do Estado e a dependência econômica. Provando que o investimento do mercado só existe a partir da lógica do lucro, ficando uma maioria marginalizada sem acesso aos bens materiais e culturais.

O lazer na globalização mostra o lado sombrio da exclusão. Enquanto as elites das grandes metrópoles desfrutam de um lazer de primeiro mundo, com hotéis, comunicação global, cafés, espetáculos artísticos, esportivos, restaurantes, academias, cinema, shopping como Rio de Janeiro, Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, etc., nestas mesmas cidades encontra-se grande parte da população sem acesso ao lazer pago, fruto da concentração de renda e do desemprego, aliado à falta de um planejamento urbano, de parques nas periferias e de espaços livres. Nos outros municípios, sem incentivo do capital e sem políticas públicas, as práticas de lazer restringem-se às esportivas e folclóricas, já que nem cinema, teatro e bibliotecas são encontrados. Este é o Brasil dos dois mundos, do primeiro e do terceiro mundo.

Para as classes de alta renda um lazer de primeiro mundo como os parques temáticos, bares noturnos, teatro da mais alta qualidade, cinemas com som digital, apresentações nacionais e internacionais de música de todos os gêneros e gostos, restaurantes finos com mestres da cozinha internacional (SESC/WLRA, 2000). Nas cidades turísticas do Brasil encontraremos hotéis de

luxo e cidades equipadas para receber turistas como Florianópolis, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Pantanal, Natal, estradas que ligam a maior parte dos lugares permitindo inclusive viagens de carro dentro do país. Aliado a uma comunicação digital em rede, diminuindo as distâncias dos centros financeiros mundiais, servindo como diferencial para a exploração e investimento na beleza natural para exportação, com uma estrutura turística para um consumidor de elite internacional.

Apesar deste tom dramático da globalização, defendido por autores como Mascarenhas (2003), Padilha (2002) e Werneck (2001), vindos da incorporação das discussões de Ianni, deve-se lembrar que, como apresentado durante todo este texto, a exclusão no caso brasileiro não é fruto da globalização, mas uma situação endêmica do país. Que pese as discussões de Werneck, ou mesmo de Mascarenhas, os números de excluídos e de marginalizados diminuem com o passar dos anos, como aponta pesquisa de Sallum (1999). Isto não quer dizer que a globalização será a grande salvadora dos excluídos, mas precisa-se de um certo cuidado ao colocar a globalização como grande problema da sociedade brasileira. Segundo Habermas as novas formas de comunicação e interação dos sujeitos sociais no mundo contemporâneo são fundamentais para a transformação da sociedade em novos moldes, como as manifestações contrárias à invasão do Iraque, contra as reuniões da OMC, G-8, entre outros grupos do capital financeiro internacional, mostrando que existe uma tendência à comunicação e ao agir comunicativo em novos moldes.

6. O lazer e a cultura nacional em tempos de globalização

Não obstante os adeptos das discussões da Indústria Cultural no Brasil e da internacionalização da cultura nacional, a partir de leituras de Adorno e Horkheimer, Benjamin e Morin, o Brasil mantém uma forte presença da arte nacional, segundo Alvarez (2003, p.343-355). O autor apresenta alguns dados curiosos sobre a produção nacional de cultura como, por exemplo, 70% das companhias gravadoras são de cantores nacionais; 80% das músicas que tocam nas rádios são nacionais; 60% dos livros comercializados são de autores nacionais; 20% dos filmes exibidos nas salas de cinema são nacionais. Estes dados apresentam que o discurso da globalização muitas vezes é determinista a ponto de desconsiderar que, no caso brasileiro, existe uma forte presença da cultura e das artes na vida da população. Segundo Ridenti (1999), desde a quebra de paradigmas na cultura da semana da arte moderna de 1922 houve no Brasil, apesar das diferenças dos governos (Vargas – nacionalismo; Kubitschek – cosmopolitismo antropofágico; Goulart – antropofagia nacionalista; Militares – democracia nacional e ufanismo; Sarney – nacionalismo democrático e FHC – nacionalismo globalizado), existiu a preocupação com a arte nacional, tanto é verdade que logo no governo Sarney ocorreu a criação da Fundação do Cinema Brasileiro (1987), e a montagem de festivais e mostras no Rio de Janeiro, Fortaleza e Curitiba, o surgimento de novos pólos como Rio Grande do Sul, Ceará e Minas Gerais, visando descentralizar a produção.

Exceto no governo Collor que dissolveu diversos órgãos relacionados à produção cultural, tais como: o Ministério da Cultura, a Fundação do Cinema Brasileiro, o Concine e a Embrafilme, todos os outros governos investiram maciçamente na produção cultural, com leis e incentivos para financiamento, como foi colocado durante todo este trabalho.

A “retomada” da produção cinematográfica é mais um exemplo que reforça o papel do governo brasileiro na promoção da cultura. De fato os incentivos da lei do Audiovisual, principalmente aquele que possibilita o abatimento integral de uma porcentagem do imposto de renda devido, desde que investido na produção de filmes, e também da lei Rouanet, foram primordiais para a volta de um cinema brasileiro de alto nível. Os incentivos utilizados no cinema

aumentaram de 21%, em 1995, para 60%, em 1996. Segundo dados levantados de Silva, Frederico e Araújo (2003, p.76) no ano de 1996 produziram-se 23 filmes.

Não existe dúvida que o Estado é o grande mecenas da produção cultural brasileira, principalmente pelos investimentos das empresas estatais: Petrobrás, Banco do Brasil, Embratel, Correios. Este incentivo do Estado à cultura, mais particularmente ao cinema deve-se ao pouco mercado consumidor brasileiro. Segundo Alvarez (2003), o Brasil possui o mesmo número de salas de cinema da Argentina, ¼ da França, 1/10 dos EUA. Para o autor supracitado a tendência de diminuição das salas de cinema coincide com a entrada do videocassete no mercado, somado a crise hiper-inflacionária.

Alvarez (2003, p.34-35) traz outros dados importantes, como a número de espectadores de cinema durante os diferentes governos. Descreve o autor que em 1975 no auge do milagre econômico havia 275 milhões de espectadores; com a crise inflacionária pós-planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão, em 1988, esse número caiu para 108 milhões. Atualmente, mesmo com o crescimento da população de 40 milhões de habitantes, em 1996, no meio do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o número de espectadores foi de 60 milhões. Desse modo, ainda que a atual estabilidade econômica trazida pelo Plano Real, do governo Fernando Henrique Cardoso, tenha estimulado o retorno dos espectadores, hoje dificilmente a produção cinematográfica nacional conseguirá a recuperação do total do público que teve durante a década de 1970.

Número de Espectadores de Cinema no Brasil

Ano	1974	1975	1979	1984	1986	1988	1990	1995	1996
Espectadores	201	275	191	89	127	108	95	76	60
Milhões									

Fonte: Concine

Com a volta dos incentivos fiscais o cinema da “retomada” recupera o prestígio e popularidade do cinema nacional, produzindo alguns sucessos no mercado doméstico e nos festivais internacionais, como “Central do Brasil”, de Walter Salles Jr. (1997), que ganhou o Urso de Ouro, no Festival de Berlim de 1998, e “O que é isso, companheiro?”, de Bruno Barreto,

indicado para o Oscar de melhor filme estrangeiro, no mesmo ano, assim como “O Quatrilho”, de Fábio Barreto, em 1996. Outras produções que discutem um contexto econômico-sócio-cultural diverso também são importantes, como: “Carandiru”; “Cidade de Deus”; “Contra todos”; “Madame Satã”; “Batismo de Sangue”. Segundo colocações de Simis (1995), a recuperação dos temas do “cinema novista”, perdidos durante o militarismo, servem tanto para consolidar a democracia, quanto se defender do globalismo e da mundialização cultural.

Silva, Frederico e Araújo colocam uma série de filmes que tem como fator fundamental a valorização de temas nacionais.

Como exemplos de filmes que reforçam as origens nacionais, temos: “O que é isso, companheiro?”, de Bruno Barreto (1997), um episódio da luta armada durante o regime militar; “Baile perfumado”, de Paulo Caldas e Lírio Ferreira (1997), retomando o cangaço de forma lírica e inusitada; “Guerra de Canudos”, de Sérgio Rezende (1997), narrando o terrível episódio do sertão baiano no século passado; “For all”, de Luís Carlos Lacerda e Buza Ferraz (1997), que conta episódios da estadia de uma base americana em Natal dos anos 40; “Lamarca”, de Sérgio Rezende (1994), sobre a guerrilha durante o regime militar; “O quatrilho”, de Fábio Barreto (1995), adaptação de uma obra literária sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul (SILVA, FREDERICO e ARAUJO, 2003, p.56).

Nas outras esferas da cultura e das atividades de lazer, tivemos amplo desenvolvimento da indústria fonográfica e da vinculação televisiva. A década de 1990 será marcada pelo vertiginoso crescimento dos grupos de “pagode” (grupos de samba de roda, quase sempre acompanhados por dançarinas), como “Só para contrariar”, “Terrasamba” e “É o tchan”. Com o último, surge uma figura extremamente representativa da cultura de massas dos últimos anos no país, a “dançarina” Carla Perez, que sai do anonimato ao protagonizar a “dança do bumbum”.

No caso da televisão ocorre a multiplicação de programas sensacionalistas de auditório no “horário nobre” (onde antes havia o predomínio das telenovelas e dos grandes telejornais). Se esses programas não chegam a ser novidade (pois estão na própria origem da televisão brasileira), o formato apresenta, de acordo com a interpretação de Prysthon (1998, p.23) a partir da segunda metade dos anos 90, algumas alterações significativas:

Programa de variedades musicais e entretenimento leve dão lugar à reportagem sensacionalista, aos debates em tom confessional, às brigas de família no ar, à apresentação de todo tipo de deformidade e aberração (física e moral). Diga-se de passagem que essas são tendências mundiais, são estratégias “globais” de captação de audiência.

Em 1997, conforme a autora mencionada, estavam no ar pelo menos cinco desse tipo de programas, com diferentes gradações de sensacionalismo e apelação: Márcia (SBT), Madalena (Manchete), Sílvia Poppovic (Band), Ratinho (Record) e Leão (Record).

Com o acesso à tecnologia surge também na produção cultural uma retomada da produção independente, encabeçado por Lobão e Racionais MC's, que conseguiram vender cerca de meio milhão de cópias cada um. “Sobrevivendo no inferno”, dos Racionais, sem aparecer na televisão, sem suporte de grandes gravadoras e com discursos inflamados contra o “sistema” conseguiu grande inserção nacional. Fato que confirma esta transformação do mercado fonográfico e que reforça a idéia da globalização como dinamizador da cultura, não como algo que se incorpora do estrangeiro através da Industria Cultural, mas que amplia as diversas tendências nacionais. Prysthon (1998, p.23) ratifica esta colocação:

Curiosamente a medição de audiência, as estatísticas de vendagem de produtos culturais, as pesquisas de opinião demonstram que paralelo ao achatamento e decadência estética da televisão aberta e dos grandes fenômenos de vendagem do mercado fonográfico, há a crescente especialização dos públicos culturais, há uma forte tendência em se criarem redes de culturas próprias (os rappers urbanos, os funkeiros cariocas, os pagodeiros, os forrozeiros, os mangueboys e manguegirls recifenses, surfistas, clubbers paulistas, os ativistas negros, os defensores ferrenhos da cultura popular — no sentido mais folclorizador — e muitas outras “tribos” e grupos representativos da cultura brasileira contemporânea). Cada uma dessas redes constituindo-se como objetos de análise riquíssimos para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea.

O cenário exposto demonstra que o lazer na globalização vive a dualidade de ampliação do mercado de consumo para as classes baixas e a diferenciação de tipos de lazeres para as classes altas. Para o primeiro grupo: o aumento de telespectadores com a compra de televisores, a nova onda fonográfica, a pirataria que contribui para este aumento do consumo do lazer. Para o segundo: teatro, literatura, filmes cult, tv por assinatura, os clubes esportivos, os parques temáticos e a Internet.

7. O lazer na pós-modernidade: conceitos teóricos

Pós-modernidade é uma categoria utilizada por um grupo de teóricos, que se refere às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades desde 1960, quando o cotidiano foi invadido pela tecnologia eletrônica, visando saturações de informações, diversões e serviços que produziram um mundo de simulação (ZAJDSNAJDER, 1992).

Um dos autores que discutem o tema é David Harvey (1998). No trabalho intitulado “A Condição Pós-Moderna” o pesquisador aponta que a pós-modernidade é fruto dos avanços sociais, políticos e culturais da modernidade. A pós-modernidade nasce da modernidade, na verdade a modernidade era o período de “gestação da pós-modernidade”, colocando que os avanços tecnológicos, como a microeletrônica, a Internet, a robótica, que hoje permitem uma nova forma de vivenciar o contemporâneo, são, na realidade, frutos da própria modernidade. Para Harvey a modernidade é condição para pós-modernidade. Esta condição não é interpretada como sucessão histórica, e sim pelos elementos do pós-moderno que já existiam na própria modernidade, eles foram acelerados pelos acontecimentos sociais das últimas décadas, como a derrocada do socialismo real e da bipolarização mundial, o fim dos meta-relatos e dos sonhos de transformação, a decadência da organicidade e da funcionalidade do modernismo.

Para Berman (1993) não existe necessariamente uma condição pós-moderna, mas uma transformação radical das bases da modernidade, como o fim da idéia do iluminismo e descrença na racionalidade. O autor exemplifica esta situação através dos contra-pontos entre viver em uma sociedade repleta de conquistas da modernidade, como celular, Internet, robôs, biomedicina, genética e ao mesmo tempo as guerras nucleares, biológicas ou lixos tóxicos. Em outras palavras, o mundo contemporâneo, por um lado nos promove poder, alegria, crescimento, transformação de nós mesmos e do mundo, por outro lado este mesmo mundo pode ser destruído. Este sentimento contemporâneo, de acordo com Berman (1993), mostra a crise da racionalidade, porque temos os melhores aparatos, podemos viver até os 100 anos, podemos trabalhar menos e ao mesmo tempo temos a crise nuclear no Oriente Médio, a AIDS na África e a exploração do trabalho infantil na América do Sul.

A união contemporânea do mundo pela eletrônica também nos leva a desunião, vivemos desintegrados em conflitos e contradições de ambigüidade e angustia. “Viver no mundo contemporâneo, para Berman (1993, p.67), é parte de um universo, como falou Marx ‘tudo que é sólido desmancha no ar’”.

Berman (1993) complementa as discussões de Harvey (1998) ao colocar que o modernismo tinha visões de transformação do mundo. Estas visões foram orientações ativas da história, para ajudar o homem a viver mais comodamente. Todas as iniciativas, segundo o autor, fracassaram, mas surgiu uma vontade de imaginar e vivenciar o dia. Esta falta de vontade de pensar no futuro marca a esterilidade da modernidade, o fim do seu projeto racional de viver melhor, marca a decadência do iluminismo.

Anderson (1993, p.93) caminha neste mesmo sentido ao declarar que o “ser pós-moderno é encontrar-se em um ambiente de aventuras, poder, alegria e desenvolvimento, sem transformação”. Os ambientes e as experiências contemporâneas passam todas as fronteiras da geografia e das etnias, das classes e das nacionalidades, das religiões e das ideologias. Neste sentido se pode dizer que a pós-modernidade une toda a humanidade. Mas se trata de uma união paradoxal, uma união da desunião. Nos introduz a todos os redemoinhos de desintegração e renovação, de lutas e contradições, de ambigüidade e angustias perpétuas.

Para Lyotard (1993, p.166) o pós-moderno seria aquele que alega o que não existe na modernidade, aquele que nega a consolidação das formas belas, consumo da nostalgia e do impossível. Lyotard (1993) aponta que a beleza das artes e da estética, a busca da áurea nas obras, com o advento da pós-modernidade chegou a um exagero daquilo que Benjamin (1985) chamava de era da reprodutibilidade técnica, o pós-moderno é apenas simulação sem conteúdo histórico definido ou clareza nas intenções dos autores, o importante é a imagem pela imagem.

Harvey (1998) recupera alguns estudos de Benjamin para mostrar a perda da áurea que ocorre com a modernidade e que ganha sentido na pós-modernidade. Na modernidade ainda se faz à crítica a este tipo de arte, o pós-moderno, diferentemente, assume a simulação como arte. A reprodutibilidade técnica torna-se uma forma de arte no pós-moderno.

O movimento pós-moderno aparece num nível como sendo o último modismo, isto é, a obra de arte defendida por Benjamin é destituída de significação e no seu lugar entra a “arte” publicitária. Nela encontramos um espetáculo vazio sem conteúdo ou sentido de arte como obra, ela é parte de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades ocidentais, ocorrendo

uma mudança da sensibilidade nas formas de integração e relação social. Exemplo disso são as músicas de protesto ou poemas dos concretistas utilizados em propagandas de veículos ou perfumes.

O termo pós-moderno, para Harvey (1998), significa exatamente esta transformação. Segundo os autores que defendem a pós-modernidade como Jameson (1996), Subirats (1993), Eagleton (1990) e Huyssen (1993) em qualquer dos aspectos institucionais ou tecnológicos, frente ao progresso do nosso tempo, nos chocamos com o mesmo fenômeno cultural de desintegração. Primeiramente com a crise da idéia do sujeito pessoal, liquidação das concepções históricas, filosóficas e religiosas, que mantinham a idéia de dignidade humana, liberdade, integridade física, moralidade ou gosto estético; posteriormente ocorreram os fenômenos sociais de flagrante dissolução social e com desesperada desintegração, como a onda terrorista, os conflitos urbanos e os crimes organizados, todos estes acontecimentos participam do progresso desordenado e caótico.

Os artigos consultados apontam para seguinte afirmação, a própria tecnologia que facilitaria a vida pode destruir a existência humana. Este é o grande paradoxo e conflito dos pós-modernos, avançar com as técnicas pela racionalidade instrumental e viver melhor, mas ter a preocupação que estes avanços também podem servir para extermínio do homem.

Não existe, portanto, uma ideologia racional da tecnologia, ela é algo sem identidade dependentes da vontade dos homens. O sonho de modernidade de limpeza que assistimos no filme “Metrópolis” acabou. A condição pós-moderna, por sua vez, surge da encruzilhada entre uma crítica social e uma expectativa de esquerda que se sentem obsoletas, tanto teórica como politicamente, frente às novas tecnologias. Nesta encruzilhada o primeiro que se encontra é o vazio.

Subirats (1993, p.225) nos traz um exemplo interessante desta nova condição pós-moderna, discorre o autor sobre os punks, moda que exige os signos de identidade, um ascetismo militante, símbolos agressivos que flutuam na representação de poder, a expressão da opressão (ferro, ombreira, espinhos), tudo isso coroado com a cor negra da morte. O emblema ideal da pós-modernidade seria um homem vestido como punk e jogando ou trabalhando no computador. Uma imagem difundida na ciência e ficção que hoje pode ser encontrada facilmente na realidade.

Para Wellmer (1993, p.317) a pós-modernidade seria uma modernidade sem lamentos, sem a ilusão de uma possível reconciliação entre jogos de linguagem, sem nostalgia da totalidade

e nem da unidade, falta de reconciliação dos conceitos e perda da sensibilidade, falta de experiência transparente e comunicável, em uma palavra, uma modernidade que aceita a perda de sentido, de valores e realidade com uma jovial ousadia. “Na verdade a pós-modernidade é a modernidade sem utopias”.

Os autores que defendem a pós-modernidade colocam que as transformações da sociedade não ocorreram somente na forma de vestir, falar, vivenciar o contemporâneo, ou nas artes, existem elementos objetivos como a economia e a organização do trabalho produtivo como fortes indícios de construção de uma nova forma de ver o mundo, (HARVEY, 1998, p.165, 166):

- a) Na modernidade havia concentração e centralização do capital industrial, bancário e comercial em mercados nacionais; ocorria o desenvolvimento de organizações coletivas e negociações em regiões e nações-Estado; havia a estreita articulação entre os interesses do Estado e os do capital dos grandes monopólios e aumento do Estado de bem-estar-social de base classista; tinha a expansão de impérios econômicos e controle da produção e de mercados no exterior; ocorria a hegemonia da racionalidade técnico-científica; as indústrias extrativo-manufatureiras eram as grandes fontes de emprego.
- b) Já na Pós-modernidade há na verdade a desconcentração do poder corporativo em rápido crescimento com relação aos mercados nacionais; crescente internacionalização do capital e, em alguns casos, separação entre capital industrial e capital bancário; declínio relativo/absoluto da classe trabalhadora e da eficácia da negociação coletiva; ocorre a industrialização de países do Terceiro Mundo e desindustrialização de países centrais, que se voltam para a especialização em serviços; ocorre a fragmentação cultural e pluralismos, aliados ao solapamento das identidades tradicionais ou de classe; há o declínio da dimensão da fábrica propiciado pela dispersão geográfica, pelo aumento da sub-contratação e por sistema de produção global.

Estas discussões estão bem claras quando da passagem do regime militar para a redemocratização. A forma de governo dos militares se aproxima do que Harvey (1998) designou de modernidade, com grande presença do Estado, centralização do capital nas empresas públicas e forte atuação do mercado nacional com a restrição dos produtos importados. Restrição esta que

fez com que as empresas automotivas não investissem em tecnologia tornando os carros “carroças”, na visão do presidente Collor. Com os militares e períodos anteriores ocorria o desenvolvimento de organizações coletivas e o Estado participava ativamente nas negociações da classe trabalhadora com os patrões. O Estado “pós-moderno” assemelha-se aos anos posteriores ao Collor, coroado com o Governo Cardoso, pois assistimos a uma desconcentração do poder do Estado, com o receio do mercado de capitais, as organizações supra-estatais e a internacionalização do capital privado. Ocorreu a perda da força política dos empregados, não existindo grandes greves ou dissídios coletivos.

Todas estas transformações influíram nas atividades artísticas e de lazer. Como a Internet, os parques temáticos e os lazeres de primeiro mundo que existem em São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, através de uma gastronomia internacional, eventos musicais e cinema.

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, retorno ao mercado), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros também foram acelerados, caso dos mercados globais de ações (HARVEY, 1998, p.257).

Antes de interpretarmos as atividades de lazer contemporâneas à luz das discussões colocadas convém inicialmente ponderar que a idéia de um mundo pós-moderno pressupõe a ruptura com a modernidade. Segundo Gutierrez (1997) neste momento surge a primeira dificuldade teórica, uma vez que a ruptura em si não especifica um tempo pós-moderno, pelo contrário, afirma a continuidade de uma modernidade marcada por revoluções e transformações. Os exemplos mais claros destas transformações deram-se na arquitetura, música, dança e pintura. “Sua forma de se apresentar na sociedade se dá pela aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico. O profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele utilizando o pensamento racional” (HARVEY, 1998 p.49). Para Gutierrez estes acontecimentos existem, mas são partes de um aprofundamento do mundo moderno.

O caminho possível para mudança de visão do mundo utilizada pelos pós-modernos seria a do esgotamento do projeto iluminista fundamentado em relação renovada com os clássicos e numa confiança infinita na evolução da ciência, do conhecimento e em permanente melhoria das condições políticas e morais da sociedade. Projeto este que acabara a partir da existência de um

mundo sem referências, assolado pela assombração de Auschwitz e Hiroshima (GUTIERREZ, 1997).

Habermas coloca que o projeto da modernidade ainda está incompleto. Para o autor alemão (1993, p.112): “a marca distintiva do moderno é o novo, que é superado e condenado a ser obsoleto”. Continua Habermas afirmando que a cultura moderna penetrou na vida cotidiana e hoje nos vemos infestados de modernismos. A vontade de auto-realizações ilimitadas e de vivenciar novas experiências, a confiança na ciência e a possibilidade de comunicação são fortes indícios de que o moderno ainda não terminou.

Mesmo com estas críticas, ao projeto pós-moderno, os autores que defendem o novo conceito colocam que há a renovação de projetos para a humanidade, e que ocorreram as falências das teorias de grande alcance explicativo, do relato científico, da síntese da crença na racionalidade, tornando-se meros relatos especulativos (CASULLO, 1993, p.60). A crítica feita à ciência deu-se principalmente por Lyotard (1986) no livro “O pós-moderno” que coloca a dinâmica da ciência presa aos jogos de linguagem, defendendo que a ciência é mera especulação e arremedo de teorias, que se reproduz na linguagem com uma dinâmica própria que se distancia cada vez mais da realidade.

Este relativismo é pernicioso, justamente por tornar a discussão vazia de sentido. Se cada qual tem sua verdade, não há necessidade de levar a sério os argumentos de outrem ou de justificar as nossas próprias idéias, que também seriam apenas pontos de vista. Um desleixo intelectual que é problemático, pois se todos os discursos se equivalem como meras "narrativas", então somos levados a admitir que mesmo os preconceitos racistas, sexistas e toda forma de fundamentalismos religiosos são igualmente legítimos. Esta tese não se prestaria para a construção da ciência, mas somente o ponto de vista de um indivíduo que, por seu capricho, poderia concluir esta pesquisa de outra forma.

Outros aspectos relevantes para entendermos os pós-modernos são a paixão pelo pastiche e simulacro. O pastiche é a colagem indiferenciada de referências estéticas de distintas origens. Isto fica evidente na arquitetura, onde um prédio possui arcos romanos, torres góticas, telhados chineses e concretos modernos. Simulacro seria a transformação de aparência formal numa espécie hiper-realidade, através da repetição e ampliação que só os recursos técnicos atualmente existentes tornam possíveis. “Por simulacro designa-se um estado de réplica tão próximo da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebido”

(HARVEY, 1998, p.196). Nas atividades de lazer tanto o simulacro como o pastiche estão presentes. Nos jogos eletrônicos “simuladores”, nas viagens com temas que faz o viajante pensar que é explorador, aventureiro. No Epcot Center onde referências de vários períodos existem ao mesmo tempo. Quando se vai ao parque temático onde existem personagens que se fantasiam de faroeste e no mesmo instante de Guerra nas Estrelas. Nos filmes encontramos uma enormidade de exemplos.

Para Gutierrez (1997) o sucesso que este padrão estético alcança pode ser interpretado como uma valorização do momento atual enquanto tentativa de viver um eterno presente frágil e efêmero, composto de citações de todos os tempos, onde o traço de unidade se dá pela celebração do dinamismo, da velocidade crescente dos acontecimentos. Para David Harvey (1998) este efêmero e frágil associa-se a uma dimensão esquizofrênica do indivíduo na pós-modernidade, colocando que as acelerações nos tempos de giro na produção, na troca e no consumo produzem, por assim dizer, a perda de um sentido futuro, na medida em que tornam difíceis manter qualquer sentido firme de continuidade. Gutierrez (1997) explica a falta de enraizamento a partir da sub-contratação como tendência da flexibilização dos mercados, pensa-se em contratar pautado em algo impalpável como as condições dos mercados futuros. Trata-se de perceber a sociedade por uma “colcha de retalhos composta de diferentes situações, em que o ritmo acelerado inspira a nostalgia de um presente constante e imaculado” (GUTIERREZ, 1997, p.124).

8. Análises e possibilidades das atividades de lazer contemporâneas

Na proposta de análise habermasiana o simulacro, o virtual, o hedonismo, a sobreposição de valores, são todos sentimentos construídos na própria sociedade contemporânea, podendo ser no máximo uma tendência artística como: concretistas, realistas ou modernistas, mas não se constitui como nova visão de mundo. O que ocorre é a diferenciação e transformação do mundo da vida, somado a um alto grau de desenvolvimento do sistema dinheiro que exploram estas novas atividades e oferecem ao mundo este dinamismo. Por trás destas ações dos sujeitos encontra-se a busca pelo prazer, a necessidade de comunicação, o fortalecimento dos regionalismos e principalmente a ocorrência de uma sociedade que participa ativamente das transformações e da vivência do diferente, não uma sociedade passiva que assiste as modificações. Apresenta-se assim que os avanços contemporâneos fortalecem o mundo a vida nas relações das pessoas com as coisas (mundo objetivo), das pessoas com seus pares através de novas comunicações e possibilidade de formação de grupos de referência (mundo social) e maior preocupação e visibilidade de se conhecer e compreender-se como alguém no mundo (mundo subjetivo). O fortalecimento destes três mundos promove a ampliação do Mundo da Vida e dos valores que o constituem. Nesta ampliação ele se diferencia se dissocia em sistemas, promovendo novos meios de vidas ancoradas no mundo da vida de forma colonizada. Por exemplo, quando uma professora deixa o aluno de castigo e isto gera uma repugnância social no Brasil, apresenta-se claramente um fortalecimento dos valores e não sua decadência; quando um Ministro de Estado se declara abertamente a favor do aborto, mostra a ampliação dos canais de comunicação e não sua redução; quando temos a progressão geométrica de novas pessoas interagindo com o mundo, principalmente com a revolução feminista, estamos assistindo a um acrescentamento de novas formas de vida e não uma funcionalização das ações; quando se vivencia o mundo da simulação, estamos diante da reprodutibilidade técnica moderna; quando tudo virá espetáculo presenciamos o fortalecimento da busca pelo lazer próprio de qualquer tempo e lugar; quando se amplia a forma de comunicação como o celular e a Internet, estamos diante da abreviação das distâncias e pressionamento do tempo, características estas discutidas por Habermas através do diálogo com os sistemas parsonianos.

Existem vários elementos que caracterizam uma arte denominada pós-moderna, mas não refletem como um princípio teórico nas suas várias dimensões, tanto o é que se utiliza de um meta-relato habermasiano para explicar a própria constituição do pós-moderno e isto poderia ser feito via Weber, Marx ou Elias. Por isso, para analisar as tendências do lazer, utilizar-se-á o termo contemporâneo.

Desde a época de Walter Benjamin muita história moderna se passou, de modo que o que ele estudou como reprodutibilidade técnica ganhou um novo sentido neste mundo contemporâneo. Trata-se, mais uma vez, da diferença entre os meios técnicos da produção artística e do conteúdo do produto cultural em si. Benjamin (1995) descreveu a reprodutibilidade como um recurso de produção material da arte moderna — inserida num mercado de cultura de massa —, o que destituiria a obra de arte de sua aura: a originalidade. O que não impediu que os movimentos e vanguardas modernistas tivessem como orientação justamente a originalidade temática ou estética de sua produção artística.

No contemporâneo o desejo de algo inovador diminui, e amplia-se a reprodução.

Heloísa Buarque de Hollanda (1990) coloca que a cultura contemporânea (que ela denomina pós-moderna) chegou ao Brasil nos finais dos anos 1980. As análises da autora das edições da Bienal de São Paulo de 1983 e de 1985 mostram justamente a tendência a arte pós-moderna, estas mostras serviram para propagar na órbita do mercado de arte e do mecenato institucional do país a grande fonte de renda dos artistas nacionais. Segundo a autora as transformações seguiram a agenda de críticos de jornais que plantaram as idéias. A arte pós-moderna serviu para ocupar o vazio cultural da época da ditadura, absorvendo novos elementos sem a crítica dos anos de 1960, como o Centro Popular de Cultura.

A explosão de vitalidade artística observada nos anos 80 foi, desde o início, agenciada ideologicamente por um pequeno grupo de jornalistas cariocas e paulistas com tradição no circuito de arte. Apresentando os jovens artistas ao público como representantes de uma 'nova geração' que surgia para ocupar o Vazio Cultural da década anterior, eles aproveitaram dois grandes impulsos ideológicos oriundos de campos distintos, mas convergentes quanto aos seus objetivos estratégicos. De um lado, no campo estético, a onda revivalista (nostálgica) que varria a arte européia e norte-americana desde meados dos anos 70, se oferecia, convenientemente, como uma 'novidade' para um mercado de arte estagnado como o nosso, além de servir para afastar o risco da transformação radical que a arte, desde o movimento neoconcreto, vinha provocando no circuito. De outro lado, no campo político, o plano externo já havia absorvido o neoliberalismo da era Thatcher-Reagan, acelerando as mudanças estruturais que já vinham ocorrendo no mundo capitalista desde o fim da II Guerra (como o processo de globalização da economia de mercado), e no plano interno, o longo processo de abertura "lenta e gradual" provocava um inevitável

desgaste das esquerdas, levando boa parte dos formadores de opinião a adotarem a causa do cineasta Cacá Diegues, contra o "patrulhamento ideológico" (HOLLANDA, 1990, p.12).

Geração punk, dark, yuppie, mercenária; geração neo-qualquer coisa. Para a imprensa era importante associar a imagem dos jovens artistas com os paradigmas do pós-modernismo (ARGAN, 1990).

O movimento de arte pós-moderno não apresenta propostas definidas, nem coerências, tampouco linhas evolutivas. Deste modo, diferentes estilos convivem sem choques formando ecletismos e pluralismos culturais. Segundo Sevcenko (1993) não há grupos ou movimentos unificados. Além disso, ele não se desfaz do passado que é agregado à arte pós-moderna, apenas o tradicional foi eliminado.

Um clima de incertezas e uma dificuldade de sentir ou representar o mundo são as condições desta arte. Diante da sensação de irrealidade, da desordem e do vazio, a sociedade cada vez mais se individualiza e se torna apática. Ela não encontra valores e sentido para a vida, somente se entrega ao prazer imediato e ao consumismo. Portanto, ela não desenvolve pensamentos profundos ou existenciais, mas apenas repostas rápidas e adequadas à era do consumismo exacerbado.

É o indivíduo símbolo maior e centro da decadência de valores humanos, que será atingido e tematizado pela arte contemporânea. Para Oiticica (1981), existem grupos que criticam a tecno-ciência, o poder político e o econômico, desconstruindo o mundo para revelar o que está por trás do sistema, buscar liberação individual e aumentar a percepção do mundo em que se vive. Apesar do autor acreditar neste potencial da arte fica evidente que grande parte da produção se limita a reprodução e consumo, mesmo as artes críticas não possuem síntese revolucionária.

A desordem é fértil no campo artístico, afirma Hutcheon (1991). Ela propicia multiplicidade nas expressões artísticas através de infinitas técnicas sobre os mais variados materiais (reciclados, fotos, recortes de jornal, madeira, aço) e procedimentos (pintura, escultura, desenho, cinema, artes gráficas, arte corporal, vídeo e música), isto é, infinidades de possibilidades construtivas na materialização de um sentido que procura causar impacto no público. É um movimento que não finda e que vive em constante reorganização.

Neste cenário circulam livremente apropriações de objetos comuns, tecnologias e sínteses com materiais industriais e naturais, a fim de despertarem efeitos perceptivos sensuais, irônicos,

sensoriais e de antagonismo no público. Os materiais são dispostos de modo a experimentar o que eles possibilitam de potencialidades para expressividades. Alguns museus de São Paulo, como o da língua Portuguesa, utilizam-se desta forma de interação com o público, ele não vê passivamente as obras, participa, às vezes até como cenário. Em algumas peças de teatro isso é bem claro quando o público entra no presídio, no rio Tietê, nas galerias de esgoto, este é o sentimento da arte desintegrada de vivência e simulação. A simulação de ser presidiário em uma peça dá-se na própria prisão, é a preocupação com a hiper-realidade. Já o cinema gira em torno do indivíduo consumista, hedonista e narcisista, ele é encarregado de explorar as sensibilidades remanescentes da sociedade na era da globalização, reforçando o pastiche e o simulacro. O filme “Matrix” põe em dúvida a realidade a partir do limite do virtual e do real. Filmes de época utilizam a mentalidade contemporânea encarnada no período retratado. “O homem do ano” e o “Invasor” são filmes brasileiros que reforçam a idéia deste homem hedonista e desta sociedade corrompida.

A pintura acompanha este mesmo movimento (BRITO, 1981) passando a ser concebida a partir de novos pressupostos: uso abusivo das cores, grandes formatos, uso de objetos do cotidiano adotados como suporte pictórico da obra, gestualidade, figurativismo e expressionismo. Jovens pintores transitam constantemente entre a tradição da história da arte e os fragmentos do mundo atual, realizando uma pintura híbrida e contínua.

Os artistas pós-modernos propuseram um novo modo de ver o mundo, ligando linguagens artísticas a um tipo de realidade multifacetada, fragmentada e híbrida. Buscam manifestar sentimentos emotivos numa sociedade acusada por eles de ser fria, calculista, apressada e ambiciosa (HUYSEN, 1993, p.45).

Uma primeira tendência possível das atividades de lazer é o fortalecimento da mobilização da moda em mercados de massa altamente individualizantes de públicos específicos, com um forte meio de acelerar o consumo de roupas, estilos de vida e atividades de recreação. Uma segunda tendência será a exploração cada vez maior de bens serviços – não apenas serviços educacionais, pessoais, comerciais, como também de diversão, espetáculo, eventos e distrações. O tempo de vida deste consumo é bem menor do que dos bens duráveis, por isso precisam de forte apelo midiático e transformações constantes. Em curto espaço de tempo as atividades ou modismos do cotidiano tornar-se-ão obsoletos para o mercado de imagens. Temos vários

exemplos nas atividades físicas como a “ginástica aeróbica” que deu lugar à “localizada”, que foi superada pelo “Body system, body combat”, que saiu de cena para o “personal training”, que perde espaço para o “Pilates” e que poderá dar lugar ao modismo de gêneros, como academias temáticas.

A mídia e o virtual estão ganhando espaço nas atividades de lazer. Reforçando a tese de desenvolvimento dos sistemas e reprodução dos conteúdos do próprio sistema. Assim não há inovação, rupturas, apenas reciclagem daquilo que já foi constituído. O virtual simula o real, fortalece a idéia de simulacro, e ao mesmo tempo não constrói nada de novo. Até porque o sistema reproduz o mundo da vida e se auto-reproduz. O simulacro, o virtual e o pastiche são reordenações do próprio sistema. Lembrando que na “Teoria da Ação Comunicativa” o espaço de constituição de valores é o mundo da vida e não os Sistemas.

Podemos viajar virtualmente, sentir prazer, vivenciar uma aventura fantástica, conhecer e ler nas bibliotecas de todo o mundo. Mas na verdade o que esta simulação promove é apenas uma reprodução do sonho existente na modernidade, de conhecer o mundo, as pessoas, as bibliotecas. O virtual também se caracteriza pelo pastiche já que não existe uma linearidade de tendências. Mudamos o enfoque apertando o botão do mouse. Enfim, no mundo contemporâneo parece que se abriu mão da originalidade, em todos os sentidos. Ainda que inserida num já instalado mercado da cultura de massa, a arte utiliza-se da reprodução não só enquanto materialidade, mas como tema, experiência estética, homenagem ou, num último estágio, laboratório virtual.

Além disso, a tecnologia virtual permite a realização de fenômenos incabíveis no real. Tal facilidade estimula as experiências de reciclagem artística, ou colagem. Estilos artísticos opostos, músicas de épocas distintas, personagens marcantes, referências a outras obras. A brincadeira virtual é infinita, o que confere à arte uma quase obrigatória metalinguagem. Se tudo já foi feito durante todo o século da modernidade, o que se pode fazer é misturar as influências e citações, para verificar qual o efeito das possibilidades combinatórias. Quanto mais declaradamente virtual mais divertido.

Um exemplo que fortalece as afirmações anteriores é justamente o sistema de compras pela Internet. O comprador vê, em seu monitor, todos os produtos alinhados como na realidade. Passeando com seu mouse ele escolhe seus preferidos, e em algumas horas os produtos como que se materializarão em sua casa, depois que ele usar seu dinheiro virtual para pagar as compras. Nesse caso, fica a forte impressão de que o virtual simplesmente virou real.

A idéia que o virtual substitua o real não é de toda descabida, já que no mundo virtual não existe falha, são os homens na sua total incapacidade que degenera o virtual, como os hackers, o entregador que demora, o erro do devedor.

Será que viveremos em um mundo onde cientistas desenvolverão experiências com a utilização de sensores para reproduzir integralmente vivências humanas. Colocam-se óculos tridimensionais, vestem-se luvas sensíveis e roupas especiais, cheias desses sensores. Sem sair do lugar, correndo numa esteira rolante, o indivíduo experimenta sensações como escapar de um tiroteio, jogar futebol ou fazer sexo. Esta poderá ser a grande tendência do lazer. A busca por emoções virtuais, sem sair de casa fechado no mundo hedonista micro-estruturado. A busca do prazer se dará mais rapidamente com a possibilidade de sensações e simulações bem próximas ou idênticas à realidade.

A bem da verdade os parques temáticos já exploram estas sensações com os cinemas interativos e brinquedos virtuais, no qual se preocupam com as experiências sensoriais dos consumidores daquele lazer.

Cada vez mais a comunicação se tornará fortalecida, tudo leva a crer que a Internet será o grande meio de comunicação deste século, o mundo inteiro pode assistir não somente aos Jogos Olímpicos, à Copa do Mundo, à queda de um ditador, a uma reunião de cúpula política, a uma tragédia mortal, mas também a vida de pessoas comuns nos chamados shows da realidade. O filme “Show de Truman” discute exatamente qual controle temos na nossa vida e qual o limite do livre arbítrio na sociedade contemporânea. Indaga se é melhor deixarmos nossos sonhos e viver bem, ou viver no mundo caótico e desordenado que é o real. Freud dizia que o ser humano é um animal com prótese, neste caso a prótese virtual poderá substituir a própria necessidade orgástica do indivíduo? Será que a busca do prazer no lazer será mais instantânea, rápida e fugaz?

A Internet exerce um crescente fascínio sobre as pessoas, afirma Eisenberg (2003, p.3). Ela representa uma importante inovação em relação à televisão pelo fato de permitir uma proliferação de produtores de mensagens. Enquanto os fatores da produção televisiva se agregam em um complexo financeiro e infra-estrutural que praticamente determina a natureza oligopolista da exploração econômica do meio, os fatores da produção de sites na Internet são infinitamente mais baratos e menos complexos, permitindo, portanto, uma ampliação estrondosa da capacidade de produção de mensagens na forma de sites por parte de indivíduos e pequenas corporações.

Diferentemente dos meios de comunicação de massa no Brasil que foram consolidados em regimes ditatoriais, a Internet nasceu na democracia, tendo grande circulação e importância cada vez maior no mundo atual. Primeiramente pela velocidade e segundo pela quantidade de informações. O governo consegue minimamente controlar os outros meios de comunicação, mas a Internet pela facilidade de produção de sites acaba ampliando as interpretações das mensagens. Ela pode tanto esclarecer um assunto quanto gerar crise pela velocidade das mensagens veiculadas. O exemplo do primeiro caso é a possibilidade de olhar as contas públicas, questionar os poderes pela ouvidoria, desvendar alguma curiosidade. No segundo caso é a total incapacidade de bloquear uma mensagem como nos ataques do crime organizado em São Paulo, onde mensagens foram “jogadas” na rede gerando uma grande instabilidade social, porque não se sabia o que era verdade. Provavelmente os políticos utilizarão deste recurso para criticar ou mesmo inventar fatos da vida de adversários, já que há pouco controle nas mensagens, às vezes não se sabem quem a gerou.

As salas de bate-papo, os blogs o Orkut, o second life entre outras maneiras de interagir na Internet demonstra que há uma forma virtual de se relacionar com o mundo. Lá é possível contar a sua vida, os internautas lêem seu diário, é o caso da Bruninha surfistinha ex-garota de programa que narrava as transas e sua vida pela Internet. A comunidade Orkut que você cria amigos, praticamente uma vida social virtual e o second life que é uma reprodução, uma simulação máxima da vida.

Na televisão os diferentes tipos de reality show reforçam a idéia deste mundo hedonista com a vontade única de ser reconhecido. É o mundo de imagens que coloca Harvey (1998), os indivíduos buscam ampliar sua imagem e criar um mundo fantástico incoerente com a realidade, apenas as imagens, naquilo que “tudo que é sólido desmancha no ar”. Este desprendimento da realidade realmente é um fator importantíssimo para se analisar as atividades de lazer. Porque na sua forma genérica a imagem apenas reproduz aquilo que já foi analisado das ações vazias e sem conteúdo, tudo vira apenas diversão rápida.

Não é a intenção deste trabalho fazer uma análise futurista sobre o lazer, muito menos previsões sem relação com a realidade. Não cabe ao pesquisador em ciências humanas fazer adivinhações, mas sim estudar os acontecimentos a partir da sua incidência no real. Portanto, o que gostaria de deixar é tão somente que o lazer parece caminhar para uma individualização, de um lado, e as atividades procuram cada vez mais se inserir em grupos específicos de afinidades,

de outro. A partir desta constatação dá para termos uma idéia que o mundo não possui referenciais claros ou projetos de vida futuro.

De qualquer forma esta é apenas uma tendência, logicamente existem grupos que contrapõem este cenário, a sociedade civil organizada é uma delas. Ela se preocupa nas relações espontâneas e também com o grau de individualismo que nos encontramos. Às vezes estes grupos de embate usam inclusive o espaço virtual para a criticar a sociedade de consumo. Habermas (1987a) afirma que a tecnologia em si mesma, não pode ser valorada, mas o uso comunicativo ou estratégico dos indivíduos sim. Isto reforça a tese que as contradições existem em uma mesma atividade de lazer ou tecnologia que é usufruída, portanto, a complexidade do mundo real é muito maior que a possibilidade de interpretá-lo.

CONCLUSÃO

O lazer no Brasil desenvolveu-se conforme a complexificação sistêmica da sociedade, vinculado ao cotidiano das pessoas, através das manifestações espontâneas, relação entre sujeitos e agir comunicativo. Com o avanço dos sub-sistemas dinheiro e poder, o lazer aparece também de forma colonizada, como nas políticas públicas, nas ações privadas, na indústria cultural ou no uso das comunicações de massa. O lazer se complexificou a partir da racionalização das formas de vida, sistematização dos tempos e desencantamento do mundo, criando novas maneiras de se manifestar na sociedade. Sua dinâmica histórica acompanhou os eventos políticos, sociais e econômicos, que refletiram nas estruturas que o identificam, como o prazer, a sociabilidade e a diversão.

Discutimos como se deu este processo de transformação do lazer através do desenvolvimento urbano (possibilidade de ampliação de atividades de lazer, como o teatro, o turismo, o cinema); da racionalização da cultura popular pela proibição de certos jogos e brincadeiras (suspensão da briga de galo e das festas juninas); do desencantamento do mundo (sistematização de festas católicas perdendo o caráter religioso); da normatização da sociedade com o Estado criando leis para as práticas de lazer (o Departamento de Imprensa e Propaganda e a constituição de 1988 são exemplos); da influência do Sistema Poder através de políticas públicas (Cine-Jornal, Mexa-se, Esporte para Todos, Embrafilmes, Embratur e lei Rouanet); das lutas de classes (a conquista das férias remuneradas e da jornada de trabalho de 40 horas semanais); do desenvolvimento do Sistema Dinheiro ampliando as opções de lazer (estações de rádio, canais de televisão, turismo, esporte de aventura, Internet, parques temáticos). Todas estas colocações reforçam a complexificação sistêmica do lazer que acompanhou, pese suas particularidades, o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Outro ponto que deve ser recordado nestas colocações finais refere-se ao uso da metodologia habermasiana de análise, que permitiu unir três grandes tendências do lazer: a que discute o lazer pelos aspectos simbólicos, culturais e sociais; a preocupada com a função estatal, o seu afastamento e as políticas públicas; e a última que defende ou critica, a função do Mercado e da Indústria Cultural como dinamizador das atividades de lazer. A teoria habermasiana faz a síntese entre estas esferas de influência do lazer, colocando os Sistemas e o Mundo da Vida como as formas que a sociedade contemporânea se expressa. Neste sentido é possível analisar o lazer através destes três pontos de vista sem excluí-los ou colocá-los em graus de prioridade. Os

estudos do Mundo da Vida privilegiariam a primeira tendência, o Sistema Poder a segunda e o Sistema Dinheiro a terceira.

Este trabalho teve também como função apresentar um cenário geral do desenvolvimento do lazer desde o nacional-desenvolvimentismo com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Regime Militar até a globalização com a redemocratização e ampliação vertiginosa do lazer de consumo.

Este panorama geral possibilita afirmar que o lazer desenvolveu-se principalmente pelo investimento estatal. No caso brasileiro o Estado investiu em tecnologia (antenas de rádio; câmeras, fitas e estúdios de cinema; satélites para a televisão; cabos, redes, provedores para a Internet), para depois haver exploração com capital privado. Não é demais afirmar que o Estado foi o grande mecenas do lazer brasileiro. Ele teve participação efetiva, tanto em políticas públicas, nas secretarias estaduais e municipais, como nas leis, incentivos fiscais e fiscalização da exploração privada. No período histórico analisado ficou caracterizada a presença das ações governamentais, mesmo com as privatizações ou o afastamento do Estado. Exemplo destas colocações é a forma como o turismo se desenvolveu, primeiramente através do Departamento de Imprensa e Propaganda, no governo Getúlio Vargas, que criou o Departamento de Turismo para construir infra-estrutura turística em diferentes localidades brasileiras. Este projeto do turismo interno manteve-se com Juscelino Kubitschek e, no Período Militar, Castello Branco amplia-o, criando a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) com o intuito de atrair turistas estrangeiros, bem como possibilitar investimento de grandes empresas nacionais. Após dar a base política (leis de incentivo para o turismo), social (ampla propaganda da importância do turismo para o desenvolvimento do Brasil) e econômica (financiamento e toda a infra-estrutura), há o investimento do setor privado.

Para concluir este trabalho podemos afirmar que o lazer é fruto das relações entre subjetividades intactas no sistema capitalista, que se desenvolveu através da complexificação da sociedade, possuindo uma íntima ligação cultural-artística. Expressando as três esferas do Mundo da Vida (cultura, sociedade e personalidade), através do querer do indivíduo, do prazer que está buscando, do local social, da relação intersubjetiva e da ação considerada pelo grupo como lazer, de acordo com os costumes do lugar. O lazer, ainda, reforça a idéia do desenvolvimento social, de classe e poder econômico. Suas expressões palpáveis na sociedade são: atividades sociais em grupos; as práticas populares de lazer (rua, folclore e festas típicas); os teatros; os cinemas; as

artes; as atividades físicas; o esporte; a comunicação de massas; as atividades da indústria do lazer.

A vertiginosa abrangência do lazer decorre da incorporação de novas atividades ao rol de ações consideradas pelo agrupamento como lazer, principalmente depois da ampliação do setor terciário, como encontros em bares e restaurantes; o aumento dos locais para divertimento, como parques temáticos; o crescimento do turismo e de formas alternativas de se viajar; os locais para prática de atividades físicas que aumentaram significativamente nos últimos anos, como as academias e parques; as escolinhas de esporte; os acampamentos de férias; o uso da Internet; os jogos eletrônicos.

Estas foram as principais questões levantadas no trabalho, que procurou analisar de maneira ampla o lazer no Brasil e as principais características que o determinaram. Logicamente um tema desta complexidade não pode ser esgotado nos limites de uma tese, ainda mais considerando que está em pleno desenvolvimento, com novos autores e perspectivas de análise despontando a cada dia. A intenção, portanto, é possibilitar uma primeira aproximação à reflexão sobre o lazer no Brasil, na esperança de incentivar o intercâmbio e o diálogo entre os pesquisadores e áreas afins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gilberto. Memórias e construção da cidadania: as experiências do convenio cultural e do trabalho conjunto de salvador. In: **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação** – Campo Grande /MS – setembro 2001.

ALMEIDA, Marco. **Lazer e Reclusão: Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa**. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2003.

ALMEIDA, Marco e GUTIERREZ, Gustavo. Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. (67-84). In: VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e Políticas Públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004.

_____. O Lazer no Brasil: do nacional-desenvolvimentismo à globalização. In: **Conexões**. <http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes> Revista Digital – Campinas-Unicamp – V. 3 N° 1, 2005a.

_____. O afastamento do nacional popular e a incorporação da industria cultural no lazer brasileiro: influência do regime militar. In: **Licere – Belo Horizonte Celar** – V.8 N° 2 p.90-98, 2005b.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Pragmatismo por Necessidade: Os Rumos da Reforma Econômica no Brasil. In: **Dados**, vol. 39, n° 2. 1996.

ALVAREZ, Gabriel. **Políticas culturais, mercado e espaço público regional**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: UNB, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: a história secreta do crime organizado**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo, CEBRAP, número 14, p.2-15, 1985.

ANTUNES, Paulo. **SNI e ABIN : uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros no século XX**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2002.

- ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AVANCINI, Maria M. P. **Nas tramas da fama: as estrelas do rádio em sua época áurea, Brasil, anos 40 e 50**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp: Campinas, 1996.
- AZEVEDO, Amaral. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro, Difel, 1982.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. **O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas**. BH: PBH/SMES, 1999.
- BENEVIDES, Maria V.M. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1968**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **O PTB e o Trabalhismo (Partidos e Sindicatos em São Paulo: 1945-1964)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras escolhidas - I**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERMAN, Marshall. Brindis por la modernidad. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad**. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BETTI, Mauro. **A educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período 1930-1986: uma abordagem sociológica**. Dissertação de mestrado, Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1988.
- BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- BETTO, Frei. **Batismo de Sangue - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BIERRENBACH, Júlio de Sá. **1954-1964: Uma década política**. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- BORGES, Luiz. **1960-1980, o cinema à margem**. Campinas: Papyrus, 1983.

- BRAMANTE, Antonio e RODRIGUES, Elcie. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. In: **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. V. 24, p.23-38, 2003.
- BRITO, Ronaldo. O novo e o outro novo. In: **Arte Brasileira Contemporânea**. DUARTE, Paulo Sérgio (Org.). Rio de Janeiro, Funarte, 1981.
- _____. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Rio de Janeiro, 1986.
- BRUHNS, Heloisa. **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.
- _____. **Lazer, trabalho e tecnologia**. In: BRUHNS e GUTIERREZ. (Orgs.). Representação do lúdico. Campinas: Autores Associados, 2001.
- CAMPOS, Claudia. **Zumbi, Tiradentes (e outras histórias contadas pelo Teatro de Arena de São Paulo)**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1988.
- CAPELATO, Maria H. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia e desenvolvimento, Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). In: **Dados** v.48, n.1, Rio de Janeiro, 2005.
- CARVALHO, Ana. **Razão comunicativa e teoria crítica em Jurgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- CASO, Antonio. **A esquerda armada no Brasil, 1967-1971**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.
- CASTRO, Celso e ARAÚJO, Maria. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.
- CASTRO, Josué. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CASULLO, Nicolas. Modernidad, biografía del ensueño y la crisis. In: **El debate modernidad e posmodernidad**. Org. Nicolas Casullo. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- CATANI, Afrânio. **A sombra da outra: a cinematográfica Maristela e o cinema industrial paulista nos anos 50**. São Paulo: Panorama, 2002.
- CORBIN, Alain. L'Avènement des Loisirs. In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisirs (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995a.
- _____. Du loisir cultivé à la classe de loisir. In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisirs (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995b.

- CORLAZZOLI, Juan Pablo. **Estructuración e ideología de los regímenes militares en América Latina, los casos de Brasil, Chile y Uruguay.** Tesis de Licencia en Sociología, U. Católica de Lovaina, 1978.
- COSTA, Hélio. **Em Busca da Memória: Organização no Local de Trabalho, Partido e Sindicato em São Paulo.** São Paulo: Página Aberta, 1995.
- COSTA, Luiz. **Cinema brasileiro (anos 60-70) – Dissimetria, Oscilação e Simulacro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- COUTO, Cláudio. **A Longa Constituinte: Reforma do Estado e Fluidez Institucional no Brasil.** In: Dados. v. 41, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CSERGO, Julia. Extensión et mutation du loisir citadin. In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisir (1850-1960).** Paris: Aubier, 1995.
- D'ARAÚJO, Ângela. **A Construção do Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores nos Anos 30.** SP: Edições Sociais, 1998.
- _____. **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. **O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DELLASOPPA, E. **Ao inimigo, nem justiça. Violência política na Argentina (1943-1983).** São Paulo: Hucitec, 1998.
- DORT, Bernard. **O teatro e sua realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1977.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer.** Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.
- _____. **Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão.** Tradução: Regina Maria Vieira. São Paulo, SESC-CODES/DICOTE-CELAZER, 1980a.
- _____. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** Tradução: Regina Maria Vieira. São Paulo: Sesc, 1980b.
- EAGLETON, Terry. **Ideologias da estética.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1990.
- EISENBERG, José. **Internet, democracia e República.** In: Dados. V.46, n.3, Rio de Janeiro, 2003.

- ELIAS, Nobert e DUNNING, Erich. **Memória e Sociedade a Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- ESPIÑEIRA, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros**. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e EDUFBA, 1997.
- FARCY, Jean-Claude. Le temps libre au village (1830-1930). In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisir (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.
- FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FAVARETTO, Celso. **Tropicália Alegoria Alegria**. 3 ed. São Paulo: Ateliê, 2000.
- FREDERICO, Celso. A política cultural dos comunistas. In: MORAES, João (Org.). **Historia do marxismo no Brasil III**. Campinas: Editora Unicamp, 1998.
- GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GALVÃO, Maria R. E. **Cinema: as idéias de “nacional” e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GARCIA, Silvana. **Teatro de militância: a intenção do popular no engajamento político**. São Paulo: Perspectiva/USP, 1990.
- GASSNER, John. **Mestres do teatro I**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GASPARI, Hélio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- _____. **A ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002c.
- GASPARI, Helio; HOLLANDA, Heloisa B.; VENTURA, Zuenir. **Cultura em transito: da repressão à abertura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br>> Acesso 05/05/2005.
- GEBARA, Ademir. Nobert Elias e a teoria do processo civilizador. In: BRUHNS e GUTIERREZ (Orgs). **Temas sobre o Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- _____. **Conversas sobre Norbert Elias: depoimentos para uma história do pensamento sociológico**. Piracicaba-SP: Biscalchin Editor, 2005a.
- _____. Em torno da questão cultural e da educação: os processos civilizadores. In: CARVALHO, Alonso e BRANDÃO, Carlos. **Introdução a Sociologia da Cultura**. São Paulo: Avercamp, 2005b.

GOELDNER, Charles. RITCHIE, Brent. MCINTOSH, Robert. **Turismo: princípios, práticas e filosofia**. 8 ed. Tradução: Roberto Costa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, Ângela Maria C. **História e Historiadores: a Política Cultural do Estado Novo**. RJ: FGV, 1996.

_____. **Ideologia e trabalho no Estado Novo**. In: PANDOLFI, Dulce C. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio De Janeiro: Editora FGV, 1999.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

GROOPO, Luis. Transculturação e novas utopias. In: **Lua Nova**. São Paulo, n.64, 2005.

GUTIERREZ, Gustavo. Universidade e produção de conhecimento na pós-modernidade. In: CATANI, Afrânio (Org). **Políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. Congresso internacional- Recife 1997, p.(118-125).

_____. **Lazer e Prazer Questões Metodológicas e Alternativas Políticas**. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____. A contribuição da Teoria da Ação Comunicativa para a pesquisa sobre o lazer. In: BRUNHZ, H (Org). **Lazer e Ciências Sociais**. Campinas: Autores Associados, 2002.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action**. Volume 1: Reason and the Rationalization of Society, trans. McCarthy, T. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1984.

_____. **Teoria de la Acion Comunicativa. Tomo I**. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus, 1987a.

_____. **Teoria de la Acion Comunicativa. Tomo II**. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus, 1987b.

_____. **The Theory of Communicative Action**. Volume 2: Lifeworld and System, A Critique of Functionalist Reason, trans. McCarthy, T. Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1987c.

_____. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

- _____. **Pensamento Pós Metafísico: estudos filosóficos.** Tradução: Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b.
- _____. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** Tradução: Ana Bernardo; José Pereira; José Loureiro; Maria Soares; Maria Carvalho; Maria Almeida; Sara Seruya. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 1990c.
- _____. Modernidad: um projecto incompleto. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad.** Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- _____. Richard Rorty's Pragmatic Turn. In Cooke, ed., **On the Pragmatics of Communication**, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1996.
- _____. What is Universal Pragmatics? in Cooke, ed., **On the Pragmatics of Communication**, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1998a.
- _____. Some Further Clarifications of the Concept of Communicative Rationality in Cooke, M., ed., **On the Pragmatics of Communication**, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1998c.
- HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas do quotidiano. In: SCHWARCZ, Lília e NOVAIS, Fernando (org.). **A história da vida privada no Brasil – contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 7 ed. São Paulo: Layola, 1998.
- HOLLANDA, Heloisa B. **Impressões de viagem CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970.** São Paulo: Editora Brasiliense 1980.
- _____. **Cultura e participação nos anos 60.** 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- _____. **Pós-modernismo e política.** Rio de Janeiro, Ed.Rocco, 1990.
- HUGGINS, M. K. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HUYSSSEN, Andréas. Guia del posmodernismo. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad.** Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- IANNI, Octavio. **Ensaio de sociologia da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **A era do globalismo.** 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **As ciências sociais a época da globalização.** Disponível em : <<http://globalizacon.org>> Acesso: 29/09/2005.

KLUBOCK, Thomas Miller. *Restitution and Mourning in Latin American Postdictatorship boundary 2* - Volume 26, Number 3, pp. 201-224, 1999.

KORNIS, Mônica. Agosto e agostos: a história na mídia. In: GOMES, Ângela. **Vargas e a crise dos anos 50.** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.

_____. **Uma história do Brasil recente nas minisséries da Rede Globo.** Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2000.

_____. Uma memória da história nacional recente:As minisséries da Rede Globo. In: **Congresso Brasileiro da Comunicação** – Campo Grande /MS – setembro 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo, Atica, 1996.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Beatriz H. e MILONE, Paulo. **Economia do turismo.** Campinas: Papyrus, 1991.

LAGE, Beatriz H. e MILONE, Paulo C (Org). **Turismo: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil Autoritário Revisitado: O Impacto das Eleições sobre a Abertura. In: STEPAN, A. (Org.). **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAMOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Rubens. **A era FHC: um balanço.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: O Triunfo da Vontade.** São Paulo: Ática, 1986.

LIÁO Jr, Roberto. **Política pública de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no distrito federal.** In: Revista Brasileira de Ciência do Esporte V. 24, p.38-52, 2003.

LIMA, William S. **Quatrocentos contra um: Uma história do comando vermelho,** Petrópolis, RJ: Vozes e co-edição ISER, 1991.

LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. **Romantismo e política.** Tradução: Eloísa de Araújo Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

_____. **Revolta e Melancolia: O romantismo na contramão da modernidade.** Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

- LYOTARD, Jean. O Pós Moderno. Trad. Ricardo Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- _____. Que era la posmodernidad. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad**. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- MAGALDI, Sabato. **O texto do teatro**. São Paulo: Perspectiva: EDUSP, 1989.
- MAGNANI, José. **Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1998.
- _____. **Lazer um campo interdisciplinar de pesquisa**. In: BRUHNS, H. e GUTIERREZ, G. (Orgs). Temas sobre o Lazer. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: João Quartim de Moraes (Org.). **Historia do marxismo no Brasil II: Os influxos teóricos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- MARCELLINO, Nelson. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCHI Jr. Wanderley. Jogo e esporte: manifestações histórico-culturais no modelo de análise sociológica de Norbert Elias. In: CARVALHO, Alonso e BRANDÃO, Carlos. **Introdução a Sociologia da Cultura**. São Paulo: Avercamp, 2005.
- MARIANO, N. C. Operación Cóndor. Terrorismo de Estado en el Cono Sur. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.
- MARTINS, Luciano. A Liberalização do Regime Autoritário no Brasil. In: G. O'Donnell, P. Schmitter e L. Whitehead (eds.). **Transições do Regime Autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.
- MARTINS FILHO, João. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, março de 2003. Disponível em: <<http://www.scholar.google.com/scholar>> Acesso: 20/09/2005.
- MASCARENHAS, Fernando. **Tempo de Trabalho e Tempo Livre**. In: Licere. Volume 3, Nº 1, Belo Horizonte, 2000.
- _____. **O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização**. In: Revista Brasileira de Ciência do Esporte V. 24, p.121-144, 2003.
- MATTOS, Sergio. **A televisão no Brasil: 50 anos de história (1950-2000)**. Salvador: Editora PAS/Inamá, 2000.

- MCCARTHY, Thomas. **La Teoria Critica de Jürgen Habermas**. Tradução: Manuel Jiménez Redondo. Madri: Editorial Tecnos, 1987.
- MENESES, Adélia. **Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque**. São Paulo, HUCITEC: 1982.
- MITROVIĆ, Ljubiša. New social paradigm: habermas's theory of communicative action. The scientific journal Facta Universitatis. Series: Philosophy and Sociology Vol.2, No 6/2, pp. 217 – 223, 1999.
- MONTENEGRO, Rosilene. **Juscelino Kubitschek: mito e mitologias políticas do Brasil moderno**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2001.
- MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**. São Paulo: Senac, 2001.
- MOREIRA, Maria H. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- NETO, João. **Promoção do Brasil como destino turístico**. Brasília: Instituto Rio Branco, 2002.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. **Educação Física e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**, Bragança Paulista, EDUSF, 2003.
- _____. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.25, n.2, Campinas, Autores Associados, pp. 9-20, 2004.
- OLIVEIRA, Paulo. **Brinquedos artesanais e expressividade cultural**. São Paulo: SESC-CELAZER, 1982.
- ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia; RAMOS, José. **Telenovela: história e produção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- OITICICA, Hélio. Brasil diarréia. In: DUARTE, Paulo Sérgio (Org.). **Arte brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.
- PADILHA, Valquíria. A indústria cultural e a indústria do lazer. In: MULLER, A. e COSTA, L. **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. RJ: Editora da FGV, 1999.

- PARENTE, André. Cinema brasileiro: anos 80. In: **Comunicação e Política**, n.4, p.29-44, 1995.
- PARKER, Stanley. **A Sociologia do Lazer**. Tradução: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PELEGRIN, Ana. O Espaço de lazer na cidade e a administração Municipal. In: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- PEREIRA, Carlos. **Em busca do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Notrya, 1986.
- PION-BERLIN, David. *Authoritarian Legacies and Their Impact on Latin America Latin American Politics & Society* - Volume 47, Number 2, pp. 159-170, 2005.
- PORTER, Roy. Lês Anglais et les loisir. In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisir (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.
- PRYSTHON, Ângela. Estudos Culturais latino-americanos contemporâneos: Periferia, subalternidade, diferença e hibridismo. INTERCOM - XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1998.
- QUADROS, Teresinha. Globalização: uma nova totalidade histórica? In: **Logos**, Ano IV, n.5, 1999.
- RAGO, Margareth. O cassino americano. In: BRUHNS. e GUTIERREZ (Orgs.). **O corpo e lúdico**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- RAMOS, José. **Cinema, Estado e Lutas Culturais: anos 50, 60, 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RAMOS, Roberto. **Manipulação e controle da opinião pública – a grande imprensa e o Plano Cruzado**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1988.
- RAUCH, André. Les vacances et la nature revisitée (1830-1939). In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisir (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.
- REQUIXA, Renato. **Sugestões e diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBEIRO, G. W. Globalização e geografia em Milton Santos. In: **Scripta nova - Revista eletrônica de geografia y ciências sociais**. Universidad de Barcelona, vol. VI, n. 124, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>> Acesso em: 29/09/2005.
- RICHEZ, Jean-Claude e STRAUSS, Léon. Un temps nouveau pour les ouvriers: les congés payés. In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisir (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.

- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- _____. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. In: **Meeting of the Latin American Studies Association**. September, 1998. Disponível em: <<http://www.scholar.google.com/scholar>> Acesso: 16/05/2005.
- _____. **Em busca do povo brasileiro: romantismo revolucionário de artistas e intelectuais (pós-1960)**. Tese de Livre Docência do Instituto de História e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 1999.
- ROCHA, Glauber. Estética da Fome. In: PIERRE, Sylvie. **Glauber Rocha**. Tradução: Eleonora Bottmann. Campinas, 1996.
- ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- SADER, Emir. Cuba no Brasil: influencias da revolução cubana na esquerda brasileira (157-184). In: REIS, Daniel. (et allii). **Historia do marxismo no Brasil I: O impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.
- SALLUM, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 23-47, 1999.
- _____. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.18, n.52, São Paulo, 2003.
- SAIN, M. F. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In: D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SANTANA, Sylvana e SOUZA, Nícia. **Indústrias Culturais: geração de trabalho e emprego**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: UNB, 2003.
- SANT’ANNA, Denise. **O prazer justificado: história e lazer (São Paulo, 1969/1979)**. São Paulo: Marco Zero/MTC-Cnpq, 1994.
- SANTOS, Ana P. **A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2004.
- SANTOS, Antônio. Maus-tratos e crueldade contra animais: aspectos jurídicos . In: **Jus Navigandi**, Teresina, a. 4, n. 43, 2000. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1718>>. Acesso em: 07 /06/2005.

SANTOS, Tania. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. In: **Sociologias**. n.6, Porto Alegre, 2001.

SANTOS FILHO, João. O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas. In: **Espaço Acadêmico**, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> Acesso 01/05/2005.

_____. Embratur, da euforia ao esquecimento: o retorno às raízes quando serviu à ditadura militar. In: **Espaço Acadêmico**, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>> Acesso 05/05/ 2005.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SESC/WLRA. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **O enigma pós-moderno**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SILVA, A.; FREDERICO P. e ARAUJO, H. **O mercado formal de cultura: características e evolução**. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: UNB, 2003.

SILVA, Armando. **Oficina: do teatro ao te-ato**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

SILVA, F. C. T. Política e memória na América Latina: a luta contra o esquecimento do tempo presente na Argentina, Uruguai e Brasil. In: MALERBA, J. (org.). I Fórum de Pesquisa – Programa Associado de Pós-Graduação em História UEM/UEL. Maringá: PGH/UEM, 2001.

SILVA, Hélio. **1954: Um Tiro no Coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Josué. Cidadania e Reconhecimento. In: AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José (Orgs). **Teoria Social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Tradução: Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Brasil: de Costa e Silva a Nova República (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

STEPAN, Alfred. **Os militares : da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- STIGGER, Marco. Participação popular na gestão espaço público de lazer. In: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SUBIRTAS, Eduardo. Transformaciones de la cultura moderna. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad**. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- TINHORÃO, José. **Pequena História da música popular**. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2001.
- TRIGO, Luiz. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas: Papirus, 1993.
- TURNATURI, Gabriella. Les métamorphoses du divertissement citadin dans l'Italie unifiée (1870-1915). In: CORBIN, Alain (org.) **L'Avènement des Loisirs (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.
- URRY, John. **O Olhar do turista**. Tradução: Carlos Moura. Nobel: SESC, 2001.
- VALDIVIA, Ortiz e ZARATE, Veronica. **Terrorism and Political Violence during the Pinochet Years: Chile, 1973-1989** *Radical History Review* - Issue 85, pp. 182-190, 2003.
- WESCHLER, L. Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- ZAJDSNAJDER, Luciano. **A travessia do pós-moderno**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.
- ZÍLIO, Carlos; LAFETÁ, João; LEITE, Ligia. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- WEFFORT, Francisco. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WELLMER, Albrecht. La dialectica de modernidad y posmodernidad. In: CASULLO, Nicolas (Org). **El debate modernidad e posmodernidad**. Buenos Aires, Argentina: El cielo por asalto, 1993.
- WERNECK, Christianne; STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Helder. **Lazer e Mercado**. Campinas: Papirus, 2001.